



banrisul

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Dezembro de 2025

Sumário

Relatórios	3
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	3
Relatório da Administração	8
Balanco Patrimonial	21
Demonstração do Resultado	23
Demonstração do Resultado Abrangente	24
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	25
Demonstração dos Fluxos de Caixa	26
Demonstração do Valor Adicionado	27
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	28
Nota 01 – Contexto Operacional.....	28
Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Financeiras	28
Nota 03 – Resumo das Principais Políticas Contábeis	33
Nota 04 – Principais Estimativas e Julgamentos Contábeis	44
Nota 05 – Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos.....	46
Nota 06 – Caixa e Equivalentes a Caixa	64
Nota 07 – Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	64
Nota 08 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	64
Nota 09 – Ativos Financeiros ao Custo Amortizado – Títulos e Valores Mobiliários	65
Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	66
Nota 11 – Outros Ativos Financeiros.....	71
Nota 12 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários	72
Nota 13 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado – Títulos e Valores Mobiliários	73
Nota 14 – Outros Ativos	74
Nota 15 – Impostos e Contribuições Diferidas	74
Nota 16 – Investimentos em Coligadas	75
Nota 17 – Imobilizado de Uso	75
Nota 18 – Intangível	76
Nota 19 – Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	77
Nota 20 – Outros Passivos Financeiros.....	78
Nota 21 – Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	78
Nota 22 – Instrumentos Financeiros Derivativos	78
Nota 23 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	80
Nota 24 – Outros Passivos	82
Nota 25 – Patrimônio Líquido.....	83
Nota 26 – Receita Líquida com Juros e Similares	85
Nota 27 – Ganhos/(Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo.....	85
Nota 28 – Receitas de Prestação de Serviços	85
Nota 29 – Despesas de Pessoal.....	85
Nota 30 – Outras Despesas Administrativas.....	86
Nota 31 – Outras Receitas Operacionais	86
Nota 32 – Outras Despesas Operacionais.....	86
Nota 33 – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.....	87
Nota 34 – Lucro por Ação.....	87
Nota 35 – Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados.....	87
Nota 36 – Compromissos e Outras Informações Relevantes	100
Nota 37 – Transações com Partes Relacionadas.....	101
Nota 38 – Informações por Segmentos	102
Nota 39 – Outras Informações.....	106
Nota 40 – Evento Subsequente.....	109

Relatórios

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e de suas controladas (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e de suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis à auditoria de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão para perda esperada com operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro

A constituição da provisão para perdas esperadas com operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 5.d.1, nº 4.c e nº 10.b às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco desenvolveu modelos internos para estimativa da provisão para perdas esperadas, conforme requerimentos da IFRS 9, visando gerar a expectativa das perdas com operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro ao longo de um dado horizonte de tempo, englobando a avaliação dos parâmetros de PD (“Probability of Default”), LGD (“Loss Given Default”) e EAD (“Exposure at Default”). Para tanto, o Banco utiliza modelos internos para considerar todos os históricos de dados disponíveis e ponderar possíveis cenários de perdas, envolvendo premissas e julgamentos da Administração, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de perdas esperadas de seus instrumentos financeiros. A provisão com perdas esperadas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro foi considerada um principal assunto de auditoria devido à relevância dos ativos financeiros relacionados a operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, à utilização de modelos internos e ao fato de envolver julgamento e determinação de premissas por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco para as operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, com envolvimento de nossos especialistas, com o objetivo de avaliar a aderência aos requerimentos da norma internacional de relatório financeiro IFRS 9; (b) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes sobre o processo de mensuração da estimativa da provisão com perdas esperadas de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro; (c) revisão e desafio dos modelos utilizados pela Administração para a mensuração da perda esperada, incluindo a alocação da carteira de crédito expandida nos estágios requeridos pela norma internacional de relatório financeiro IFRS 9, com base em amostragem, com envolvimento de membros seniores da nossa equipe e dos nossos especialistas; (d) análise do nível de provisionamento de perdas das operações de crédito; e (e) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para estimar a provisão com perdas esperadas com operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

2. Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.(i) e nº 23 às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas, decorrentes de eventos passados, com base na avaliação da Administração, suportada por seus assessores jurídicos, mensurando os montantes a serem provisionados através de métodos massificados ou análise individualizada de cada processo, o qual é avaliado periodicamente pelos assessores jurídicos com relação à probabilidade de perda e aos montantes a serem provisionados.

Devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras consolidadas e ao uso de estimativa e julgamento por parte da Administração, com seus assessores jurídicos, dos processos individualizados, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do desenho e da implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas e a mensuração dos montantes provisionados; (b) envolvimento de nossos especialistas tributários e legal para análise dos processos fiscais, avaliados por nós como significantes; (c) envolvimento de nossos especialistas estatísticos para entendimento dos parâmetros utilizados no método “Massificado”; (d) confirmação das demandas com os assessores jurídicos externos e internos; (e) análise por amostragem da razoabilidade das premissas utilizadas na mensuração dos processos selecionados; (f) interação com os assessores jurídicos do Banco responsáveis pelas principais causas fiscais; e (g) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para estimar as provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

3. Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco dependem do ambiente de tecnologia e de infraestrutura capazes de suportar um elevado número de transações processadas diariamente em seus sistemas de informação legados que alimentam os seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, podem, eventualmente, conter riscos no processamento e na geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, justificando nossa consideração como área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes que suportam as principais atividades de negócio do Banco, avaliamos o desenho dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios, quanto à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação, relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banco.

A avaliação dos processos e controles do ambiente de tecnologia da informação, associados aos testes realizados mencionados anteriormente, nos permitiram considerar aceitáveis as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração consolidada do valor adicionado

As demonstrações consolidadas do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional de contabilidade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS

João Paulo Stellfeld Passos
Contador
CRC nº 1 PR 053072/O-7

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., relativo ao quarto trimestre e ao ano de 2025, elaborado de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e em atendimento aos requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN).



Cenário Econômico

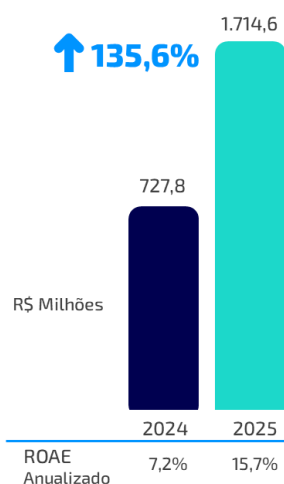
O ano de 2025 começou repleto de incertezas e riscos no cenário internacional, especialmente diante da imposição de tarifas de importação pelo governo dos Estados Unidos (EUA) e por conflitos geopolíticos relevantes. Contudo, a inflação manteve-se sob controle nas principais economias, oferecendo espaço para políticas monetárias menos restritivas. A Argentina, mesmo diante de desafios, deve exibir um crescimento estimado de 4,0%, favorecendo a demanda por produtos brasileiros, especialmente do Rio Grande do Sul (RS). No Brasil, a atividade econômica desacelerou gradualmente, mantendo a taxa básica de juros (Selic) em patamar restritivo de 15,0% ao ano. A despeito da elevada taxa de juros, o PIB do 3T2025 apresentou crescimento de 1,8% ante o mesmo período de 2024, embora com gradativa desaceleração na comparação com o 2T2025. O setor agropecuário se destacou com alta de 10,1%, e o setor industrial apontou expansão de 1,7% ante o mesmo trimestre de 2024. Já o setor de serviços cresceu em menor ritmo, 1,3%, refletindo o impacto dos juros altos. A inflação medida pelo IPCA acumulou alta de 4,5% em 12 meses até novembro/2025.

No RS, por sua vez, os dados do PIB do terceiro trimestre de 2025, divulgados pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE) do governo do Estado, apontaram uma expansão de 2,5% em relação ao mesmo período de 2024, com destaque para a retomada do setor agropecuário que cresceu 5,3%, apesar do impacto da estiagem. A indústria gaúcha se expandiu 3,7%, com destaque para a de transformação, e o setor de serviços apresentou ligeiro crescimento de 0,7%, com quedas importantes em vendas de veículos, de material de construção e de móveis e eletrodomésticos.

O mercado de crédito do RS voltou a exibir ritmo de expansão maior do que o nacional, com uma variação interanual de 10,8% em novembro/2025, ante um crescimento de 9,5% no Brasil, refletindo principalmente o forte incremento nas concessões às empresas, que avançaram 12,2%, e às famílias que avançaram 10,0%. Apesar da expansão, a taxa média de inadimplência no sistema financeiro gaúcho avançou para 4,1%, superando a média nacional de 3,8% até novembro/2025.

Desempenho Consolidado

O **lucro líquido** em 2025 alcançou **R\$1,7 bilhão**, 135,6% ou R\$986,8 milhões maior que o registrado em 2024. Os destaques positivos do período foram, especialmente, o incremento da margem financeira, o resultado favorável das outras receitas e despesas operacionais, o menor fluxo das perdas líquidas esperadas associadas ao risco de crédito e o aumento das receitas de prestação de serviços. O resultado do ano foi minimizado pelo moderado aumento das despesas administrativas e das provisões fiscais, trabalhistas e cíveis, bem como pelo consequente efeito tributário.



Os ajustes de BrGaap para IFRS relativos ao resultado totalizaram R\$109,6 milhões e estão demonstrados na Nota Explicativa 39 das Demonstrações Financeiras IFRS, distribuídos especialmente nas Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, na Receita Líquida de Juros e Similares, nas Outras Receitas (Despesas) Operacionais e, conseqüentemente, no efeito tributário.

O **patrimônio líquido** alcançou R\$11.465,2 milhões no final de dezembro/2025, 10,0% superior a dezembro/2024 refletindo, em especial, a incorporação dos resultados gerados, o pagamento de juros sobre capital próprio e provisionamento de dividendos e a remensuração do passivo atuarial referente aos

Ativos Totais R\$163,9 bi



benefícios pós-emprego (IAS 19). No mesmo período, o **total em ativos** alcançou R\$163.858,5 milhões, crescimento de 10,8% em relação a dezembro/2024, e as aplicações em tesouraria totalizaram R\$74.667,9 milhões, 20,4% superiores a dezembro de 2024.

Produtos e Serviços



Em 2025 a base estratégica das nossas iniciativas para expansão foi o **segmento empresarial**. Implementamos um novo conceito de atendimento voltado para clientes pessoa jurídica (PJ), com foco na qualificação do relacionamento e na oferta de produtos e serviços especializados, visando a construção de relacionamentos de longo prazo e assertividade na concessão de crédito.

Desenvolvemos e aprimoramos um portfólio completo de soluções em contas a receber e a pagar para a gestão integrada do fluxo de caixa das empresas, como a **API Pix Banrisul**, que já conta com mais de duas mil empresas integradas, e a **API Portal Gestão de Cobranças** - ferramentas que conectam as plataformas dos clientes PJ às nossas soluções de gestão e controle de recebimentos e pagamentos. No mesmo período lançamos novas modalidades de capital de giro para empresas de todos os portes, multigarantias e com pagamento flexível (parcela única ou parcelado). Nossos clientes também contam com soluções de venda e antecipação de recebíveis Vero, cartão Banricompras Empresas com prazos de pagamento flexíveis e parametrizáveis, produtos para capital de giro rotativo (Conta Única) e para folha de pagamento.



No 4T2025 assinamos convênios relevantes de folhas de pagamento junto a clientes do segmento Corporate com alta empregabilidade, que geraram mais de 30 mil novas contas de clientes pessoas físicas.

Carteira de Crédito

Nossa carteira de crédito alcançou R\$65.061,6 milhões em dezembro de 2025, com alta de 4,6% frente a dezembro de 2024, refletindo, especialmente, a ampliação no saldo de crédito para pessoa jurídica, com destaque para capital de giro, câmbio e conta garantida.

Carteira de Crédito **R\$65,1 bi**

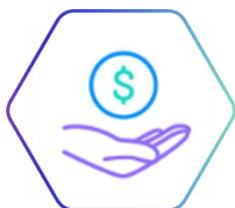


Ao longo de 2025 desenvolvemos e implementamos soluções e avanços digitais importantes e reabrimos linhas sazonais, mantendo o olhar atento ao mercado sem perder a centralidade do cliente. Aprimoramos os serviços digitais para a contratação de crédito pessoa física e jurídica, incluindo a assinatura eletrônica para contratação diretamente pelo *app*.

No segmento **pessoa física** reabrimos modalidades de crédito para a educação e, acompanhando o mercado, operamos com as linhas de consignado CLT pelos canais presenciais e digitais, ampliando nossa atuação no segmento de consignado. O saldo na modalidade de cartão de crédito teve incremento importante em 2025, alcançando R\$2.850,4 milhões. No segmento **pessoa jurídica**, a Conta Única (modalidade de conta garantida com limite de crédito rotativo e recorrente para capital de giro lançado em abril/2024) manteve o protagonismo no portfólio e chegou ao saldo de R\$2.269,5 milhões em dezembro/2025. As linhas de crédito de capital de giro e de câmbio também se destacaram com avanços relevantes no ano.



Aprimoramos a gestão de riscos e a qualidade dos nossos ativos de crédito através de iniciativas e esforços que transformaram e impulsionaram a recuperação de crédito, dentre elas:



- Soluções digitais de renegociação para maior autonomia dos clientes.
- Ampliação dos canais de negociação, garantindo conveniência e acessibilidade.
- Intensificação da governança e fortalecimento da equipe de vendas.
- Olhar atento para clientes com indícios de redução na capacidade de pagamento, adequando o *mix* de produtos e as concessões via *app*.

A funcionalidade **Finanças em Dia**, solução digital de renegociação de dívidas disponibilizada no Aplicativo Banrisul no primeiro semestre de 2025, se consolidou como um importante canal complementar para assegurar a sustentabilidade da carteira, permitindo ao cliente renegociar suas dívidas de forma rápida, prática e segura, sem necessidade de deslocamento a uma agência do Banco.

Para outras informações sobre a nossa carteira de crédito, acesse o relatório Análise de Desempenho.


Recursos Captados e Administrados

Nossa carteira de recursos captados e administrados, composta por depósitos, recursos em letras, dívida subordinada e fundos de investimento, cresceu 15,0% em 2025 e alcançou R\$133.495,1 milhões. Dos recursos captados, 29,7% são operações prefixadas, que em 2025 cresceram 41,5%, com acréscimos de R\$2.686 milhões nos CDBs e de R\$1.130 milhões nas Letras Financeiras. Os depósitos, principal instrumento de captação, cresceram R\$12.363,0 milhões em 2025 (+14,0%) e representam 89,5% dos recursos captados.

Em 2025 emitimos Letras Financeiras Subordinadas no montante de R\$1,0 bilhão no 3T2025, e R\$850,0 milhões no 4T2025, instrumentos estratégicos voltados ao fortalecimento da estrutura de capital. Nesse mesmo ano investimos na ampliação e diversificação das fontes de captação e no fortalecimento da base de investidores, aliando tecnologia e conveniência às necessidades do mercado.

Aprimoramos a experiência do investidor nos canais digitais através da evolução da jornada de investimentos via *app*, que passou a oferecer uma experiência mais simples, intuitiva e alinhada aos objetivos dos clientes, e do lançamento do novo site institucional, redesenhado com interface renovada, organizado por perfis e focado em soluções financeiras. Como resultado, a captação via aplicativo cresceu 31,0% no

volume contratado e 30,0% no número de clientes que realizaram sua primeira aplicação pelo app.



No 4T2025, anunciamos um novo posicionamento estratégico na administração e gestão de fundos de investimento de renda fixa e variável com a criação da marca **Banrisul Asset**, com foco na visão estratégica e abordagem orientada por dados, análises e inteligência de mercado, aliando desempenho e segurança aos investidores.

Soluções em Câmbio

Em 2025, reforçando nosso compromisso em apoiar a forte vocação exportadora do Rio Grande do Sul, expandimos nossa atuação comercial no segmento de câmbio, primando sempre pela saúde da carteira através da gestão criteriosa, do atendimento personalizado e do profundo conhecimento dos negócios dos nossos clientes. Ampliamos a oferta de soluções cambiais com a inclusão do Renminbi (CNY) como moeda para a liquidação de operações de importação e exportação, atendendo à crescente demanda de empresas que mantêm relações comerciais com a China. Como resultado nossa carteira cresceu 34,9%, passando de R\$2,1 bilhões em dezembro/2024 para R\$2,9 bilhões ao final de dezembro/2025, impulsionada pela intensificação da atuação comercial e pelo aumento significativo das operações de câmbio pronto, mantendo baixíssimo índice de inadimplência.



Cartões de Crédito e de Débito

Contamos com uma base de 1,3 milhão de cartões de crédito nas bandeiras Mastercard e Visa ao final de dezembro de 2025. As receitas de crédito e de tarifas com cartões de crédito e com cartões BNDES somaram R\$882,1 milhões no ano de 2025.

Cartões de Crédito		Banricompras		Banricard	
106,1 milhões de transações	R\$10,7 bilhões faturamento	143,6 milhões de transações	R\$15,1 bilhões faturamento	5.137 clientes conveniados ativos	R\$2,3 bilhões faturamento

Ao longo de 2025, importantes lançamentos e parcerias estratégicas reforçaram nosso relacionamento com os clientes, impulsionando a fidelização e proporcionando conveniência, ampliação de benefícios e vantagens exclusivas, tais como:

- Suporte completo às carteiras digitais Apple Pay e Google Pay, permitindo que os clientes utilizem seus cartões de crédito Banrisul Mastercard diretamente pelo seu smartphone IOS ou Android.
- Promoções com recompensas reais e atrativas.
- Concessão de descontos na compra de ingressos com cartões Banrisul Mastercard, Visa e Banricompras, para shows e espetáculos em quatro casas de eventos do Estado.
- Tag Veicular Banrisul, em parceria com a Veloe, com mensalidade grátis.
- No Banriclub, ampliamos os benefícios com programas de vantagens de linhas aéreas, e lançamos a funcionalidade “Crédito em Fatura”, que permite aos clientes pessoa física converterem seus pontos em valores creditados diretamente na fatura.
- No Banricompras Empresas disponibilizamos uma solução de pagamento para pessoas jurídicas, com limites para compras pré-datadas e parceladas, diferenciando-se pelos prazos flexíveis e parametrizáveis.
- Habilitamos o extrato do Banricompras detalhado no *app*, que confere maior autonomia e gestão de gastos.

Rede de Adquirência Vero

A Vero encerrou 2025 com 150,7 mil estabelecimentos credenciados ativos, com transações nos últimos 12 meses, posição 5,9% superior ao ano anterior. No período, foram capturadas 550,5 milhões de transações, atingindo um volume financeiro transacionado de R\$50,8 bilhões.



O volume de antecipação de recebíveis totalizou R\$10,2 bilhões em 2025, equivalente a 39,4% do volume passível de antecipação, um incremento de 7,9% em relação ao ano anterior.

Mais do que soluções de pagamento, a Vero oferece ferramentas de gestão, de controle e de crescimento para o negócio. Em 2025 lançamos o **App Vero Gestão**, que agrega valor às soluções Vero, sendo um diferencial competitivo que coloca o controle do negócio nas mãos do empreendedor.

Aplicativo Vero Gestão

- ✓ Gestão de vendas em tempo real.
- ✓ Antecipação de recebíveis.
- ✓ Gráficos e relatórios inteligentes.
- ✓ Venda à distância.
- ✓ Gestão de pagamentos recorrentes.
- ✓ Simulação de vendas.

Também lançamos a plataforma **Banrisul Ofertas**, uma conexão entre os credenciados Vero e os correntistas Banrisul para os estabelecimentos cadastrarem promoções disponíveis aos clientes no *app*.

Consórcio

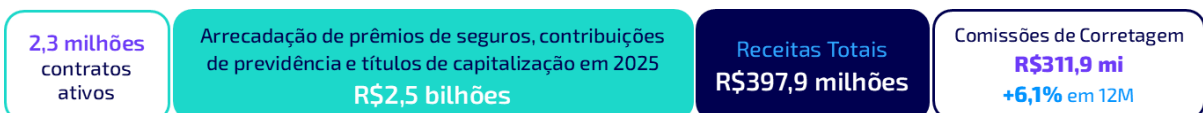
A Banrisul Consórcios oferece soluções completas para a aquisição de imóveis, automóveis, motocicletas, maquinário agrícola e veículos pesados, com atendimento presencial e digital para simulação, contratação e gestão das cotas, proporcionando praticidade, segurança e autonomia aos consorciados. Em 2025 foram contempladas mais de 11,3 mil cotas nas modalidades de veículos e imóveis.

Ao longo de 2025 lançamos dois novos grupos com perfil diferenciado: o **Clube do Milhão**, voltado para a aquisição de imóveis para clientes de alta renda e perfil investidor; e o **Clube dos Gigantes**, para a aquisição de veículos pesados, máquinas e implementos agrícolas e carros de alto padrão. A partir de uma estratégia comercial planejada, as campanhas tiveram excelente adesão entre clientes que buscam segurança e valorização patrimonial, reforçando nosso protagonismo no setor de consórcio como alternativa de investimento.

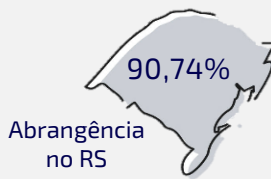


Seguridade

Nosso segmento de seguros e previdência privada possui produtos pensados para assegurar o futuro e a tranquilidade de nossos clientes e seus familiares. Em 2025, mantivemos iniciativas voltadas às soluções digitais, melhoria da experiência do cliente e fortalecimento da força de vendas. Ampliamos as funcionalidades via aplicativo, incluindo a contratação digital e novas opções de pagamento via Pix e cartão de crédito, e desenvolvemos ferramentas comerciais para apoiar nossos colaboradores na geração de novos negócios.



Relacionamento com o Cliente



458 no Rio Grande do Sul
15 em Santa Catarina
4 em outros Estados

356 Pontos de Atendimento Eletrônico – PAEs

113 Postos de Atendimento – PAs

952 Banripontos

Em 2025 evoluímos significativamente o nosso modelo de atendimento ao cliente com a criação de espaços especializados para empresas e novas agências com conceito totalmente renovado. Os novos espaços **Banrisul Empresas** e **Banrisul Corporate** foram projetados para atender as demandas específicas dos clientes, e reúnem um time com ampla expertise em soluções financeiras empresariais,



com foco na qualificação do relacionamento e maior agilidade nos processos. Avançamos também na estratégia de eficiência operacional e otimização de agências, considerando critérios como sobreposição de atendimento e oportunidades de ganho de escala.

No 4T2025, inauguramos um **novo modelo de atendimento em agências** com ambientes mais eficientes, acessíveis e preparados para o futuro do atendimento bancário, integrando tecnologia, proximidade e humanização. As novas agências priorizam o atendimento “phygital”, que combina interação humana qualificada com soluções tecnológicas, e contam com espaços compartilhados e pensados para incentivar conexões e proporcionar bem-estar aos clientes.

Entre as novidades desse modelo, **novos caixas eletrônicos recicladores (ATMs Recicladores)**, que eliminam o uso de envelopes e reutilizam as cédulas depositadas, possibilitam saques e depósitos online, além de transações internacionais por meio das redes Visa e Mastercard **para clientes de mais de 150 bancos** conectados com a rede Banco24Horas. A tecnologia reduz filas, aprimora a experiência de atendimento e amplia a oferta de serviços para todas as pessoas, clientes ou não, impulsionando a geração de receitas recorrentes com serviços.

Até o final de 2025 foram instalados 852 ATMs Recicladores em estabelecimentos comerciais e agências de várias cidades do RS. Em 2026 serão 1.000 equipamentos ao todo.

+4,7 milhões de transações

80,6% clientes Banrisul

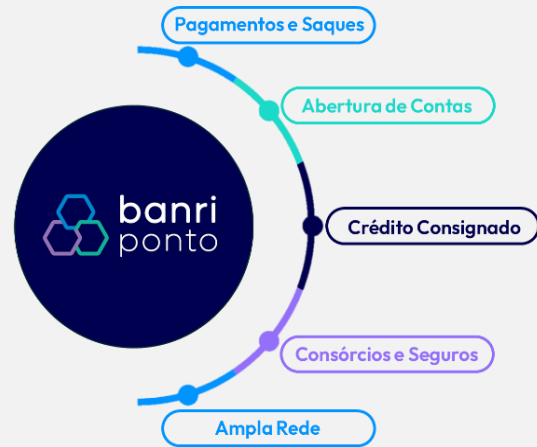
19,4% outras IF





Também no 4T2025, lançamos a **BanriWay**: primeira conta digital para crianças e jovens, com controle parental integrado, segurança e funcionalidades modernas, além de produtos voltados à educação financeira, tendo como público alvo jovens entre 10 a 16 anos residentes no Rio Grande do Sul. Com ela, buscamos a renovação da nossa base de clientes conectando famílias ao Banrisul desde cedo, reforçando nosso posicionamento como banco moderno e próximo das pessoas.

Nossa rede de atendimento é complementada por uma ampla estrutura de correspondentes **Banripontos**, presentes em 70,0% dos municípios do RS e que se consolidaram como um dos principais canais adicionais de negócios e atendimento, contribuindo para a inclusão financeira e para a ampliação da nossa capilaridade. Em 2025, iniciamos uma transformação do modelo dos Banripontos, até então majoritariamente transacional, para um canal de negócios mais completo que oferece soluções de crédito, seguros, consórcios e serviços digitais de forma integrada, ágil e eficiente, além de ampliar nossa presença na maioria dos municípios do Estado.



Canais Digitais

Contamos com os canais digitais: Minha Conta, Afinidade e Office Mobile, disponíveis no aplicativo Banrisul, além do Office e do Home Banking, acessíveis via web.



Em 2025 o App Banrisul foi totalmente redesenhado para refletir as necessidades reais dos clientes e oferecer uma experiência de uso mais intuitiva, acessível e segura. As principais melhorias foram: maior destaque nas informações centrais da conta, espaço para produtos estratégicos e atalhos para tarefas do dia a dia. O extrato da conta corrente passou a oferecer acesso direto aos comprovantes de movimentações financeiras, em uma experiência mais completa e integrada das informações. O novo menu **Finanças em Dia**, que categoriza despesas e permite definir orçamentos mensais, complementa a experiência do cliente no centro da sua vida financeira, contribuindo também para a redução da inadimplência, uma vez que o menu direciona o usuário para a renegociação dos seus débitos.

Também neste ano, nossos clientes passaram a contar com a possibilidade de amortização e quitação de contratos de financiamento imobiliário com recursos próprios diretamente no *app*.

Na jornada Pix, em 2025 expandimos a disponibilidade para o *home banking* e habilitamos pagamentos para chaves internacionais. O produto Pix Automático foi integrado às nossas soluções API (Interface de Programação de Aplicações) para as empresas incorporarem a cobrança recorrente aos seus sistemas de gestão. No 4T2025, recebedores pessoa jurídica conveniados ao Pix Automático passaram a contar com a opção de enviar solicitação de autorização de débito ao pagador através de *qr code*, via Office Banking ou *App* Banrisul. No mesmo período, nossos clientes passaram a contar com a funcionalidade de **Contestação Pix** no *app*, reforçando nosso compromisso com a segurança e a proteção de dados, oferecendo mais agilidade e eficiência no combate a fraudes.



Governança Corporativa



Contamos com uma estrutura de Governança Corporativa consolidada, com atribuições claramente definidas e foco permanente na evolução de seus métodos, políticas e processos decisórios, em alinhamento às melhores práticas de mercado. Desde 2007, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, atendendo integralmente aos requisitos desse segmento. Adicionalmente, adotamos práticas complementares exigidas de companhias listadas no Novo Mercado, reforçando nosso compromisso com a transparência, equidade e prestação de contas, contribuindo para a geração de valor aos acionistas, fortalecendo assim nossa credibilidade junto a investidores e clientes. Informações detalhadas sobre a Governança Corporativa do Banrisul estão disponíveis no site de Relações com Investidores (ri.banrisul.com.br – [Seção Governança Corporativa](#)).

Estrutura Acionária

Nossas ações são negociadas sob os tickers BRSR3, BRSR5 e BRSR6, esta última a ação mais líquida, presente em oito índices da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O Estado do Rio Grande do Sul, acionista controlador, possui 98,1% das ações ordinárias com direito a voto e 49,4% do capital total do Banrisul.

Nossa base acionária conta ainda com aproximadamente 146 mil acionistas e possui dispersão superior ao mínimo de ações em livre circulação (*free float*) exigido pelo Nível 1 de Governança Corporativa da B3, sendo 50,6% frente a 25,0%, respectivamente. A seguir apresentamos alguns indicadores de mercado:



Distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos

Desde o início de 2008 mantemos uma política de pagamento trimestral de Juros Sobre o Capital Próprio e, historicamente, a remuneração aos acionistas com pagamento de Juros Sobre Capital Próprio - JSCP e Dividendos supera o mínimo legalmente exigido. Em 2025 foram pagos e/ou provisionados JSCP e dividendos, antes da retenção do imposto de renda, no montante de R\$649,0 milhões.

Relações com Investidores

Nossa área de Relações com Investidores está em permanente interação com os diversos agentes de mercado, comunicando nossas informações financeiras, realizando apresentações sobre resultados e perspectivas, atualizando documentos regulatórios obrigatórios, bem como divulgando tempestiva e oportunamente fatos relevantes, comunicados ao mercado e demais avisos aos acionistas e investidores.

Entre em contato conosco pelo canal [Fale com o RI](#) e [Cadastre-se no Mailing](#) para receber as informações por e-mail quando ocorrer evento corporativo ou qualquer comunicação.

Gestão de Capital e de Risco

Anualmente revisamos nossa Estrutura Institucional de Gestão de Capital e de Riscos Corporativos, que está disponível no site de Relações com Investidores, (ri.banrisul.com.br - [Seção Governança](#)

Corporativa/Gerenciamento de Riscos), em conjunto com o Relatório de Pilar 3 que apresenta informações de acesso público relativas à gestão de riscos e à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), do patrimônio de referência e da razão de alavancagem.

Neste contexto, tratamos o gerenciamento de capital como um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e riscos aos quais o Banco está sujeito:

Risco de Crédito	Melhorias constantes na apuração do cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada – RWA_{CPAD} .
Risco de Mercado	Os indicadores de risco mantiveram-se controlados, tendo permanecido em níveis adequados e de acordo com os limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos – RAS.
Risco de Liquidez	Os níveis de risco mantiveram-se controlados e de acordo com os limites estabelecidos em políticas internas.
Risco Operacional	A mensuração da parcela RWA_{OPAD} , já consolidada nos modelos e processos internos, apresentou comportamento estável no período, em conformidade com as normas vigentes e sem necessidade de ajustes na metodologia.
Riscos ESG	Monitoramento da exposição da carteira de crédito pessoa jurídica, que se manteve dentro dos limites estabelecidos.

Investimento e Inovação

Ao longo de 2025 avançamos muito no aprimoramento de vários processos de tecnologia da informação (TI), principalmente em ferramentas de colaboração e soluções de alta disponibilidade, projetos que foram desenvolvidos com foco na modernização e otimização das estruturas tecnológicas que sustentam os nossos processos operacionais e de atendimento, sempre com o cliente no centro das decisões.

Estratégia Digital	Lançamento do novo Portal do Desenvolvedor Banrisul e iniciativas de <i>Banking as a Service</i> (BaaS), consolidando o Banrisul como provedor de soluções financeiras completas via APIs.
	Novo App Banrisul e novo extrato, totalmente reformulados, com interface mais moderna e intuitiva.
	Plataforma Vero Gestão Web - centralizando informações operacionais e financeiras para o credenciado.
	Melhorias para clientes PJ, incluindo novo menu de empréstimos e ajustes de limites.
	Melhorias na área Pix ampliando a usabilidade e aprimorando as informações exibidas no extrato.
	Lançamento do BanriWay: conta digital com controle parental para menores de idade.
Relacionamento com o cliente	Evolução e aprimoramento do Pix, incluindo funcionalidades como Contestação Pix em conformidade com o Mecanismo Especial de Devolução (MED), Pix Automático, PIX Saque e Parcelamento Pix.
	Integração com as carteiras digitais Apple Pay e Google Pay.
	Integração com a Carteira de Trabalho Digital para oferta de crédito consignado CLT.
	Assinatura eletrônica para contratos, abertura de contas, pedidos de cartão, contratação de CDB Automático e definição de limites, tornando o atendimento mais ágil e padronizado.
Modernização e Eficiência Operacional	Certificação Funcional Server para FIDO2 (<i>Fast IDentity Online 2</i>): evolução dos sistemas de autenticação online para proteção de dados e acesso.
	Migração de 7.800 usuários para a plataforma colaborativa M365.
	Agência do Futuro: aumento da velocidade dos links de comunicação; virtualização de servidores; fortalecimento da segurança da informação.
	<i>Artificial Intelligence for IT Operations</i> (AIOPS), para maior disponibilidade e performance dos serviços de TI que sustentam os negócios do Banco.
	Nova solução de extratos históricos, gerando economia de custos e receitas com tarificação automatizada.
	Automação no sistema de resfriamento do Data Center Zona Sul para maior eficiência energética e segurança dos equipamentos.

Os investimentos em modernização tecnológica, que contemplam todos os investimentos em TI, autoatendimento, Datacenter, transformação digital, atendimento e relacionamento com clientes, sistemas de informação e segurança patrimonial, bem como em reformas e ampliações, totalizaram R\$401,2 milhões em 2025, tendo como principal finalidade a modernização da infraestrutura de TI (hardware e software), segurança patrimonial e reformas de agências.

Banritech

Em 2025, o Programa de Aceleração de Startups Banritech Fly foi redesenhado para alinhar-se aos desafios reais da Instituição. O novo ciclo foi lançado oficialmente em julho, totalmente embasado no Marco Legal das Startups (Lei Complementar nº 182/2021), garantindo segurança jurídica e padronização para futuras contratações. Com divulgação ativa para centenas de *hubs* de inovação de todo o país, obteve alcance em importantes canais de inovação e recebeu inscrições de startups de 7 Estados do Brasil, sendo 8 selecionadas para seguirem no ciclo de aceleração que contemplou 6 desafios propostos em edital: Gestão de Imóveis, Performance Interna, Programa de Fidelidade, Inteligência de Mercado, Agregador Financeiro PJ e Garantia Tokenizada. Durante o 4T2025, as startups selecionadas receberam mentorias especializadas, workshops e acompanhamento próximo das áreas de negócio do Banrisul, com participação ativa de especialistas internos, que contribuíram para alinhar as soluções às necessidades reais do Banco. O ciclo foi concluído com o *Pitch Day*, momento em que as startups apresentaram suas soluções para os desafios propostos.

O Banritech Fly é mais do que um programa de aceleração: é um movimento estratégico para garantir que o Banrisul esteja preparado para liderar as mudanças que redefinem o setor financeiro.

Sustentabilidade

Consolidando nosso compromisso com as melhores práticas do mercado financeiro, conquistamos, no último trimestre de 2025, o selo Socioambiental de autorregulação da FEBRABAN. Ao longo de 2025:

- Revisamos nossa Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática.
- Definimos a Carteira de Produtos Sustentáveis.
- Avançamos no cálculo das Emissões Financiadas e preço interno de carbono.
- Firmamos parceria com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia, com a organização Coalizão pelo Impacto e com o Fundo Regenera RS, para lançar o Programa Impacta RS, apoiando negócios voltados à reconstrução do Estado após os desastres climáticos.
- Finalizamos a elaboração do *Sustainable Finance Framework*.

Ainda em relação à pauta climática, avançamos na migração do consumo de energia elétrica para fontes renováveis, com a contratação de duas usinas de energia fotovoltaica, o que contribui para diminuir nossas emissões de gases de efeito estufa.

Pessoas

Nossa política de recursos humanos é pautada na transparência e no respeito às singularidades. Valorizamos nosso capital humano através de políticas estruturadas de gestão de pessoas, educação corporativa e inclusão.

Em 2025 implementamos a **Reestruturação de Funções** na rede de agências e nas áreas administrativas, construída juntamente com as bases sindicais de modo a preservar salários e sustentar uma transição segura para todas as partes envolvidas. Essa reestruturação, além de alinhar os modelos de progressão de carreira e de remuneração às práticas de mercado, também garantiu segurança jurídica nas relações de trabalho por ela abarcadas, mitigando impasses frente a passivos trabalhistas.



O **Programa Banrisul Nosso Jeito** é uma alavanca estratégica para a qualificação da liderança e o fortalecimento das competências essenciais de todo o nosso quadro funcional. A iniciativa promove jornadas de desenvolvimento profissional em âmbito técnico e comportamental para todas as funções, garantindo que nossas equipes estejam preparadas para suportar a transformação do negócio, com eficiência operacional e sustentabilidade da Organização no longo prazo.

No escopo da diversidade e acessibilidade, contamos com 1.335 colaboradores habilitados em Libras, treinados e capacitados através de cursos proporcionados pela Instituição. Periodicamente, promovemos ações voltadas à conscientização sobre o autismo, cultura negra, orgulho LGBTQIAP+, promoção da diversidade, equidade, inclusão e combate ao assédio, como a realização de workshops e oficinas temáticas voltados ao entendimento das diversas formas de discriminação.

No 4T2025 foram admitidos 146 novos funcionários, garantindo a reposição de colaboradores aposentados. Também foram treinados 244 novos Gerentes de Relacionamento, com a primeira edição do Programa de Formação pós reestruturação de funções.

Ações e Programas Culturais e Sociais

No âmbito Social e Cultural, investimos permanentemente em ações sociais e educacionais, como o Projeto Pescar, que atende jovens em situação de vulnerabilidade social; o Programa Jovem Aprendiz Legal, voltado à inserção de jovens no mercado de trabalho e viabilizado através de parcerias com instituições formadoras; e iniciativas de educação financeira por meio da plataforma Banrieduca, com ações presenciais em escolas, universidades e empresas através dos nossos multiplicadores.



Em 2025 anunciamos a criação do Banrisul Cultural, um braço institucional dedicado exclusivamente ao fomento, apoio e difusão de projetos culturais e sociais em todo o Estado. A iniciativa tem como objetivo apoiar projetos que promovam inclusão, preservação do patrimônio histórico e valorização da diversidade artística, buscando sempre apoiar aqueles que tem capacidade de

retornar valor à sociedade. A criação do Banrisul Cultural foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do RS em setembro/2025, e no 4T2025 as empresas do grupo Banrisul efetivaram os primeiros aportes.

Reconhecimentos

JAN

Banrisul estreia na carteira do Índice Carbono Eficiente da B3.

MAR

Banrisul conquista Prêmio Ouvidorias Brasil pela quinta vez.

Banrisul é a marca líder em Empresa Pública Gaúcha no Marcas de Quem Decide.

ABR

Moodys eleva o *rating* do Banrisul para AA-.br.

Banrisul conquista o Prêmio ESARH – Doralício Siqueira 2025, um dos prêmios mais importantes em gestão de pessoas do País.

MAI

Banrisul é destaque na 35ª edição do prêmio Top of Mind RS e reforça conexão com os gaúchos.

Banrisul é destaque como um dos três agentes financeiros que mais concederam crédito na reconstrução do Estado, devido aos eventos climáticos de 2024, durante a 4ª edição do Evento de Reconhecimento dos Agentes Financeiros, realizada em São Paulo.

Fitch confirma ratings do Banrisul em BB- e AA+(bra), com perspectiva estável.

Banrisul recebe homenagem pelo patrocínio à programação de estreia do Teatro Simões Lopes Neto.

AGO

Banrisul conquista Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol por excelência na gestão de emissões de gases de efeito estufa pelo quarto ano consecutivo.

SET

Presidente do Banrisul é homenageado com o 26º Troféu Guri.

Diretor do Banrisul é homenageado com o Prêmio Ceres na 48ª edição da Expointer.

Banrisul alcança classificação verde inédita na auditoria de autorregulação da Febraban.

Banrisul está entre as 100 maiores empresas do Brasil do ranking EXAME MELHORES E MAIORES 2025, da revista Exame.

Banrisul é um dos 20 maiores bancos do País no ranking Valor 1000, edição de 2025, elaborado pelo jornal Valor Econômico.

OUT

Banrisul conquista terceira posição no ranking de curto prazo da Taxa Selic no Relatório Focus.

O Banrisul obteve destaque no ranking Top 5 do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central (BC), conquistando a terceira posição na projeção de curto prazo para a Taxa Selic, dentre 170 instituições financeiras, acadêmicas e consultorias.

Banrisul é a segunda maior empresa do Estado.

No ranking *500 Maiores do Sul – Grandes e Líderes 2025*, elaborado pelo Grupo Amanhã e a consultoria PricewaterhouseCoopers (PwC Brasil), o Banrisul conquistou a segunda posição entre as 100 maiores empresas do Rio Grande do Sul e o nono lugar entre as 500 maiores da Região Sul.

Banrisul é vencedor do Top de Marketing ADVB/RS 2025 na categoria Branding.

O Banrisul foi vencedor do Top de Marketing ADVB/RS 2025, na categoria Branding, durante a 42ª edição da mais tradicional premiação do setor de marketing e vendas do Rio Grande do Sul, organizada pela Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil – seccional RS.

NOV

Banrisul conquista o Prêmio Top Ser Humano 2025.

O Banrisul foi reconhecido como vencedor na categoria *Organização – modalidade: Desenvolvimento*, do Prêmio Top Ser Humano 2025, concedido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos – Seccional Rio Grande do Sul (ABRH-RS).

Banrisul recebe três selos da Autorregulação Febraban.

O Banrisul foi destaque na cerimônia de entrega dos Selos da Autorregulação da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), durante o Seminário Febraban de Relacionamento com o Consumidor. O Banrisul conquistou os três selos de autorregulação, consolidando seu compromisso com as melhores práticas de relacionamento e atendimento ao consumidor.

Banrisul é reconhecido com Prêmio de Inovação no BioCatch Connect 2025.

O Banrisul conquistou o Prêmio de Inovação durante o BioCatch Connect 2025, evento realizado em São Paulo que reuniu líderes do setor financeiro e especialistas em prevenção a fraudes. A premiação reforça o compromisso do Banco com a segurança digital e a proteção dos clientes, destacando o uso de soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA) e Machine Learning para identificar transações suspeitas nos canais digitais.

Aplicativo Banrisul e Banriclub se destacam em ranking nacional.

O aplicativo do Banrisul e o Banriclub - programa de recompensas dos cartões de crédito Banrisul - obtiveram posição de destaque no estudo CardIndex 2025, considerado o maior mapeamento de cartões e programas de fidelidade do País, organizado pela empresa CardMonitor, referência em informações e análises sobre o mercado de meios eletrônicos de pagamento.

DEZ

Banrisul mantém destaque no Top 5 Focus e figura entre os melhores na projeção da Taxa Selic.

O Banrisul reafirmou sua posição de destaque no ranking Top 5 do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central. Na última edição publicada, o Banco figurou novamente entre os cinco primeiros colocados na projeção de curto prazo para a Taxa Selic, ocupando a terceira posição no documento.

Banrisul Corretora de Valores recebe homenagem pelos 55 anos de atuação no mercado.

A Associação Comercial de Porto Alegre prestou homenagem à Banrisul Corretora de Valores pelos seus 55 anos de história em reconhecimento à trajetória da Instituição no mercado financeiro.

Agradecimentos

O resultado que apresentamos no período consolida importantes avanços e reafirma nosso compromisso com a excelência e a sustentabilidade de um banco que olha para o futuro com planejamento e visão estratégica. Graças ao empenho de nossos funcionários, e à parceria de nossos clientes, investidores e fornecedores, seguimos trabalhando próximos das comunidades e comprometidos com o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

A Diretoria.

Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Disponibilidades	6	1.298.124	1.126.982
Ativos Financeiros		156.590.693	140.738.679
Ao Custo Amortizado		132.993.625	117.203.223
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	7	15.861.036	11.716.930
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8	4.024.499	2.592.728
Títulos e Valores Mobiliários	9	45.848.429	35.077.029
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10	65.061.559	62.225.641
Outros Ativos Financeiros	11	5.936.592	8.194.992
(Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito)		(3.738.490)	(2.604.097)
(Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro)	10	(3.425.345)	(2.552.871)
(Outros Ativos Financeiros)		(313.145)	(51.226)
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		21.937.981	18.350.048
Títulos e Valores Mobiliários	12	21.937.981	18.350.048
Ao Valor Justo por Meio do Resultado		1.659.087	5.185.408
Títulos e Valores Mobiliários	13	1.558.847	4.861.110
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	100.240	324.298
Ativos Fiscais		3.869.114	3.853.213
Correntes		199.421	158.520
Diferidos	15a	3.669.693	3.694.693
Outros Ativos	14	672.897	617.910
Investimentos		169.748	199.602
Investimentos em Participações em Coligadas	16	169.748	199.602
Imobilizado de Uso	17	958.757	934.546
Imobilizações de Uso		1.995.256	1.931.204
(Depreciação Acumulada)		(1.036.499)	(996.658)
Intangível	18	299.199	465.583
Ativos Intangíveis		1.945.017	1.893.179
(Amortização Acumulada)		(1.645.818)	(1.427.596)
Total do Ativo		163.858.532	147.936.515

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

(Valores em Milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Passivos Financeiros		147.521.081	132.392.030
Ao Custo Amortizado		145.722.468	130.340.792
Depósitos	19	100.557.914	88.194.890
Captações no Mercado Aberto	19	22.819.656	22.238.994
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	19	7.739.376	6.936.464
Letras Financeiras Subordinadas	19	2.413.040	421.812
Obrigações por Empréstimos	19	2.806.928	2.513.508
Obrigações por Repasses	19	3.802.826	3.065.190
Outros Passivos Financeiros	20	5.582.728	6.969.934
Ao Valor Justo por meio do Resultado		1.690.432	1.880.714
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	1.027	-
Dívidas Subordinadas	21	1.689.405	1.880.714
Provisão para Perda Esperada		108.181	170.524
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar		96.100	133.562
Garantias Financeiras Prestadas		12.081	36.962
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	23a	2.518.055	2.902.896
Passivos Fiscais		556.822	660.285
Correntes		284.128	252.765
Diferidos	15b	272.694	407.520
Outros Passivos	24	1.797.423	1.562.551
Total do Passivo		152.393.381	137.517.762
Patrimônio Líquido	25		
Capital Social		8.300.000	8.000.000
Reservas de Capital		5.098	5.098
Reservas de Lucros		3.290.325	2.519.308
Outros Resultados Abrangentes		(133.709)	(109.359)
Participação dos Acionistas Não Controladores		3.437	3.706
Total do Patrimônio Líquido		11.465.151	10.418.753
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		163.858.532	147.936.515

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

(Valores em Milhares de Reais)

		01/01 a	01/01 a
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receitas com Juros e Similares		21.729.761	16.243.082
Despesas com Juros e Similares		(15.349.812)	(10.895.458)
Receita Líquida com Juros e Similares	26	6.379.949	5.347.624
Ganhos/(Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	27	(299.320)	274.033
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		283.697	258.282
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida		(1.045.031)	(1.262.647)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		(879.999)	(1.193.691)
Outros Instrumentos Financeiros		(165.032)	(68.956)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(3.305.914)	(3.856.339)
Receitas de Prestação de Serviços	28	2.135.807	2.102.668
Despesas de Pessoal	29	(2.755.325)	(2.539.113)
Outras Despesas Administrativas	30	(2.190.363)	(2.127.416)
Despesas Tributárias		(571.151)	(558.988)
Resultado de Participação em Coligadas	16	97.446	113.447
Outras Receitas Operacionais	31	1.322.530	662.816
Outras Despesas Operacionais	32	(746.431)	(924.872)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	23a	(598.427)	(584.881)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		2.013.381	760.953
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	33	(298.830)	(33.155)
Corrente		(384.920)	(460.439)
Diferido		86.090	427.284
Lucro Líquido do Período		1.714.551	727.798
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		1.713.913	727.253
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		638	545
Lucro por Ação	34		
Lucro Básico e Diluído por Ação (em Reais – R\$)			
Ação Ordinária		4,19	1,78
Ação Preferencial A		4,59	1,84
Ação Preferencial B		4,19	1,78

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

(Valores em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Lucro Líquido do Período	1.714.551	727.798
Itens Reclassificáveis para a Demonstração do Resultado	31.795	6.855
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	31.795	6.855
Variação de Valor Justo	50.999	16.545
Efeito Fiscal	(19.204)	(9.690)
Itens não Reclassificáveis para a Demonstração do Resultado	(56.145)	187.291
Remensuração de Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	(56.145)	187.291
Ganhos/(Perdas) Atuariais	(101.988)	340.081
Efeito Fiscal	45.843	(152.790)
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro Líquido do Período	(24.350)	194.146
Resultado Abrangente Líquido do Período	1.690.201	921.944
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Controladores	1.689.563	921.399
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas Não Controladores	638	545

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores em Milhares de Reais)

Nota	Atribuível aos Acionistas da Controladora										
	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros				Lucros Acumulados	Individual	Acionistas Não Controladores	Consolidado	
			Legal	Estatutária	Para Expansão	ORA					
Saldo em 01/01/2024	5.200.000	5.098	759.328	2.884.337	1.313.712	(303.505)	-	9.858.970	6.803	9.865.773	
Aumento de Capital	2.800.000	-	-	(1.682.801)	(1.117.199)	-	-	-	-	-	
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA	-	-	-	-	-	6.855	-	6.855	-	6.855	
Ajuste de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	187.291	-	187.291	-	187.291	
Variação na Participação dos Acionistas Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.642)	(3.642)	
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade	-	-	-	-	-	-	5.802	5.802	-	5.802	
Ajuste de Períodos Anteriores	-	-	-	-	(3.146)	-	-	(3.146)	-	(3.146)	
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	727.253	727.253	545	727.798	
Destinação do Lucro Líquido	25c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Constituição de Reservas	-	-	45.779	228.894	90.404	-	(365.077)	-	-	-	
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(332.000)	(332.000)	-	(332.000)	
Dividendos Provisionados	-	-	-	-	-	-	(35.978)	(35.978)	-	(35.978)	
Saldo em 31/12/2024	8.000.000	5.098	805.107	1.430.430	283.771	(109.359)	-	10.415.047	3.706	10.418.753	
Saldo em 01/01/2025	8.000.000	5.098	805.107	1.430.430	283.771	(109.359)	-	10.415.047	3.706	10.418.753	
Aumento de Capital	300.000	-	-	(24.419)	(275.581)	-	-	-	-	-	
ORA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de ORA	-	-	-	-	-	31.795	-	31.795	-	31.795	
Ajuste de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	(56.145)	-	(56.145)	-	(56.145)	
Variação na Participação dos Acionistas Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(907)	(907)	
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade	-	-	-	-	-	-	5.802	5.802	-	5.802	
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	1.713.913	1.713.913	638	1.714.551	
Destinação do Lucro Líquido	25c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Constituição de Reservas	-	-	80.214	401.068	589.735	-	(1.071.017)	-	-	-	
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(620.000)	(620.000)	-	(620.000)	
Dividendos Provisionados	-	-	-	-	-	-	(28.998)	(28.998)	-	(28.998)	
Ganhos e Perdas de Títulos ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	300	300	-	300	
Saldo em 31/12/2025	8.300.000	5.098	885.321	1.807.079	597.925	(133.709)	-	11.461.714	3.437	11.465.151	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	2.013.381	760.953
Ajustes ao Lucro antes da Tributação sobre o Lucro	2.020.140	2.579.050
Depreciação e Amortização	407.380	408.977
Resultado de Participações em Coligadas	(97.446)	(113.447)
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	61.186	585.285
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	1.045.031	1.262.647
Variação Cambial de Caixa e Equivalente de Caixa	5.562	(149.293)
Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	598.427	584.881
Variações Patrimoniais		
(Aumento)/Redução em Ativos	(1.196.967)	(7.116.073)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(128.009)	(342.026)
Depósito Compulsório no Banco Central do Brasil	(4.144.106)	(396.913)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	3.421.543	4.688.833
Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)	225.085	(341.534)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(2.792.217)	(9.443.252)
Outros Ativos Financeiros	2.214.271	(1.398.068)
Ativos Fiscais	70.189	186.700
Outros Ativos	(53.100)	(81.153)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(10.623)	11.340
Aumento/(Redução) em Passivos	12.259.803	20.300.247
Depósitos	12.363.024	11.433.807
Captações no Mercado Aberto	580.662	5.465.634
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	802.912	722.471
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.149.395	2.327.689
Outros Passivos Financeiros	(1.387.205)	1.181.044
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	(983.268)	(350.088)
Passivos Fiscais	309.665	(64.226)
Outros Passivos	(76.164)	(37.999)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Pagos	(499.218)	(378.085)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	15.096.357	16.524.177
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Dividendos Recebidos de Coligadas	132.165	80.660
(Aumento) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio Outros Resultados Abrangentes	(3.587.634)	(18.296.050)
(Aumento) Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado	(10.749.354)	(1.473.453)
Alienação de Imobilizado de Uso	23.751	31.354
Alienação de Intangível	186	1.138
Aquisição de Imobilizado de Uso	(238.658)	(176.130)
Aquisição de Intangível	(52.372)	(65.335)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	(14.471.916)	(19.897.816)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Letras Financeiras Subordinadas	1.849.999	-
Pagamento de Juros da Dívida Subordinada	(111.266)	(101.182)
Dividendos Pagos	(35.978)	(74.926)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(620.000)	(332.000)
Liquidação de Arrendamentos	(118.339)	-
Variação na Participação de Não Controladores	(269)	(3.097)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	964.147	(511.205)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes a Caixa	1.588.588	(3.884.844)
Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Período	1.792.236	5.665.478
Variação Cambial de Caixa e Equivalente de Caixa	(5.562)	149.293
Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Período	3.375.262	1.929.927

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

(Valores em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Receitas (a)	24.127.444	18.278.234
Juros e Similares	21.714.138	16.775.397
Prestação de Serviços	2.135.807	2.102.668
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	(1.045.031)	(1.262.647)
Outras	1.322.530	662.816
Despesas (b)	(15.349.812)	(10.895.458)
Juros e Similares	(15.349.812)	(10.895,458)
Insumos Adquiridos de Terceiros (c)	(3.087.475)	(3.188.789)
Materiais, Energia e Outros	(2.361.117)	(2.453.921)
Serviços de Terceiros	(726.358)	(734.868)
Valor Adicionado Bruto (d=a-b-c)	5.690.157	4.193.987
Depreciação e Amortização (e)	(407.380)	(408.977)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (f=d-e)	5.282.777	3.785.010
Valor Adicionado Recebido em Transferência (g)	97.446	113.447
Resultado de Participações em Coligadas	97.446	113.447
Valor Adicionado a Distribuir (h=f+g)	5.380.223	3.898.457
Distribuição do Valor Adicionado	5.380.223	3.898.457
Pessoal	2.407.552	2.214.543
Remuneração Direta	1.689.592	1.542.018
Benefícios	609.969	573.137
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	107.991	99.388
Impostos, Taxas e Contribuições	1.217.754	916.713
Federais	1.139.553	831.623
Estaduais	267	161
Municipais	77.934	84.929
Remuneração de Capitais de Terceiros	40.366	39.403
Aluguéis	40.366	39.403
Remuneração de Capitais Próprios	1.714.551	727.798
Juros sobre o Capital Próprio	620.000	332.000
Dividendos	28.998	35.978
Lucros Retidos do Período	1.064.915	359.275
Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	638	545

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Apresentamos a seguir as Notas Explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., com os valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, e distribuídas como segue:

Nota 01 – Contexto Operacional

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul, Instituição), principal empresa do Grupo Banrisul, controlado pelo Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo, com sede no Brasil, domiciliado na Rua Capitão Montanha, 177 – 4º andar, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, e de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, meios de pagamentos, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Estado.

Nota 02 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas em IFRS (demonstrações financeiras) foram elaboradas de acordo com práticas contábeis internacionais, com observância às International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e em atendimento aos requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) por meio da Resolução CMN nº 4.818/20.

As políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas adotadas pelo Banrisul na preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e imposto diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

A Administração do Banrisul (Administração) declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as demonstrações financeiras são consistentes com os normativos vigentes em cada período.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação do valor justo dos ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes e dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas e julgamentos que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como a divulgação de ativos contingentes e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e das receitas e despesas durante o período. Os assuntos que demandam maior nível de discricionariedade estão apresentados na Nota 4.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis 09(R1) (CPC 09(R1)). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo apresentada de forma suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras elaboradas para o período de reporte foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banrisul em 06 de fevereiro de 2026.

(a) Base de Consolidação

As demonstrações financeiras incluem as operações do Banrisul, das empresas controladas e coligadas e das cotas de fundos de investimento em que o Banrisul assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios. Na elaboração das demonstrações financeiras, os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados, bem como são destacadas as parcelas do resultado do período e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários (não controladores). As mudanças na participação do Banrisul em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais.

Controladas: são todas as empresas sobre as quais o Banrisul possui o controle. O Banrisul possui controle sobre a investida quando está exposto, ou tem direitos sobre seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a empresa e possui capacidade de afetar tais retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pelo Banrisul e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Controladas	Atividade	Participação do Capital Social (%) 31/12/2025
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	100,00%
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98%
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68%
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	Meios de Pagamentos	100,00%
Banrisul Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	Seguridade	100,00%

(1) A controlada Banrisul Seguridade Participações S.A. controla integralmente a Banrisul Corretora de Seguros S.A.

Coligadas: são todas as empresas nas quais o Banrisul tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Empresas Coligadas	Atividade	Participação do Capital Social (%) 31/12/2025
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	Prestação de Serviços	49,90%
Banrisul Icatu Participações S.A.	Seguros	49,99%

Participações de Não Controladores: o Banrisul apresenta a participação de acionistas não controladores segregado no patrimônio líquido, no Balanço Patrimonial. O resultado atribuível aos acionistas não controladores é evidenciado separadamente na Demonstração do Resultado e na Demonstração do Resultado Abrangente.

(b) Informações para Efeito de Comparabilidade

Nas demonstrações financeiras de 2025 ocorreram reclassificações entre grupos do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e conseqüentemente na Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado. Esse procedimento foi realizado com o objetivo de melhorar a qualidade e consistência dessas demonstrações financeiras. Dessa forma, os saldos comparativos relativos a 31 de dezembro de 2024 foram reclassificados conforme demonstrado a seguir:

(b.1) Balanço Patrimonial

Ativo – Valores Reclassificados entre Grupos		
De	Para	Reclassificação
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	Outros Ativos	19.859
Outros Ativos Financeiros	Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	87.116

Ativo – Saldos dos Grupos Reclassificados			
Grupos	Publicado em 31/12/2024	Reclassificação	Reapresentação de 31/12/2024
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	62.158.384	67.257	62.225.641
Outros Ativos Financeiros	8.282.108	(87.116)	8.194.992
Outros Ativos	598.051	19.859	617.910

Passivo – Valores Reclassificados entre Grupos		
De	Para	Reclassificação
Outros Passivos Financeiros	Obrigações por Empréstimos	251.274
Outros Passivos	Outros Passivos Financeiros	358.912

Passivo – Saldos dos Grupos Reclassificados			
Grupos	Publicado em 31/12/2024	Reclassificação	Reapresentação de 31/12/2024
Obrigações por Empréstimos	2.262.234	251.274	2.513.508
Outros Passivos Financeiros	6.862.296	107.638	6.969.934
Outros Passivos	1.921.463	(358.912)	1.562.551

(b.2) Demonstração do Resultado

Valores Reclassificados entre Grupos		
De	Para	Reclassificações
Receita com Juros e Similares	Despesas com Juros e Similares	1.576
	Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	22.439
	Receita de Prestação de Serviços	15.906
	Outras Despesas Administrativas	289.850
	Outras Receitas Operacionais	94.028
	Outras Despesas Operacionais	59.934
Despesas com Juros e Similares	Outras Despesas Administrativas	6
Receita de Prestação de Serviços	Receita com Juros e Similares (Operações de Crédito)	113.760
	Outras Despesas Operacionais	2.050

Saldos dos Grupos Reclassificados			
Grupos	Publicado em 31/12/2024	Reclassificação	Reapresentação de 31/12/2024
Receita com Juros e Similares	15.910.335	332.747	16.243.082
Despesas com Juros e Similares	(10.893.888)	(1.570)	(10.895.458)
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	235.843	22.439	258.282
Receita de Prestação de Serviços	2.198.472	(95.804)	2.102.668
Outras Despesas Administrativas	(1.837.560)	(289.856)	(2.127.416)
Outras Receitas Operacionais	568.788	94.028	662.816
Outras Despesas Operacionais	(862.888)	(61.984)	(924.872)

(b.3) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Valores Reclassificados entre Grupos				
De	Para	Publicado em 31/12/2024	Reclassificação	Reapresentação de 31/12/2024
Outros Ativos Financeiros		(1.536.894)	138.826	(1.398.068)
	Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(9.309.756)	(133.496)	(9.443.252)
	Outros Ativos	(75.823)	(5.330)	(81.153)
Outros Passivos		320.672	(358.671)	(37.999)
	Obrigações por Empréstimos e Repasses	2.291.158	36.531	2.327.689
	Outros Passivos Financeiros	858.904	322.140	1.181.044
Alienação de Investimentos em Coligadas		12.184	(12.184)	-
	Aquisição de Investimentos em Coligadas	(844)	844	-
	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	11.340	11.340

(b.4) Demonstração do Valor Adicionado

Valores Reclassificados entre Grupos				
De	Para	Publicado em 31/12/2024	Reclassificação	Reapresentação de 31/12/2024
Prestação de Serviços		2.198.472	(95.804)	2.102.668
	Receitas de Juros e Similares	16.420.211	355.186	16.775.397
	Outras Receitas	568.788	94.028	662.816
	Despesas de Juros e Similares	(10.893.888)	(1.570)	(10.895.458)
	Materiais, Energia e Outros	(2.386.648)	(67.273)	(2.453.921)
	Serviços de Terceiros	(450.301)	(284.567)	(734.868)

(c) Normas a Serem Adotadas em Períodos Futuros

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: em abril de 2024, o IASB emitiu a nova norma em substituição à IAS 1. O normativo introduz novos conceitos e promove alterações estruturais na Demonstração do Resultado, requer novas divulgações para métricas gerenciais de performance e amplia os critérios para agregação ou desagregação de informação, a serem aplicados na elaboração dos demonstrativos financeiros primários e nas Notas Explicativas em geral.

Ao substituir a IAS 1, muitos dos princípios existentes foram mantidos, com alterações limitadas. A IFRS 18 não afetará o reconhecimento ou a mensuração de itens nas demonstrações financeiras, mas pode alterar o que uma entidade relata como seu lucro ou prejuízo operacional.

As alterações da IFRS 18 têm vigência em, ou após, 1º de janeiro de 2027 e se aplica a informações comparativas. O Banrisul está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras para a adoção desta norma.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública – Divulgações: este novo padrão permite que subsidiárias qualificadas utilize práticas contábeis internacionais (IFRS) com divulgações reduzidas. Quando uma empresa controladora prepara demonstrações financeiras consolidadas que atendem aos Padrões de Contabilidade IFRS, suas subsidiárias são obrigadas a reportar à controladora usando os Padrões de Contabilidade IFRS. No entanto, para suas próprias demonstrações financeiras, as subsidiárias têm permissão para usar os Padrões de Contabilidade IFRS, o Padrão de Contabilidade IFRS para pequenas e médias empresas (PMEs) ou padrões de contabilidade nacionais.

Subsidiárias que usam o Padrão de Contabilidade IFRS para PMEs ou padrões de contabilidade nacionais para suas próprias demonstrações financeiras geralmente mantêm dois conjuntos de registros contábeis porque os requisitos nesses Padrões diferem daqueles nos Padrões de Contabilidade IFRS. Nesse sentido, subsidiárias que usam os Padrões de Contabilidade IFRS para suas próprias demonstrações financeiras fornecem divulgações que podem ser desproporcionais às necessidades de informação de seus usuários. O IFRS 19

resolverá esses desafios ao: permitir que as subsidiárias mantenham apenas um conjunto de registros contábeis para atender às necessidades tanto da empresa controladora quanto dos usuários de suas demonstrações financeiras; e reduzir os requisitos de divulgação, pois permite divulgações reduzidas mais adequadas às necessidades dos usuários das demonstrações financeiras.

A aplicação do IFRS 19 reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras das subsidiárias, mantendo a utilidade das informações para os usuários de suas demonstrações financeiras. O IFRS 19 é uma norma voluntária e pode ser aplicado assim que for emitida.

As alterações têm vigência em, ou após, 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada disponível. O Banrisul está avaliando os impactos para a adoção desta norma.

Alterações às IFRS 7 – Instrumentos Financeiros – Divulgação e IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: as alterações esclarecem os requisitos para o momento do reconhecimento e baixa de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro; esclarecem e adicionam orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (*solely payment of principal and interest – SPPI Test*); adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos com características vinculadas às metas de Governança Ambiental e Social (Environmental Social and Governance – ESG)); e fazem atualizações nas divulgações de instrumentos patrimoniais designados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA).

As alterações também visam melhorar a forma de relatar os efeitos financeiros de “contratos referentes à eletricidade dependente da natureza”, contratos que expõem uma entidade à variabilidade no montante subjacente de eletricidade em razão de que a fonte de geração depende de condições naturais incontroláveis (como o clima). As alterações incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de “uso próprio”, possibilitando a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos de *hedge* e adicionam requisitos para auxiliar investidores no entendimento dos impactos desses contratos no desempenho financeiros e nos fluxos de caixa da entidade.

As alterações têm vigência em, ou após, 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada disponível. O Banrisul está avaliando os impactos para a adoção desta norma.

IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade: a IFRS S1 prescreve como uma entidade deve preparar e relatar em suas demonstrações financeiras relacionadas à sustentabilidade, informações referentes ao fornecimento de recursos à entidade, tais como as informações que possam afetar razoavelmente os fluxos de caixa da entidade, seu acesso a financiamento ou custo de capital no curto, médio ou longo prazo, de modo que sejam úteis aos usuários de relatórios financeiros de propósito geral em sua tomada de decisões. Assim, uma entidade é obrigada a fornecer divulgações sobre: os processos de governança, controles e procedimentos que a entidade usa para monitorar, gerenciar e supervisionar os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade; a estratégia da entidade para gerenciar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade; os processos que a entidade usa para identificar, avaliar, priorizar e monitorar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade; e o desempenho da entidade em relação aos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, incluindo o progresso em direção a quaisquer metas que a entidade tenha definido ou seja obrigada a cumprir por lei ou regulamento.

A IFRS S1 é efetiva para períodos de relatórios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026, com aplicação antecipada permitida, desde que a IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima também seja aplicada. O Banrisul está avaliando os impactos para a adoção desta norma.

IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima: a IFRS S2 prescreve como uma entidade deve divulgar em suas demonstrações financeiras relacionadas à sustentabilidade, informações referentes aos riscos e oportunidades associadas ao clima que poderiam afetar razoavelmente os fluxos de caixa dessa entidade, seu acesso a financiamento ou custo de capital a curto, médio ou longo prazo de modo que sejam úteis aos usuários de relatórios financeiros de propósito geral em sua tomada de decisões. Assim, uma entidade é obrigada a fornecer divulgações sobre: os processos de governança, controles e procedimentos que a entidade usa para monitorar, gerenciar e supervisionar riscos e oportunidades relacionados ao clima; a estratégia da entidade para gerenciar riscos e oportunidades relacionados ao clima; e os processos que a

entidade usa para identificar, avaliar, priorizar e monitorar riscos e oportunidades relacionados ao clima, incluindo se e como esses processos são integrados e informam o processo geral de gerenciamento de risco da entidade; e o desempenho da entidade em relação aos seus riscos e oportunidades relacionados ao clima, incluindo o progresso em direção a quaisquer metas que a entidade tenha definido ou seja obrigada a cumprir por lei ou regulamento.

A IFRS S2 é efetiva para períodos de relatórios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026, com aplicação antecipada permitida, desde que a IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade também seja aplicada. O Banrisul está avaliando os impactos para a adoção desta norma.

Alteração à IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio: a alteração adiciona requisitos à IAS 21 no intuito de auxiliar entidades cuja moeda de apresentação é de uma economia hiperinflacionária a determinar se a moeda é cambiável por outra e, quando não for, qual taxa de conversão aplicar.

As alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025 com efeito a partir de 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada disponível. O Banrisul está avaliando os impactos para a adoção desta norma.

Nota 03 – Resumo das Principais Políticas Contábeis

(a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Banrisul são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua: moeda funcional. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banrisul.

(b) Caixa e Equivalentes a Caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados pelas disponibilidades (dinheiro em caixa e depósitos bancários), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(c) Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e reconhecidos desde o início da operação de acordo com as categorias custo amortizado (CA), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e valor justo por meio do resultado (VJR). Os passivos, de modo geral, são classificados e reconhecidos conforme tratamento da operação como ao CA e, para algumas exceções, conforme tratamento da operação, como ao VJR, sem a possibilidade de reclassificação.

- **Custo Amortizado (CA):** é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda esperada associada ao risco de crédito.
- **Valor Justo:** é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.
 - **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** o reconhecimento de certas mudanças no valor justo de ativos ou passivos que não são refletidas imediatamente na Demonstração do Resultado, mas sim em uma seção separada do patrimônio líquido chamada outros resultados abrangentes (ORA). No ORA são incluídos itens de receita, despesa, ganhos e perdas que não são realizados e que, de acordo com as normas contábeis, não são registrados na Demonstração do Resultado do período corrente. Em vez disso, esses itens são apresentados no Balanço Patrimonial e afetam o patrimônio líquido da empresa, sendo reconhecidos na Demonstração do Resultado Abrangente até que certos critérios para sua realização sejam atendidos, momento em que poderão ser reclassificados para a Demonstração do Resultado.
 - **Valor Justo no Resultado (VJR):** compreende o registro do valor justo de um ativo ou passivo financeiro na Demonstração do Resultado.

O reconhecimento inicial de um ativo financeiro é o processo contábil pelo qual o Banrisul inclui pela primeira vez um ativo financeiro em seu balanço. No reconhecimento inicial, o ativo financeiro é mensurado pelo seu valor justo, que geralmente é o preço da transação, ou seja, o valor pago para adquirir o ativo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro, a menos que o ativo seja mensurado ao VJR, caso em que os custos de transação são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os instrumentos classificados nas categorias CA ou VJORA devem ser ajustados da seguinte maneira:

- No caso de ativos financeiros, devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento; e
- No caso de passivos financeiros, devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

Dessa forma, os instrumentos financeiros classificados nas categorias VJR ou VJORA devem ser avaliados pelo valor justo, considerando a valorização ou a desvalorização em contrapartida de conta de (i) receita/despesa, no resultado do período, se instrumento financeiro ao VJR; ou (ii) ORA, pelo valor líquido dos efeitos tributários, se instrumento financeiro ao VJORA.

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Banrisul utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação;
- Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os *inputs* significativos têm base nos dados de mercados observáveis; e
- Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado, como dados históricos, informações de transações similares e taxas de referência calculadas a partir de informações e condições do mercado financeiro.

Para instrumentos mais complexos ou que não possuem liquidez é preciso um julgamento considerável para definir o modelo a ser utilizado, selecionando *inputs* específicos. Em alguns casos, ajustes de avaliação são aplicados ao valor do modelo ou ao preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente. O Banrisul não dispõe de instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo, exceto quanto a participação de uma de suas controladas que possui cotas de fundos de investimento, conforme apresentado na Nota 5g.

(c.1) Classificação de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- Ativos Financeiros ao CA: ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal e juros (*solely payment of principal and interest – SPPI Test*). Inicialmente, são reconhecidos a valor justo adicionado aos custos de transação e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos (TJE).
- Ativos Financeiros ao VJORA: ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos por somente pagamento de principal (SPPI Test), quanto para a venda. São inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação, enquanto ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, em ORA.
- Ativos Financeiros ao VJR: ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial ou subsequente como ao VJR para reduzir descasamentos contábeis. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado e os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos como ganhos (perdas) líquidos(as) com ativos e passivos financeiros ao valor justo.

A mensuração subsequente de ativos financeiros refere-se ao processo contábil de atualização do valor e do tratamento de um ativo financeiro nos balanços após o seu reconhecimento inicial. Esse processo é contínuo e ocorre em cada período contábil subsequente até que o ativo seja removido das demonstrações financeiras, sendo que a classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e da característica de seus fluxos de caixa (SPPI Test).

Modelos de Negócios

Os modelos de negócios do Banrisul representam a forma como é efetuada a gestão conjunta dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende apenas das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser geridos com o propósito de obter fluxos de caixa contratuais; obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou outros. Para aqueles dois primeiros propósitos é necessário que satisfaça o conceito de acordo de empréstimo básico (passar no SPPI Test).

Para avaliar os modelos de negócios, leva-se em consideração: os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Características Contratuais dos Fluxos de Caixa – SPPI Test

O SPPI Test consiste no processo de avaliação dos fluxos de caixa contratuais a partir da origem, aquisição ou emissão de instrumento financeiro com o objetivo de verificar se os respectivos fluxos de caixa são constituídos apenas de pagamento de principal e juros, ou seja, estão alinhados com o conceito de um acordo de empréstimo básico.

(c.2) Classificação de Passivos Financeiros

O Banrisul classifica suas operações passivas e as mensura seguindo a norma para cada uma das categorias.

- **Passivos Financeiros ao CA:** por definição, os passivos financeiros serão classificados ao CA.
- **Exceção para os Passivos Financeiros:** na exceção de classificação ao CA, são incluídos os passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros que serão classificados ao VJR; passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro que devem ser mensurados e reconhecidos; compromissos de crédito e créditos a liberar que devem ser reconhecidos e mensurados; e garantias financeiras prestadas. As garantias financeiras prestadas devem ser mensuradas pelo maior valor entre: i) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e ii) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

(c.3) Taxa de Juros Efetiva

O método dos juros efetivos dá-se pela aplicação da taxa de juros efetiva (TJE) ao valor contábil bruto do instrumento. Por sua vez, a TJE é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. Para o cálculo da TJE, o Banrisul adota o método diferenciado para as operações de crédito, sendo realizado a apropriação das despesas relativas aos custos de transação na origem do instrumento financeiro de forma linear ou proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada e reconhecida contabilmente aplicando-se a TJE ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

(c.4) Perda de Crédito Esperada Associada ao Risco de Crédito

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR que sejam mensurados nos níveis 2 ou 3 na hierarquia do valor justo; dos compromissos de crédito a liberar; e dos contratos de garantias financeiras prestadas.

- Ativos financeiros: a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banrisul espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;
- Compromissos de empréstimos: a perda é mensurada pelo valor presente da estimativa de utilização dos recursos de compromissos de crédito e o valor presente de créditos a liberar; e
- Contratos de garantia financeira: a perda é mensurada pelo valor presente dos desembolsos futuros estimados

O Banrisul avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual e coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, podendo levar em consideração: o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, o prazo remanescente, o ramo de atividade, entre outros fatores.

O Banrisul aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro com base na extensão da deterioração da qualidade do crédito desde a origem conforme segue:

- Estágio 1: a partir do reconhecimento inicial de um ativo financeiro até a data em que o ativo tenha passado por aumento significativo no risco de crédito em relação ao seu reconhecimento inicial, desde que o ativo não apresente atraso superior a 30 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito resultantes de prováveis perdas (*defaults*) esperadas ao longo dos próximos 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito e, nesse estágio, as rendas são calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 2: após aumento significativo no risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou no caso de atraso entre 30 e 90 dias, a provisão para perda é reconhecida de modo a representar as perdas de crédito esperadas durante a vida útil remanescente do ativo. Aplicável aos ativos financeiros originados ou adquiridos sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente e as rendas se mantêm calculadas sobre o saldo bruto do ativo.
- Estágio 3: os ativos registrados nesse estágio são instrumentos financeiros com problema de recuperação. Nesse estágio, enquadram-se os ativos com descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – acima de 90 dias) e/ou qualitativo, caracterizado por indicativos de que o cliente não irá honrar integralmente suas obrigações. Nesse caso, dado que o ativo já se tornou problemático, a probabilidade de *default* é considerada como sendo de 100% (cem por cento), cessando a apropriação das rendas da operação. O reconhecimento da receita ocorrerá quando do efetivo pagamento total ou parcial da operação ou, prospectivamente, a partir do período em que o instrumento deixar de ser caracterizado como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. Também são registrados nesse estágio operações anteriormente baixadas a prejuízos e agora recuperadas, sendo as rendas dessas operações devidamente apropriadas pelo regime de competência.

A reclassificação dos ativos se dará conforme critérios estabelecidos nos normativos vigentes.

Metodologia Completa para Provisionamento de Perdas Associadas ao Risco de Crédito: é um conjunto de procedimentos detalhados para o cálculo da perda esperada e de parâmetros quantitativos referenciais aplicados para o provisionamento base de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) enquadradas entre os segmentos S1 e S3. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

O Banrisul utiliza modelos estatísticos internos para estimar as perdas esperadas decorrentes do risco de crédito. A metodologia requer uma análise aprofundada de cada exposição ao risco de crédito, levando em consideração fatores como:

- *Probability of Default* (PD): percentual que representa a probabilidade de *default* de um instrumento financeiro ao longo de sua vida esperada;
- *Loss Given Default* (LGD): percentual que representa a perda, dada a ocorrência de *default*;
- *Exposure at Default* (EAD): valor monetário que representa a exposição do Banrisul no momento de ocorrência do *default*;
- *Credit Conversion Fator* (CCF): percentual que representa o fator de conversão em crédito dos limites disponíveis.

Dessa forma, o Banrisul é capaz de gerenciar o risco de crédito de maneira precisa e dinâmica, ajustando as provisões para perdas de crédito de acordo com as mudanças nas condições econômicas e no perfil de risco dos tomadores (contraparte). Ainda, é necessário estimar de forma individual os seguintes parâmetros em termos percentuais:

- Probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito (Ativo Problemático);
- Expectativa de recuperação do instrumento financeiro.

Fatores Macroeconômicos, Informação Prospectiva e Múltiplos Cenários: compreendem os riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado. Tais fatores são utilizados para avaliar uma série de possíveis resultados que incorporem previsões de condições econômicas futuras e as informações prospectivas são, desta forma, incorporadas na mensuração da perda esperada, bem como na determinação da existência de aumento significativo no risco de crédito desde a originação da operação.

(c.5) Ativos Problemáticos

Ativo problemático é aquele ativo financeiro com problema de recuperação de crédito, ou seja, quando o ativo financeiro incorrer em (i) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos; ou (ii) indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

(c.6) Default

O IFRS 9 não estabelece uma definição específica para *default*, mas prevê uma presunção refutável de que o *default* ocorra quando uma exposição apresenta atraso superior a 90 dias, critério adotado pelo Banrisul. Os ativos são baixados (*write-off*) quando não há expectativas razoáveis de recuperação dos fluxos de caixa contratuais, seja integral ou parcialmente, do ativo financeiro.

(c.7) Renegociação e Reestruturação

- **Renegociação:** acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.
- **Reestruturação:** renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Está facultado até dezembro de 2026 o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. Dessa forma, até dezembro de 2026, o Banrisul irá utilizar a taxa de juros acordada no momento da renegociação.

(c.8) Baixa de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou o Banrisul transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(c.9) Critérios para Write-Off

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando dados históricos, sua baixa é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada.

(c.10) Aplicações no Mercado Aberto

O Banrisul dispõe de operações de compra com compromisso de revenda e de venda com compromisso de recompra de ativos. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas aplicações no mercado aberto e captações no mercado aberto, respectivamente. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como receita financeira e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser utilizados pelo Banrisul, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou para negociação. Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações financeiras. Quando a contraparte tem o direito de negociar ou de utilizar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

(c.11) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Esses instrumentos são avaliados pelo valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

O Banrisul realiza operações com títulos públicos prefixados de forma casada com contratos derivativos (Contrato Futuro de DI1), que têm como ativo subjacente a taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI), calculada e divulgada pela Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3). Estes contratos são utilizados para proteção e gerenciamento de risco de taxa de juro de ativos e/ou passivos de forma a compensar o risco da oscilação da taxa DI.

Os ajustes diários das operações de futuros são realizados, diariamente, com base no valor justo, utilizando preços de mercado praticados na data de referência, sendo contabilizados em contas de ativo ou de passivo, dependendo da natureza do ajuste, e liquidados em D+1.

O Banrisul também adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), na categoria *hedge* de valor justo, para contabilização de operações de *swap*. Estes instrumentos, assim como os ativos e os passivos financeiros que são objetos de proteção, são contabilizados pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Na categoria de *hedge* de valor justo, o Banrisul incluiu os instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de proteger a variação da moeda estrangeira oriunda das notas subordinadas emitidas no mercado externo no montante de US\$300 milhões, consonantes condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum*, conforme apresentado na Nota 21.

O *hedge* de valor justo foi estabelecido por meio de uma designação documentada no início da operação. Esta designação descreve a relação entre os objetos e os instrumentos de derivativos utilizados para proteção, bem como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para mitigar os efeitos decorrentes da exposição à variação no valor justo. Ganhos ou perdas decorrentes da mensuração ao valor justo do item coberto, que correspondem à parcela efetiva do *hedge*, são reconhecidos no resultado. Se o *hedge* contábil for descontinuado, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto será amortizado ao longo da vida da operação no resultado.

Na gestão de risco, o Banrisul realiza e documenta periodicamente testes para apurar o nível de efetividade das operações de *hedge accounting* na compensação de variações do valor justo dos itens protegidos durante o período de vigência desta proteção. Para avaliar a efetividade do *hedge* de Valor Justo, o Banrisul adota o método DV01 para avaliar a relação econômica. As operações de derivativos são baseadas em contratos de balcão registrados na B3, e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha. A determinação do valor justo dessas operações é realizada por meio de técnicas de modelagem, como o fluxo de caixa descontado.

Ainda, relativamente ao tratamento contábil das operações de câmbio, essas operações são tratadas como instrumentos financeiros derivativos.

(c.12) Operações de Crédito

A área de risco de crédito é responsável por definir a metodologia utilizada para mensurar a perda esperada associada ao risco de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão. Esta área monitora as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por segmento, além de estabelecer entendimento inicial das variáveis que impactam na PD, na LGD, na CCF e na avaliação de cenários e, conseqüentemente, na provisão. Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, para entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças nas políticas de concessão ou de mensuração das perdas esperadas de crédito.

(c.13) Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar e Garantias Financeiras Prestadas

Os compromissos de crédito são os limites contratados pelos clientes do Banrisul, principalmente, na forma dos produtos Banricompras, cartão de crédito e cheque especial. Os compromissos de crédito e créditos a liberar são limites concedidos aos clientes, limites os quais (i) não são canceláveis incondicional e unilateralmente pelo Banrisul; (ii) não podendo ser cancelados ou suspensos na gestão normal desses instrumentos financeiros; ou (iii) o Banrisul não dispõe de meios de monitoramento individual desses instrumentos financeiros ou da situação financeira da contraparte de modo que permita o imediato cancelamento, bloqueio ou suspensão do compromisso ou do desembolso dos recursos, no caso de redução da capacidade financeira da contraparte.

O Banrisul reconhece no Balanço Patrimonial como uma obrigação, no grupo passivos financeiros, na rubrica provisão para perda esperada, o valor justo das garantias emitidas, na data de sua emissão. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração do Resultado na rubrica receitas de prestação de serviços.

Se, após a emissão e com base na melhor estimativa, concluir-se que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida, uma provisão é reconhecida por tal valor.

As garantias financeiras prestadas são objeto de provisionamento e se enquadram como parâmetro para a definição de ativos problemáticos. A perda, nesse cenário, é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o Banrisul espera recuperar.

(d) Investimentos

Os investimentos em coligadas são, inicialmente, reconhecidos pelo valor de custo e, subsequentemente, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da coligada.

(e) Ativo Imobilizado

Imóveis de uso compreendem, principalmente, terrenos e edifícios. Os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais desde que não resultem efetivamente no aumento no prazo de vida útil, na sua eficiência ou produtividade, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir:

Ativo Imobilizado	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Imóveis de Uso	60,00
Instalações	25,00
Equipamentos em Uso	16,60
Outros	7,00

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Anualmente, é realizada a revisão de vida útil e emissão de laudo correspondente. Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais na Demonstração do Resultado.

Nas operações de arrendamento mercantil como arrendatário, o Banrisul trata as operações conforme a IFRS 16.

(f) Ativo Intangível

É composto, basicamente, por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros reconhecidos, inicialmente, pelo custo (Nota 18). Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de softwares com vida útil definida amortizada pelo método linear conforme descrito a seguir:

Ativo Intangível	Estimativa Média da Vida Útil em Anos
Direitos de Aquisição de Folhas de Pagamento	5,00 a 10,00
Softwares	8,00

Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento: compreende contratos firmados relativos à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento com entidades públicas e privadas:

- Setor Público: direitos adquiridos por meio de outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, prefeituras e órgãos públicos. Foram realizados estudos internos e de especialistas, não sendo identificados indícios de *impairment* relacionado a esses ativos.
- Setor Privado: possuem vigência de cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

Softwares: as licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares:

- Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis;
- Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis;
- Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software; e
- Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativos em período subsequente.

(g) Bens Destinados à Venda

São registrados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento

financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Em caso de recuperação do valor justo a perda reconhecida pode ser revertida.

(h) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As despesas fiscais do período compreendem o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos. O IR é reconhecido na Demonstração do Resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente em ORA, no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no mesmo grupo.

A provisão para IR é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A alíquota da CSLL para o Banrisul é de 20%, para a Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio é de 15%, e para as demais empresas do Grupo Banrisul não financeiras é de 9%.

O IR e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre os devidos fatos geradores, e são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais), promulgadas na data do Balanço Patrimonial, as quais devem ser aplicadas quando o respectivo fato gerador do tributo for realizado ou liquidado.

Em 01/01/2025 entrou em vigor a Lei nº 14.467/22 que modificou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, determinando a aplicação de fatores para a dedutibilidade dessas perdas em operações com atraso superior a 90 dias mediante a aplicação de percentuais conforme a carteira classificada e o número de meses a partir da inadimplência.

Com a redação dada pela Lei nº 15.078/24, que alterou o artigo 6º da Lei nº 14.467/22, ficou estabelecido que relativamente às operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que se encontravam inadimplidas em 31/12/2024 e que não tenham sido deduzidas/recuperadas até essa data, estas somente poderão ser deduzidas na apuração do IR e CSLL a razão de 1/84 ou 1/120 a partir de 01/01/2026. O Banrisul optou pela razão de 1/120 para a dedução da apuração do IR e CSLL. Ainda, para o ano de 2025, fica vedado deduzir perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro incorridas em montante superior ao lucro real do exercício, antes de computada essa dedução. O saldo referente a essa perda será adicionado ao saldo das perdas descritas anteriormente, sendo deduzido na mesma razão dessas, conforme a opção realizada.

O IR e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais possam ser realizados, bem como na apuração de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. O IR e a CSLL diferidos relacionados com a mensuração de valor justo dos ativos financeiros por meio de ORA são creditados ou debitados ao resultado abrangente e, subsequentemente, reconhecidos no resultado no momento da venda.

A composição dos valores do IR e CSLL e a demonstração dos seus cálculos, origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados nas Notas 15 e 33.

(i) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões para riscos sobre valores discutidos judicialmente são reconhecidas quando o Banrisul tem uma obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados e é provável que a saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor é estimado confiavelmente.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes e dos ativos contingentes são efetuados de acordo com a IAS 37, sendo provisionados com base na política de provisionamento e na opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa.

Provisões e Passivos Contingentes: a provisão para passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, baseado na política de provisionamento e na opinião da área jurídica do Banrisul, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são

reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e divulgação.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

(j) Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

Obrigações de Aposentadoria: o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS) e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), que asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, respectivamente.

Planos de Previdência: o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos “benefício definido”, “contribuição variável” e “contribuição definida”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente, depende de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Já os planos de contribuição definida estabelecem contribuições fixas a serem pagas pelo patrocinador, assemelhando-se a um plano financeiro.

A obrigação reconhecida no Balanço Patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada, periodicamente, por atuários independentes, usando o Método do Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, entre outros. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas ao final de cada semestre. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais, quando ocorrerem, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ORA.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefício definido é estabelecido, separadamente, para cada plano utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

O plano de contribuição definida tem apenas os benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. O abono anual é opcional, necessitando de formalização da opção pelo participante.

Planos de Saúde: são benefícios assegurados pela Cabergs, e oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão. O Banrisul oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial. Estas obrigações são avaliadas, periodicamente, por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente ao Banrisul. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

Prêmio Aposentadoria: para os empregados que se aposentam é concedido um prêmio aposentadoria proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário vigente na época da aposentadoria.

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados, periodicamente, por atuários independentes e qualificados.

O resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado somente quando o Banrisul:

- Controla o recurso: capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- Esse controle é o resultado de acontecimentos passados: contribuições pagas pelo Banrisul e serviço prestado pelo funcionário; e
- Estão disponíveis benefícios econômicos futuros para o Banrisul na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, diretamente ou indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego, obedecida a legislação pertinente.

(k) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

(l) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Em Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, são definidos os valores de dividendo mínimo, estabelecido no estatuto social, e dos dividendos adicionais, sendo contabilizados como passivo no final de cada exercício.

O valor dos juros sobre o capital próprio (JSCP) pode ser imputado aos dividendos e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução direta no patrimônio líquido.

Os dividendos foram e continuam a ser calculados e pagos com base nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen.

(m) Participação nos Lucros

O Banrisul reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica despesas de pessoal na Demonstração do Resultado) com base em acordo coletivo. O Banrisul reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática nos acordos coletivos passados que criem uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(n) Lucro por Ação

O Lucro por Ação (LPA) pode ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída.

Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos, como: ações preferenciais conversíveis, debêntures conversíveis e bônus de subscrição – que podem ser convertidos em ações ordinárias, assim caracterizando o potencial dilutivo desses instrumentos. No cálculo do LPA diluído são considerados os efeitos dos instrumentos financeiros potencialmente dilutivos.

O Banrisul não dispõe de instrumentos que devam ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído. Dessa forma, o lucro por ação básico e o diluído é semelhante.

(o) Apuração do Resultado

De acordo com o princípio contábil da competência, as receitas e despesas são registradas no período em que ocorrem, mesmo que não tenham sido recebidas ou pagas. Quando as receitas e despesas são correlacionadas, elas são reconhecidas simultaneamente. No caso das receitas e despesas de ativos e passivos financeiros, essas são reconhecidas pelo método da TJE, conforme descrito no item c.3.

As transações financeiras pós-fixadas são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, enquanto as transações financeiras prefixadas são registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de receitas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As transações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas na data do Balanço Patrimonial, de acordo com as taxas de câmbio da mesma data.

Para as receitas de prestação de serviços, os serviços relacionados à conta corrente e às taxas de administração de fundos, de cobrança e de custódia, são mensurados pelo valor justo da contrapartida recebida. O reconhecimento da receita é efetuado quando o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pelo Banrisul são transferidos para o cliente.

Na linha de produtos de adquirência, as receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data do processamento das transações. As demais receitas de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais são reconhecidas no resultado quando da efetiva prestação do serviço. A composição da receita de prestação de serviços está detalhada na Nota 28.

(p) Informações por Segmento

As informações por segmento foram preparadas baseadas em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimentos e outros fins, considerando o ambiente regulatório e as semelhanças entre os produtos e serviços. A Administração considera as operações do Banrisul e de suas controladas em quatro segmentos: Bancário, Seguridade (Seguros, Previdência e Capitalização), Consórcios e Outros Segmentos, conforme apresentado na Nota 38.

Nota 04 – Principais Estimativas e Julgamentos Contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração realize estimativas e julgamentos que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e têm base na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

A Administração considera que as estimativas e os julgamentos realizados são apropriadas e que as Demonstrações Financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banrisul e o resultado das suas operações em todos os aspectos relevantes. As principais estimativas e julgamentos contábeis utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

(a) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual dessas obrigações é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada semestre e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações dos planos de pensão. As taxas de desconto reais foram reprocessadas considerando as taxas do índice IMA-B, divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). A data de referência do índice IMA-B e outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 35.

(b) Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

O Banrisul revisa periodicamente suas provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa. A prática contábil atual encontra-se detalhada na Nota 23.

(c) Provisão para Perda Associada ao Risco de Crédito

O Banrisul avalia em bases prospectivas a perda esperada associada ao risco de crédito dos ativos financeiros mensurados ao CA, ao VJORA e ao VJR que sejam mensurados nos níveis 2 ou 3 na hierarquia do valor justo; dos compromissos de crédito a liberar; e dos contratos de garantias financeiras prestadas.

Ao medir a perda de crédito esperada, o Banrisul considera o período contratual máximo sobre o qual está exposto ao risco de crédito, adequando o cálculo da perda de crédito esperada ao estágio do ativo.

Vida Esperada dos Ativos: para todas as linhas de crédito, a vida esperada é o prazo máximo da operação, com exceção do crédito rotativo, cuja vida esperada é estimada com base no comportamento histórico de utilização e considerando o período em que o Banrisul espera permanecer exposto ao risco de crédito. Os principais produtos de crédito rotativo que o Banrisul mantém exposições são cartão de crédito e cheque especial/conta empresarial.

Avaliação do Aumento Significativo do Risco de Crédito: para avaliar se o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente desde a originação, o Banrisul compara o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do ativo financeiro frente ao risco esperado de inadimplência na origem. Esse acompanhamento é efetuado por meio de modelos estatísticos que definem as migrações entre os estágios 1 e 2, processo que ocorre em cada data de reporte.

Cenários Macroeconômicos: essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

(d) Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando o Banrisul transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, é avaliado o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

(e) Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada, simultaneamente, com a reversão da provisão para perda de

crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração do Resultado do Banrisul. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração do Resultado.

Nota 05 – Gerenciamento de Capital e de Riscos Corporativos

A gestão de capital e de riscos corporativos é uma ferramenta estratégica e fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital; e identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos; possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

A Resolução CMN nº 4.557/17 e alterações posteriores, determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen enquadradas entre os segmentos S1 e S5 implementem estrutura de gerenciamento contínuo de capital e estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. O Banrisul encontra-se enquadrado no segmento S2.

As Estruturas e Políticas Institucionais de Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos visam possibilitar o gerenciamento contínuo e integrado de capital e dos riscos de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book – IRRBB*), de liquidez, operacional, social, ambiental, climático, incluindo também o risco país e o risco de transferência, e demais riscos considerados relevantes pelo Banrisul. Além disso, buscam estabelecer princípios básicos, atender exigências legais e garantir que todas as atividades sejam praticadas em conformidade com a regulamentação vigente.

A otimização da administração de ativos e passivos e do uso do capital regulatório e a maximização da rentabilidade dos investidores são reflexos da adoção, pelo Banrisul, das melhores práticas de mercado. O aprimoramento das Estruturas e Políticas Institucionais, sistemas, controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul, são processos contínuos.

(a) Estrutura Integrada de Gestão

O processo de gestão de capital e de riscos corporativos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banrisul e das demais empresas integrantes do Conglomerado Prudencial. A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos do Grupo Banrisul é coordenada pela área de riscos corporativos, que realiza a gestão integrada de capital e dos riscos de crédito, de mercado, variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (*Interest Risk Rate in The Banking Book – IRRBB*), de liquidez, operacional, social, ambiental e climático, incluindo também o risco de transferência; sendo uma ferramenta estratégica fundamental para o Banrisul.

O constante aperfeiçoamento nos processos de monitoramento, controle, avaliação, planejamento de metas e necessidade de capital, identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tornam mais apuradas as boas práticas de governança, alinhadas aos objetivos estratégicos do Banrisul.

As informações produzidas pela área de riscos corporativos subsidiam o Comitê de Riscos e demais Comitês da gestão, a Diretoria e o Conselho de Administração, no processo de tomada de decisões. A Diretoria de Risco é responsável pela área de riscos corporativos e o Conselho de Administração é responsável pelas informações divulgadas relativas à gestão de riscos.

(b) Declaração de Apetite por Riscos

O apetite por riscos é definido pelo *Bank for International Settlements* (BIS) como o nível de risco, agregado e individual, que uma instituição está disposta a assumir dentro de sua capacidade para alcançar seus objetivos estratégicos e seguir o seu plano de negócios. A Resolução CMN nº 4.557/17 determina que os níveis de apetite por riscos sejam documentados na Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*).

A RAS é o documento que descreve os níveis de risco que a instituição está disposta a aceitar ou evitar, para atingir os seus objetivos de negócios. Deve incluir medidas quantitativas e qualitativas relativas a receitas, capital, medidas de risco, liquidez e outros itens relevantes.

Adicionalmente, a RAS reflete o ambiente operacional, a estratégia e os objetivos do negócio do Banrisul. Este documento define os diferentes níveis aceitáveis de cada um dos riscos incorridos pelo Banrisul, tornando possível o acompanhamento e controle rigorosos para que os riscos permaneçam de acordo com a estratégia traçada. Dessa forma, cada nível da operação do Banrisul desempenha um papel no tocante à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos.

O Banrisul desenvolveu uma série de indicadores e sinalizadores para o acompanhamento de seu apetite por riscos, que são monitorados e reportados, periodicamente, às instâncias superiores, por meio de relatórios e de um *dashboard*. O objetivo é manter os indicadores em conformidade com os apetites estabelecidos e identificar possíveis ações necessárias de acordo com o cenário existente, seja positivo ou negativo em relação à estratégia traçada pelo Banrisul.

(c) Linhas de Defesa

Todos os empregados do Banrisul, estagiários e prestadores de serviços terceirizados são responsáveis pela prática de medidas comportamentais que evitem a exposição a risco, no limite de suas atribuições. Buscando esclarecer os papéis e responsabilidades das áreas e pessoas envolvidas no processo de gerenciamento de riscos, o Banrisul adota o modelo das Três Linhas de Defesa para segmentar os grupos dentro da estrutura de governança, partindo dos objetivos estratégicos do Banrisul.

1ª Linha de Defesa: é atribuída às funções que gerenciam os riscos. É composta pelas áreas estratégicas, de negócios e de suporte, devendo assegurar a efetiva gestão de riscos e controles, no escopo de suas atividades. Tem a atribuição de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos associados aos processos, produtos, serviços, sistemas e pessoas sob sua gestão. É responsável por manter controles internos eficazes e por conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, além de implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

2ª Linha de Defesa: é atribuída às áreas que desempenham funções de auxílio ao desenvolvimento e monitoramento da gestão de risco, controle e conformidade, composta por áreas de controle do Banrisul. É responsável por fornecer a metodologia e o suporte necessário à gestão dos riscos assumidos pela primeira linha, auxiliando na identificação, mensuração, avaliação, controle e mitigação dos riscos. O monitoramento e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos, na primeira linha, também fazem parte do escopo de atuação da segunda linha.

3ª Linha de Defesa: é atribuída à área de auditoria interna, sendo responsável por avaliar as duas primeiras linhas, incluindo a forma como essas alcançam os objetivos no âmbito do gerenciamento de riscos e controles. Atua propondo melhorias e imputando as medidas corretivas necessárias. Reporta-se de forma independente à Administração e aos órgãos de governança.

(d) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliadas à otimização de controles, fortalecem a gestão do risco de crédito do Banrisul, permitindo a continuidade da expansão da carteira de crédito de modo sustentável, com agilidade e segurança.

Na sequência é apresentado o montante das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro do Banrisul segmentado por setor de atividade:

Composição da Carteira por Setor de Atividade	31/12/2025	31/12/2024
Setor Público	188.890	169.795
Administração Pública – Direta e Indireta	188.890	169.795
Setor Privado	64.872.669	62.055.846
Pessoa Física	48.511.967	48.481.978
Pessoa Jurídica	16.360.702	13.573.868
Agropecuário	274.850	329.601
Alimentos, Bebidas e Fumo	2.862.085	2.059.454
Automotivo	733.550	602.802
Celulose, Madeira e Móveis	400.574	336.487
Comércio Atacadista – Alimentício	1.039.512	931.015
Comércio Atacadista – não Alimentício	860.525	808.954
Comércio Varejista – Outros	1.519.863	1.435.118
Construção e Imobiliário	1.343.210	1.102.978
Educação, Saúde e Outros Serviços Sociais	1.695.218	1.611.587
Eletroeletrônico e Informática	507.714	421.107
Financeiro e Seguro	289.963	210.172
Máquinas e Equipamentos	326.717	262.677
Metalurgia	459.502	375.621
Obras de Infraestrutura	29.633	39.229
Petróleo e Gás Natural	616.935	435.392
Químico e Petroquímico	1.022.766	638.660
Serviços Privados	582.692	542.263
Têxtil, Confeções e Couro	413.338	393.654
Transportes	470.715	422.352
Outros	911.340	614.745
Total	65.061.559	62.225.641

(d.1) Identificação, Mensuração e Avaliação

No processo de identificação, mensuração e avaliação do risco de crédito, o Banrisul adota metodologias estatísticas e/ou o princípio de decisão técnica colegiada. A concessão de crédito, alicerçada em modelos de escoragem, oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos. A concessão de crédito fundamentada na decisão colegiada ocorre por políticas de alçada. Os Comitês de Crédito da Rede de Agências avaliam operações de crédito até os limites de suas alçadas. Para clientes de alçadas superiores, as operações e Limite de Risco (LR) são deferidos pelos Comitês de Crédito e de Risco da Direção-Geral. A Diretoria aprova operações específicas e LR de operações em montantes que não ultrapassem 3% do Patrimônio Líquido. Operações superiores a esse limite são submetidas à apreciação do Conselho de Administração, obedecendo os limites estabelecidos na RAS.

(d.2) Monitoramento, Controle e Mitigação

Na etapa de monitoramento e reporte são realizadas análises de aderência dos modelos de escoragem de crédito por meio de técnicas estatísticas de validação a fim de verificar se os modelos permanecem atribuindo corretamente a probabilidade de cada cliente ficar inadimplente com base nas características cadastrais e hábitos de pagamento. Além disso, é realizado acompanhamento do montante de exposição ao risco de crédito, com segmentações definidas pelo Bacen e pelo próprio Banrisul, assim como dos impactos de legislações e/ou políticas adotadas. Por fim, são realizados Testes de Estresse da carteira de crédito, com o objetivo de estimar o capital exigido e o impacto em Índices de Capital.

O monitoramento, por meio de ferramentas de gestão da carteira de crédito, está diretamente relacionado ao controle e à mitigação do risco de crédito, pois a partir dele se verificam comportamentos passíveis de intervenção. O controle do risco de crédito engloba, fundamentalmente, os seguintes procedimentos:

- A exposição ao risco de crédito é administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado;
- A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem eventuais exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial; e
- Os níveis de risco que o Banrisul assume são estruturados a partir da definição de limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores, a segmentos da indústria, entre outros. As concentrações são observadas, periodicamente, e sujeitas a revisões. Quando necessário, os limites sobre o nível de risco de crédito são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

(d.3) Políticas de Provisionamento

A provisão para perda esperada é reconhecida, para fins de elaboração de relatórios financeiros, por meio de modelagens estatísticas, observando os critérios definidos nas normas vigentes, sendo apurada mensalmente para toda a carteira de ativos financeiros passíveis de cálculo.

(d.4) Exposição Máxima ao Risco de Crédito antes de Garantias ou de Outros Mitigadores

A exposição ao risco de crédito relativo a ativos registrados no Balanço Patrimonial, assim como a exposição ao risco de crédito relativo a itens não registrados no Balanço Patrimonial é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	136.732.163	119.174.853
Depósitos Compulsórios no Banco Central	15.861.036	11.036.991
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.024.531	2.603.917
Títulos e Valores Mobiliários	45.848.445	35.113.312
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	65.061.559	62.225.641
Outros Ativos Financeiros	5.936.592	8.194.992
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	21.937.981	18.350.048
Títulos e Valores Mobiliários	21.937.981	18.350.048
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	1.659.087	5.185.408
Títulos e Valores Mobiliários	1.558.847	4.861.110
Instrumentos Financeiros Derivativos	100.240	324.298
Off Balance	21.513.417	23.353.749
Garantias Financeiras	648.413	386.468
Crédito Imobiliário	359.516	573.622
Cheque Especial	4.745.864	6.081.939
Cartão de Crédito	4.569.958	4.486.235
Limites Pré-Dados Eletrônicos – Banricompras	5.869.970	5.687.386
Limites Pré-Aprovados Parcelados – Crédito 1 Minuto	4.981.121	4.950.146
Outros Limites Pré-Aprovados	338.575	1.187.953
Total	181.842.648	166.064.058

(d.5) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

As operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, segregadas por estágios, são apresentadas a seguir:

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão	Carteira de Crédito	Provisão
Pessoa Física	45.121.067	654.932	498.746	107.574	2.892.154	1.707.917	48.511.967	2.470.423
Cartão de Crédito	2.486.638	127.475	38.127	8.646	325.604	238.780	2.850.369	374.901
Crédito Consignado	18.233.006	104.873	156.394	22.343	1.103.223	570.572	19.492.623	697.788
Crédito Pessoal	2.577.730	35.792	82.190	18.304	371.606	213.773	3.031.526	267.869
Crédito Imobiliário	5.675.302	29.680	9.256	3.593	46.776	27.230	5.731.334	60.503
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.443.838	206.564	92.797	19.049	485.969	250.827	14.022.604	476.440
Outros	2.704.553	150.548	119.982	35.639	558.976	406.735	3.383.511	592.922
Pessoa Jurídica	15.327.373	246.626	137.967	30.019	1.084.252	678.277	16.549.592	954.922
Operações de Câmbio	2.764.774	12.179	5.888	241	83.546	6.766	2.854.208	19.186
Capital de Giro	5.021.181	37.183	28.948	5.234	217.917	114.257	5.268.046	156.674
Conta Empresarial/Garantida	2.379.241	92.351	25.880	5.506	165.720	113.894	2.570.841	211.751
Crédito Imobiliário	711.146	10.047	11.458	348	-	-	722.604	10.395
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.021.943	52.508	25.187	6.804	288.326	238.999	3.335.456	298.311
Outros	1.429.088	42.358	40.606	11.886	328.743	204.361	1.798.437	258.605
Total em 31/12/2025	60.448.440	901.558	636.713	137.593	3.976.406	2.386.194	65.061.559	3.425.345
Total em 31/12/2024	56.546.276	913.526	4.367.308	614.185	1.312.057	1.025.160	62.225.641	2.552.871

Estágio 1: são classificadas no estágio 1 as operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que não apresentam aumento significativo no risco de crédito e não vencidas a mais de 30 dias.

	31/12/2025	31/12/2024
Não vencidos	59.031.301	55.381.446
Vencidos em até 30 dias	1.417.139	1.164.830
Total	60.448.440	56.546.276

	31/12/2025	31/12/2024
Avaliação Coletiva	60.424.048	56.546.276
Avaliação Individual	24.392	-
Total	60.448.440	56.546.276

Estágio 2: são classificadas no estágio 2 as operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro que possuem atraso de 30 a 90 dias e/ou apresentam aumento significativo no risco de crédito.

	31/12/2025	31/12/2024
Não Vencidos	201.934	3.659.038
Vencidos em até 30 dias	16.124	105.691
Vencidos de 31 a 60 dias	274.189	301.525
Vencidos de 61 a 90 dias	144.466	301.054
Total	636.713	4.367.308

	31/12/2025	31/12/2024
Avaliação Coletiva	635.217	3.966.548
Avaliação Individual	1.496	400.760
Total	636.713	4.367.308

Estágio 3: são classificadas no estágio 3 as operações que possuem atraso superior a 90 dias e/ou apresentam evidências de deterioração na qualidade do crédito.

	31/12/2025	31/12/2024
Não Vencidos	940.201	127.488
Vencidos em até 30 dias	116.713	62.624
Vencidos de 31 a 60 dias	83.310	10.082
Vencidos de 61 a 90 dias	118.222	12.040
Vencidos a mais de 90 dias	2.717.960	1.099.823
Total	3.976.406	1.312.057

	31/12/2025	31/12/2024
Avaliação Coletiva	3.537.021	1.269.257
Avaliação Individual	439.385	42.800
Total	3.976.406	1.312.057

Análise de Concentração dos Clientes Individualmente Significativos: a análise de concentração apresentada a seguir está baseada no saldo total da carteira dos clientes considerados individualmente significantes no valor de R\$465.273 (31/12/2024 – R\$443.560), excluídas operações adquiridas pelo Banrisul junto a outras instituições financeiras.

	31/12/2025	31/12/2024
Maior Devedor	22,84%	18,79%
Cinco Maiores Devedores	54,90%	58,50%
Dez Maiores Devedores	78,45%	78,64%
Vinte Maiores Devedores	98,98%	99,94%

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro Renegociadas e Reestruturadas: as atividades de renegociação comumente utilizadas em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro e praticadas pelo Banrisul são compostas por extensão nos prazos de pagamentos e repactuação de taxas previamente acordadas.

As políticas e práticas para aceitação de renegociações são baseadas em indicadores ou critérios previamente definidos e que, no entendimento da Administração, indiquem que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser realizados.

O total dos instrumentos renegociados, incluindo reestruturados, ao final período de reporte totalizaram R\$1.818.792 (01/01 a 31/12/2024 – R\$655.511).

(d.6) Retomada de Bens Dados em Garantias

Os bens destinados à venda são registrados no momento do seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Esses ativos são contabilizados, inicialmente, pelo valor contábil bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução ou valor justo menos despesas de venda, dos dois o menor. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. A política de venda desses bens contempla a realização de licitações/leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado. Os bens retomados (móveis, imóveis, etc.) ao final do período de reporte totalizaram R\$78.373 (01/01 a 31/12/2024 – R\$28.609).

(e) Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul está exposto ao risco de mercado decorrente da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banrisul. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação, e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O Banrisul gerencia o risco de mercado de acordo com as melhores práticas de mercado. Conforme a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, o Banrisul estabelece limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco e identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

A identificação das operações que estão sujeitas ao risco de mercado é realizada por meio de processos operacionais, considerando as linhas de negócios do Banrisul, os fatores de riscos das operações, os valores contratados e os respectivos prazos, bem como a classificação dos instrumentos financeiros em carteira de negociação ou de não negociação.

Carteira de Negociação (*Trading Book*): compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem.

Carteira de Não Negociação ou Carteira Bancária (*Banking Book*): compreende todas as operações do Banrisul não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda.

Comunicação Interna: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado, periodicamente, aos membros da Administração o Relatório de Risco de Mercado e, ao Comitê de Gestão de Risco, relatório produzido para o acompanhamento das exposições a risco do Banrisul. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado é proposta ao Conselho de Administração, a quem cabe a sua aprovação. Também são produzidos *dashboards* para a Carteira de Negociação e para a Carteira de Não Negociação (IRRBB) com os principais elementos determinantes de cada risco, como descasamentos entre ativos e passivos e principais determinantes das flutuações de resultados.

Comunicação Externa: no intuito de que a informação oriunda da área responsável pelo gerenciamento de riscos de mercado alcance a amplitude devida, é disponibilizado, conforme Resolução CMN nº 4.557/17, a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de mercado em relatório de acesso público, com periodicidade mínima anual. No seguinte endereço são disponibilizadas a Estrutura de Gestão de Gerenciamento de Risco de Mercado e o Relatório de Gerenciamento de Riscos: <https://ri.banrisul.com.br/>.

(e.1) Metodologias de Apuração do Risco de Mercado e do Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banrisul monitora o risco de mercado (carteira de negociação) e o risco de taxas de juros (carteira de não negociação) através das metodologias padronizadas do Bacen, entre outras abordagens complementares à gestão de riscos do Banrisul:

Marcação a Mercado: em casos excepcionais, por definição regulatória, se as atribuições de marcação a mercado – que são atribuições de primeira linha (especialmente *middle/backoffice*) – não estiverem sendo

observadas, será realizado o cálculo do valor de mercado dos ativos e passivos utilizando-se os preços e taxas capturados na ANBIMA e na B3. A partir destes preços, é aplicada a função de interpolação *cubic spline* (ano em 252 dias úteis) para a obtenção das taxas de juros nos prazos das operações, intermediários aos vértices apresentados.

Valor em Risco (VaR) e Maturity Ladder: o Banrisul utiliza metodologias padronizadas para o cálculo de alocação de capital das parcelas de risco de mercado (Pjur1, Pjur2, Pjur3, Pjur4, Pacs e Pcam) para a carteira *Trading Book*. Para operações prefixadas (Pjur1), utiliza-se o VaR conforme definido na Circular Bacen nº 3.634/13. O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual por mudanças adversas nas condições do mercado. O modelo expressa o valor máximo que o Banrisul pode perder, levando-se em conta um nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas pelos métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes. Nas operações referenciadas em cupom de moedas (Pjur2), índice de preços (Pjur3), taxa de juros (Pjur4), carteira de ações (Pacs) e carteira de câmbio (Pcam), a métrica utilizada é a *Maturity Ladder*, que se baseia no conceito de *duration*, estabelecendo uma relação entre o quanto altera-se o preço de um título ao se variar a taxa do seu respectivo cupom, conforme definido nas Circulares Bacen nº 3.635/13, 3.636/13, 3.637/13, 3.638/13 e 3.641/13.

Valor Econômico (EVE): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira *Banking Book* do Banrisul. A variação do EVE (ΔEVE) é definido como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. O ΔEVE é o valor econômico da carteira *Banking Book* e sua capacidade de solvência, sendo obtido através do cálculo de valor presente das parcelas e calculado utilizando curvas futuras de taxas juros. Às curvas futuras, também chamadas de estrutura a termo de taxa de juros, são aplicados choques para se verificar a sensibilidade da carteira a mudanças de taxas e a variação de valor econômico. A sensibilidade do valor patrimonial mede o risco dos juros no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira (NII): são as avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária do Banrisul. A variação do NII (ΔNII) é definido como diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. É a variação do resultado da intermediação financeira na carteira *Banking Book* (receitas/despesas), considerado o cenário base e cenários de alta e baixa de taxa de juros. Observa intervalo de 1 ano. A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um horizonte específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros. O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curvatura das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

Perdas e Ganhos Embutidos (PGE): o cálculo das perdas e ganhos embutidos é realizado conforme determina o modelo padrão adotado pelo Banrisul. O cálculo das perdas e ganhos embutidos é uma métrica que compara o EVE no cenário normal versus o contábil, comparando o valor presente das carteiras com o contábil. Quando o valor presente de um ativo é maior que seu saldo contábil ou quando o valor presente de um passivo é menor que seu saldo contábil, computa-se um ganho a realizar através dessa métrica. Quando o valor presente de um ativo é menor ou o valor presente de um passivo é maior, computa-se uma perda a realizar.

Risco de Spread (Credit Spread Risk on the Banking Book – CSRBB): é um dos quatro escopos do risco de taxa de juros na carteira de *Banking Book* (IRRBB). Desta forma, este reporte observa a definição posta pelo regulador na Circular Bacen nº 3.876/18, que define o CSRBB como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à variação de taxas de juros requeridas pelo mercado que excedam a taxa livre de risco para instrumentos sujeitos ao risco de crédito classificados na carteira *Banking Book*.

Análise de Sensibilidade do Risco de Mercado: a análise de sensibilidade é realizada trimestralmente ou em situações adversas, por meio da aplicação de cenário específico para cada fator de risco, com o objetivo de quantificar os impactos sobre as carteiras. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes cenários: 1% (cenário 1), 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3), nas curvas de juros prefixados, em moedas estrangeiras e ações, tendo como base as informações de mercado da B3, da ANBIMA e da cotação do dia do

dólar norte-americano PTAX Venda – Bacen. A metodologia de análise de cenários permite avaliar ao longo de um período determinado o impacto decorrente de variações simultâneas e coerentes em um conjunto de parâmetros relevantes no capital do Banrisul, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

Testes de Estresse na Carteira de Negociação (Risco de Mercado): os cenários desenvolvidos internamente para o risco de mercado no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo calcular e projetar as exposições para o risco de câmbio (Pcam), para o risco do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) e para as exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas (Pjur1), considerando as operações atuais do Banrisul. As projeções das exposições são realizadas como segue:

- Para exposições em taxas de juros prefixadas (Pjur1) por variações da taxa CDI; e
- Para exposição em câmbio (Pcam) e do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte (Cva) é utilizada a flutuação cambial.

Testes de Estresse na Carteira de Não Negociação (Risco de Taxas de Juros): os cenários desenvolvidos internamente no Banrisul no âmbito do programa de testes de estresse têm como objetivo projetar os fluxos e calcular o risco de taxas de juros da carteira *Banking Book* (IRRBB), em seu modelo padronizado, a partir das operações atuais do Banrisul. São consideradas as flutuações dos cenários macroeconômicos sobre os estoques existentes na data referência do teste. A partir deles, evoluem-se as operações pós-fixadas e efetua-se a variação para o cenário estressado de paralelo de alta (cenário que apresenta maior perda histórica), utilizando o Δ NII (principal métrica para determinação de suficiência de Patrimônio de Referência (PR) para este risco). As metodologias e procedimentos adotados para elaboração dos testes de estresse para o IRRBB estão descritos em manuais internos da área de gestão de riscos corporativos.

A seguir, apresenta-se a tabela com o resultado da análise de sensibilidade para a Carteira *Trading*:

Cenários	Fatores de Risco		Total em 31/12/2025	
	Taxa de Juros	Moeda Estrangeira		
1	1%	290	5.796	6.086
2	25%	236	82.680	82.916
3	50%	171	162.767	162.938

A tabela acima apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos. Para a elaboração dos cenários que compõem a tabela de análises de sensibilidade foram levadas em consideração os seguintes fatores e condições na data de reporte:

- Cenário 1 – situação provável: foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 2 – situação possível: foi considerada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado;
- Cenário 3 – situação remota: foi considerada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado;
- Taxa de Juros: exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas, cupons de taxas de juros e taxa de inflação;
- Moeda Estrangeira: exposições sujeitas à variação cambial; e

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R\$5,5024 de 31/12/2025 (PTAX Venda – Bacen). As análises de sensibilidade acima identificadas não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Analisando os resultados do cenário 1, podemos identificar no Fator de Risco “Moeda Estrangeira” a maior perda, que representa 95,2% da perda esperada neste cenário. Nos cenários 2 e 3, a maior perda observada se refere ao fator “Moeda Estrangeira” representando respectivamente 99,7% e 99,9%. Considerando valores absolutos, a maior perda observada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade ocorre no cenário 3, no valor total de R\$162.938.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos: o Banrisul também realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* (carteira *Banking Book*) e das operações protegidas de captação no mercado externo efetuada pelo Banrisul no valor total de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americanos), contabilizadas na carteira *Banking Book* (Nota 21), sobre os quais foram aplicados choques para mais ou para menos nos cenários 1, 2 e 3.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira dólar norte-americano (US\$) considera curva Real x Dólar da B3 de 30/12/2025. As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros.

O cenário 1 é o mais provável e considera a alta e baixa de 1% da curva de referência de mercado para cupom de dólar norte-americano (cotação da B3), utilizadas para efetuar a precificação desses instrumentos financeiros. Os cenários 2 e 3 são definidos para contemplar variações positivas de 25% e 50% e variações negativas de 25% e 50%, considerando as condições existentes em 30/12/2025.

A tabela a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* (carteira *Banking Book*) e no instrumento objeto de proteção (carteira *Banking Book*), que compõem a estrutura de contabilidade de *hedge* de risco de mercado ao final do período de reporte.

Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Swap	<i>Trading</i>	Alta do dólar	16.855	421.363	842.725
Item Objeto de Proteção					
Dívida	<i>Banking</i>	Alta do dólar	16.856	421.395	842.790
Efeito Líquido			(1)	(32)	(65)
Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Swap	<i>Trading</i>	Baixa do dólar	(16.855)	(421.363)	(842.725)
Item Objeto de Proteção					
Dívida	<i>Banking</i>	Baixa do dólar	(16.856)	(421.395)	(842.790)
Efeito Líquido			1	32	65

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

Quanto aos instrumentos derivativos na modalidade de contrato futuro de DI, a análise de sensibilidade também aplicou choques para os cenários 1, 2 e 3. O cenário 1 é o mais provável e considera a alta de 1% da curva de referência de mercado para taxa futura de DI (cotação da B3). Os cenários 2 e 3 são definidos para contemplar variações positivas de 25% e 50% e variações negativas de 25% e 50%, considerando as condições existentes em ao final do período de reporte.

Operação	Carteira	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
FUT DI1	<i>Trading</i>	Alta da Taxa Futura de DI	(10)	(253)	(498)
FUT DI1	<i>Trading</i>	Baixa da Taxa Futura de DI	10	261	532

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo Banrisul.

As operações de câmbio passam a ser tratadas como instrumentos financeiros derivativos. O valor dessas operações depende de variações em fatores como taxa de juros e câmbio, não requerem um investimento inicial significativo e sua liquidação ocorre em data futura. O Banrisul registra essas operações em contas patrimoniais e de compensação.

(e.2) Resumo da Carteira de Negociação e de Não Negociação

A tabela a seguir demonstra o resultado da carteira *Trading Book*:

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	81
Total		81

A tabela a seguir demonstra o resultado do Δ NII da carteira *Banking Book*, que apresenta a potencial perda dos instrumentos classificados decorrente de cenários de variação das taxas de juros classificados nessa carteira (cenário 2 – paralelo de baixa nas taxas de juros).

Fator de Risco	Referencial	Carteira de Não Negociação
Prefixado	Taxa Prefixada	952.200
Cupom Índice	TLP	(124)
Cupom de Taxas	TR	91.458
	TJLP	(366)
DI	CDI	2.710.644
Selic	Selic	(3.405.654)
Total		348.158

(e.3) Exposições Sujeitas ao Risco de Câmbio

O Banrisul está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente por meio da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. A política institucional do Banrisul para o risco define que o consumo de capital para este risco deverá ser administrado de maneira a manter sua exposição no limite inferior a 3,55% do seu Patrimônio de Referência (PR). A exposição apresentada ao final do período de reporte foi de R\$433.245 (31/12/2024 – R\$426.714). O consumo de capital apresentado no mesmo período foi de R\$99.224 (31/12/2024 – R\$98.973).

O Banrisul está aderente às novas determinações do Bacen e apura o montante dos ativos ponderados pelo risco RWA_{CAM} , sendo verificado ao final do período de reporte o valor de R\$1.233.060 (31/12/2024 – R\$1.235.190).

(e.4) Exposições Sujeitas ao Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banrisul se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem movimentações inesperadas. A Diretoria e o Conselho de Administração do Banrisul aprovam anualmente limites propostos sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido pelo Banrisul.

A tabela a seguir resume a exposição do Banrisul ao risco das taxas de juros, considerando os instrumentos financeiros ao seu valor contábil, categorizados pela alteração contratual mais antiga ou pelas datas de vencimento.

	Circulante		Não Circulante		Total em 31/12/2025	Total em 31/12/2024
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos		
Ativos Financeiros	32.214.523	25.402.201	83.972.573	18.182.303	159.771.600	142.710.309
Ao Custo Amortizado	30.855.239	25.062.187	62.995.560	17.261.546	136.174.532	119.174.853
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	15.303.405	-	-	-	15.303.405	11.036.991
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.517.546	882.955	624.030	-	4.024.531	2.603.917
Títulos e Valores Mobiliários Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	4.112.366	4.049.733	29.928.470	7.757.876	45.848.445	35.113.312
Outros Ativos Financeiros	8.921.922	16.684.729	29.951.238	9.503.670	65.061.559	62.225.641
Ao Valor Justo por Meio de Outros	-	3.444.770	2.491.822	-	5.936.592	8.194.992
Resultados Abrangentes	61.820	-	20.977.013	899.148	21.937.981	18.350.048
Títulos e Valores Mobiliários	61.820	-	20.977.013	899.148	21.937.981	18.350.048
Ao Valor Justo por meio do Resultado	1.297.464	340.014	-	21.609	1.659.087	5.185.408
Títulos e Valores Mobiliários	1.197.224	340.014	-	21.609	1.558.847	4.861.110
Instrumentos Financeiros Derivativos	100.240	-	-	-	100.240	324.298
Passivos Financeiros	49.106.231	18.538.492	56.379.983	19.091.707	143.116.413	127.834.472
Ao Custo Amortizado	49.105.204	16.849.087	56.379.983	19.091.707	141.425.981	125.953.758
Depósitos	24.366.244	6.702.081	49.011.609	16.181.493	96.261.427	83.807.856
Captações no Mercado Aberto	22.819.656	-	-	-	22.819.656	22.238.994
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	906.430	2.196.102	4.636.844	-	7.739.376	6.936.464
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	2.413.040	2.413.040	421.812
Obrigações por Empréstimos	802.947	1.498.351	499.367	6.263	2.806.928	2.513.508
Obrigações por Repasses	209.927	872.088	2.229.900	490.911	3.802.826	3.065.190
Outros Passivos Financeiros	-	5.580.465	2.263	-	5.582.728	6.969.934
Ao Valor Justo por meio do Resultado	1.027	1.689.405	-	-	1.690.432	1.880.714
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.027	-	-	-	1.027	-
Dívidas Subordinadas	-	1.689.405	-	-	1.689.405	1.880.714
Total de Defasagem na Repactuação dos Juros	(16.891.708)	6.863.709	27.592.590	(909.404)	16.655.187	14.875.837

(f) Risco de Liquidez

A definição de risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, esperados e inesperados, correntes e futuros, num horizonte de tempo definido; e na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

Para o efetivo gerenciamento do risco de liquidez, o Banrisul considera as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas. Exemplo disso são os serviços de liquidação, prestação de avais e garantias e linhas de crédito contratadas e não utilizadas. Igualmente o risco de liquidez nas moedas às quais há exposição, observando eventuais restrições à transferência de liquidez e a conversibilidade entre as moedas. Ainda, são considerados possíveis impactos na liquidez do Banrisul decorrentes de fatores de risco associados às demais empresas do conglomerado prudencial.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela área de risco corporativo, que é responsável pelo monitoramento diário do risco de liquidez do Banrisul e por executar e atualizar, anualmente, a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras de curto, médio e longo prazo, tanto em cenários normais como em cenários adversos, com a adoção de ações corretivas caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas do Banrisul sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também às necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*funding*) adequadamente diversificada.

A gestão e o controle do risco de liquidez são realizados, diariamente, a partir da elaboração e reporte de relatórios com indicadores e as posições de risco, mensurados a partir de metodologias internas definidas na política de gerenciamento de riscos do Banrisul.

Mensalmente, é remetido ao Bacen as informações relativas à exposição ao risco de liquidez e, periodicamente são submetidos à Administração relatórios com as posições de risco de liquidez e de limites estabelecidos em políticas, assim como projeções para a liquidez total a partir de modelos internos para o fluxo de caixa do Banrisul.

No âmbito de Contingência de Liquidez, o Banrisul tem como objetivo identificar, antecipadamente, e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

Os processos de gestão do risco de liquidez estão em linha com as diretrizes da Política Institucional de Gestão do Risco de Liquidez e com a RAS do Banrisul, cujos documentos são revisados anualmente (ou em periodicidade menor, caso necessário) e propostos ao Conselho de Administração para aprovação.

(f.1) Fluxos de Caixa para Não Derivativos

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar de acordo com passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do Balanço Patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas. Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos de empréstimos em aberto incluem disponibilidades e ativos financeiros.

	Circulante		Não Circulante		Total em 31/12/2025	Total em 31/12/2024
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 5 Anos	Acima de 5 Anos		
Passivos Financeiros (Vencimentos Contratuais)	53.517.911	18.898.830	57.736.367	19.432.281	149.585.389	133.729.010
Ao Custo Amortizado	53.517.911	17.203.932	57.736.367	19.432.281	147.890.491	131.718.914
Depósitos	28.703.218	6.860.585	49.819.157	16.448.110	101.831.070	88.990.180
Captações no Mercado Aberto	22.832.490	-	-	-	22.832.490	22.250.892
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	945.716	2.291.285	4.837.814	-	8.074.815	6.964.312
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	2.413.040	2.413.040	421.812
Obrigações por Empréstimos	805.498	1.504.728	557.581	14.868	2.882.675	2.513.508
Obrigações por Repasses	230.989	966.708	2.519.122	556.263	4.273.082	3.445.372
Outros Passivos Financeiros	-	5.580.626	2.693	-	5.583.319	7.132.838
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	1.694.898	-	-	1.694.898	2.010.096
Dívidas Subordinadas	-	1.694.898	-	-	1.694.898	2.010.096
Ativos Financeiros (Vencimentos Esperados)	32.470.158	26.455.624	96.766.956	26.890.737	182.583.475	166.943.870
Disponibilidades	1.298.124	-	-	-	1.298.124	1.126.982
Ativos Financeiros	31.172.034	26.455.624	96.766.956	26.890.737	181.285.351	165.816.888
Ao Custo Amortizado	29.912.990	26.115.610	75.789.943	25.969.980	157.788.523	142.605.730
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	61.820	-	20.977.013	899.148	21.937.981	18.350.048
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.197.224	340.014	-	21.609	1.558.847	4.861.110

(f.2) Itens Não Registrados no Balanço Patrimonial

O Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados ao Fundo de Reserva para Garantia de Restituição dos Depósitos Judiciais, em que as partes litigantes não sejam o Estado do Rio Grande do Sul ou os Municípios do mesmo Estado. Os valores transferidos para o Estado do Rio Grande do Sul na data de reporte atingiram o montante de R\$9.823.501 (31/12/2024 – R\$9.895.835), conforme descrito na Nota 36a. No caso de resgates pelos depositantes em volumes superiores aos mantidos em um fundo específico para garantir liquidez, o Estado do Rio Grande do Sul deve cobrir imediatamente as necessidades de caixa.

(g) Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo: na tabela a seguir, os valores dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo valor justo segregados conforme a hierarquia do valor justo.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total em 31/12/2025	Nível 1	Nível 2	Total em 31/12/2024
Ativos Financeiros	23.434.760	160.932	1.376	23.597.068	23.137.678	397.778	23.535.456
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados							
Abrangentes	21.876.161	61.820	-	21.937.981	18.293.391	56.657	18.350.048
Títulos e Valores Mobiliários	21.876.161	61.820	-	21.937.981	18.293.391	56.657	18.350.048
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	21.876.161	-	-	21.876.161	18.291.507	-	18.291.507
Cotas de Fundo de Investimento	-	39.851	-	39.851	1.884	34.688	36.572
Outros	-	21.969	-	21.969	-	21.969	21.969
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.558.599	99.112	1.376	1.659.087	4.844.287	341.121	5.185.408
Títulos e Valores Mobiliários	1.557.471	-	1.376	1.558.847	4.844.287	16.823	4.861.110
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	361.623	-	-	361.623	3.219.291	-	3.219.291
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	999.446	-	-	999.446	1.428.159	-	1.428.159
Cotas de Fundo de Investimento	196.402	-	1.376	197.778	196.837	16.823	213.660
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.128	99.112	-	100.240	-	324.298	324.298
Passivo Financeiros	1.027	1.689.405	-	1.690.432	-	1.880.714	1.880.714
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.027	1.689.405	-	1.690.432	-	1.880.714	1.880.714
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.027	-	-	1.027	-	-	-
Dívidas Subordinadas	-	1.689.405	-	1.689.405	-	1.880.714	1.880.714

Instrumentos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: na tabela a seguir, os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo custo amortizado.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos ao Custo Amortizado	136.732.163	133.778.096	119.854.792	117.398.358
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	15.861.036	15.861.036	11.716.930	11.716.930
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.024.531	4.054.553	2.603.917	2.609.240
Títulos e Valores Mobiliários	45.848.445	45.927.869	35.113.312	34.999.793
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	65.061.559	61.998.046	62.225.641	59.877.403
Outros Ativos Financeiros	5.936.592	5.936.592	8.194.992	8.194.992
Passivos ao Custo Amortizado	145.722.468	145.732.458	130.340.792	129.998.973
Depósitos	100.557.914	100.511.721	88.194.890	87.792.063
Captações no Mercado Aberto	22.819.656	22.819.645	22.238.994	22.238.973
Recursos e Aceites e Emissão de Títulos	7.739.376	7.731.765	6.936.464	6.947.511
Letras Financeiras Subordinadas	2.413.040	2.476.845	421.812	471.794
Obrigações por Empréstimos	2.806.928	2.806.928	2.513.508	2.513.508
Obrigações por Repasses	3.802.826	3.802.826	3.065.190	3.065.190
Outros Passivos Financeiros	5.582.728	5.582.728	6.969.934	6.969.934

- **Títulos e Valores Mobiliários:** o valor justo tem base em preços de mercado ou em cotações de corretoras ou operadoras. Quando essas informações não estão disponíveis, o valor justo é estimado utilizando-se preços cotados no mercado para títulos com características de crédito, vencimento e rentabilidade similares.
- **Créditos com Característica de Operações de Crédito:** o valor representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado acrescidas da taxa de risco da contraparte para determinar seu valor justo.
- **Passivos Financeiros:** o valor justo estimado dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, é o valor repagável à vista. O valor justo estimado dos depósitos com taxas pré e pós-fixadas e outros empréstimos sem cotação no mercado ativo baseia-se em fluxos de caixa não descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos até o vencimento similares somada à taxa de risco do Banrisul.
- **Recursos de Aceites e Emissão de Títulos:** o valor justo é calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa adotando taxas de desconto equivalentes às taxas médias ponderadas das contratações ou negociações similares mais recentes, de títulos com característica semelhantes.
- **Captações no Mercado Aberto:** para as operações com taxas prefixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado.
- **Obrigações por Empréstimos e Obrigações por Repasses:** tais operações são exclusivas do Banrisul, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.

- **Demais Instrumentos Financeiros:** o valor justo é, aproximadamente, equivalente ao correspondente valor contábil.

(h) Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A metodologia de gestão do risco operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o Banrisul está exposto, conforme mostra a tabela:

Fase da Gestão de Risco Operacional	Atividade
Identificação do Risco	A identificação dos riscos operacionais visa indicar as áreas de incidência, causas e potenciais impactos financeiros dos riscos associados aos processos, produtos e serviços a que as empresas controladas pelo Banrisul estão expostas.
Mensuração e Avaliação do Risco	A avaliação consiste na quantificação do risco, levando à consequente mensuração do seu nível de criticidade de acordo com os parâmetros previamente estabelecidos, com o objetivo de estimar o impacto de sua eventual ocorrência nos negócios da instituição.
Monitoramento	O monitoramento tem por objetivo acompanhar a exposição aos riscos operacionais identificados, antecipando situações críticas, de forma que as fragilidades detectadas sejam levadas ao conhecimento das instâncias decisórias tempestivamente.
Controle	Controle compreende o registro do comportamento dos riscos operacionais, limites, indicadores e eventos de perda operacional, bem como implementar mecanismos, de forma a garantir que os limites e indicadores de risco operacional permaneçam dentro dos níveis desejados.
Mitigação	A mitigação consiste em criar e implementar mecanismos para modificar o risco, buscando reduzir as perdas operacionais por meio da eliminação da causa, alteração da probabilidade de ocorrência ou atenuação das consequências. Nesta fase, é solicitado ao gestor que determine a resposta ao risco, considerando todos os impactos.
Reporte	Consiste na elaboração de relatórios relacionados à gestão do risco operacional, conforme definido no Plano de Comunicação da Unidade de Riscos Corporativos.

Por meio de indicadores-chave de risco e da Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), é possível monitorar a evolução das perdas e da exposição ao risco e propor ações de melhoria.

Adicionalmente, por meio da Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), busca-se incentivar no Banrisul uma cultura de atenção para evitar ou mitigar os riscos materializados por um cenário de crise, por uma interrupção em seus processos de negócio críticos e essenciais ou por uma indisponibilidade prolongada, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como auxiliando os responsáveis da primeira linha de defesa. Visa, assim, assegurar a continuidade dos negócios e mitigar os riscos operacionais, fornecendo um nível de cobertura adequado e auxiliando nas decisões estratégicas.

Os resultados das análises realizadas e os registros da BDPO são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(i) Risco Social, Ambiental e Climático

O risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banrisul decorrentes de eventos relacionados à violação de direitos e garantias fundamentais, bem como a prática de atos lesivos ao interesse comum.

O risco ambiental corresponde à possibilidade de perdas para o Banrisul resultantes de eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O risco climático, por sua vez, compreende duas vertentes:

- Risco climático de transição: refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, caracterizada pela redução ou compensação das emissões de gases do efeito estufa e pela preservação dos mecanismos naturais de captura desses gases; e

- Risco climático físico: corresponde à possibilidade de perdas ocasionadas por eventos relacionados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo associadas a mudanças nos padrões climáticos.

O gerenciamento do risco social, ambiental e climático abrange produtos, serviços, atividades e processos internos do Banrisul, assim como as atividades desempenhadas por contrapartes, entidades controladas, fornecedores e prestadores de serviços terceirizados relevantes.

Os resultados das análises realizadas são reportados aos comitês deliberativos, em conformidade com a estrutura de governança estabelecida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

(j) Gestão de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de monitoramento, controle, avaliação e planejamento de metas e da necessidade de capital, considerando riscos aos quais o Banrisul está sujeito, bem como seus objetivos estratégicos.

A adoção das melhores práticas de mercado e a maximização da rentabilidade dos investidores é realizada a partir da melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital regulatório. O aprimoramento sistemático de políticas de risco, sistemas de controles internos e normas de segurança, integrados aos objetivos estratégicos e mercadológicos do Banrisul, são processos contínuos nesse escopo.

A estrutura de gestão de capital do Banrisul é de responsabilidade do Conselho de Administração, que deve revisá-la anualmente e direcionar o alinhamento da estratégia corporativa com o RAS. O objetivo desta estrutura de gestão é assegurar que os riscos aos quais o Banrisul está sujeito sejam entendidos, gerenciados e comunicados, de modo que o capital do Banrisul seja gerido da melhor forma possível.

Os riscos relevantes para o Banrisul são divididos entre os riscos sujeitos aos cálculos de requerimento de capital, ou Riscos de Pilar 1, e os demais riscos considerados relevantes.

Os Riscos de Pilar 1 são aqueles cuja necessidade de apuração é determinada pelo Bacen com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital das instituições financeiras. Estes riscos são: risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. A exigência mínima de capital para estes riscos busca proporcionar solidez às instituições financeiras. O Banrisul adota o modelo padronizado para a apuração das parcelas que compõem o total dos Ativos Ponderados pelo Risco (*Risk-Weighted Assets - RWA*), que prevê metodologias de cálculo para requerimento de capital regulatório para os riscos de crédito, de mercado e operacional, definidas pelo Bacen.

Cada um dos riscos mencionados é calculado e gerenciado em consonância com sua respectiva Estrutura e a sua consolidação faz parte da Estrutura de Gestão de Capital. O RWA é base para apuração dos limites mínimos de Capital Principal (CP), Capital de Nível 1 (CN1) e do Patrimônio de Referência (PR), que têm seus percentuais definidos em cronograma divulgado pelo Bacen.

Além dos riscos que são apurados no Pilar 1, a Resolução CMN nº 4.557/17 determina que a estrutura de gerenciamento deve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de liquidez, IRRBB, social, ambiental e climático e demais riscos relevantes considerados pelo Banrisul.

A Razão de Alavancagem (RA) é outro indicador exigido pelo Bacen, o qual objetiva balizar a alavancagem do setor bancário, aperfeiçoando a capacidade das instituições financeiras em absorver choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, resultando em um ambiente de estabilidade financeira. Este indicador é o resultado da divisão do CN1 do PR pela Exposição Total, calculados conforme regulamentação vigente.

A Resolução CMN nº 4.615/17 determina que as instituições enquadradas no Segmento S1 e no Segmento S2 do Bacen devem cumprir, permanentemente, um requerimento mínimo de 3% para a RA. Neste caso, quanto maior o índice, melhores as condições da instituição em termos de alavancagem. A RA calculada para o Banrisul na data de reporte foi de 6,08%.

O Banrisul avalia e monitora a sua suficiência e necessidade de capital com o objetivo de manter o seu volume de capital compatível com os riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial. Neste sentido, sobre o valor apurado para o total do RWA, são calculados os Capitais Mínimos Exigidos, e confrontados com os valores de CP, de CN1 e PR, projetados e realizados, considerando também os adicionais de capital, apurados para o mesmo período. Comparando-se os Índices de Capital exigidos com os calculados para o Banrisul são apuradas as margens para os três níveis de capital, e em relação ao IRRBB e ao Adicional de Capital Principal. Após esta apuração é realizada a avaliação da Suficiência de Capital para cada nível:

- Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido;
- Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível 1 Requerido;
- Margem sobre o Capital Principal Requerido;
- Margem sobre o PR considerando o IRRBB e o ACP;
- Margem de Capital Principal Após Pilar 1 considerando o ACP; e
- Margem Após Pilar 2.

Caso a avaliação da necessidade de capital calculada pela instituição financeira aponte para um valor acima dos requerimentos mínimos de PR, CN1 e CP, de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

Os requisitos de capital impostos pela regulamentação em vigor visam manter a solidez das instituições financeiras e do Sistema Financeiro Nacional. O Banrisul busca organizar os elementos exigidos pela regulação de forma que atuem na busca da otimização da sua gestão. Entre os componentes da Gestão de Capital da Instituição, podem ser destacados os definidos a seguir.

A Estrutura e a Política Institucional de Gestão de Capital são os pilares organizadores da gestão de capital. A estrutura determina os seus principais componentes e as suas responsabilidades gerais e a política organiza e delimita as responsabilidades de cada uma das partes envolvidas. Respeitando os normativos existentes, tanto a estrutura quanto a política são revisadas anualmente, sendo que um resumo da primeira é publicado no site de Relações com Investidores do Banrisul.

A RAS, introduzida pela Resolução CMN nº 4.557/17, define os níveis de apetite por riscos do Banrisul e do Conglomerado Prudencial. O apetite por riscos da instituição é o nível máximo de risco ao qual ela está disposta a aceitar, dentro de sua capacidade produtiva, para alcançar os objetivos estratégicos presentes em seu plano de negócios. A capacidade de assunção de riscos do Banrisul é baseada nos níveis dos seus recursos disponíveis, como por exemplo, capital, liquidez, ativos e passivos, sistemas de informação e na capacidade de gestão de seus administradores. A principal função da RAS está baseada no apoio à formulação dos objetivos e estratégias de negócios e de gestão de riscos e na identificação e direcionamento estratégico quanto aos riscos aceitáveis para o Banrisul em relação aos objetivos definidos para o seu capital.

O Processo Interno Simplificado de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP_{SIMP}) também foi introduzido pela Resolução CMN nº 4.557/17, para as instituições enquadradas no segmento S2. Este processo compreende a identificação, gestão e mensuração dos riscos, incluindo a mensuração da necessidade de capital para fazer face a perdas em um cenário de crise severa. Para isso são realizadas projeções para um horizonte de três anos, considerando as definições dispostas na estratégia corporativa, bem como na Declaração de Apetite por Riscos da Instituição. O processo do ICAAP_{SIMP}, além de considerar o Plano de Capital e todos os elementos nele avaliados (conforme descrito abaixo) também considera os resultados do programa de teste de estresse.

O Plano de Capital, elaborado de acordo com a Resolução CMN nº 4.557/17, abrange as empresas do Conglomerado Prudencial e considera os possíveis impactos das empresas do Grupo Banrisul que são controladas por integrantes do conglomerado. O Plano de Capital é elaborado para um horizonte de três anos, prevê metas e projeções e descreve as principais fontes de capital, além de estar alinhado ao planejamento estratégico do Banrisul. O Plano de Capital é fundamentado nas estratégias definidas pelo Conselho de Administração, considerando o ambiente econômico e de negócios, os valores de ativos e passivos, as operações *off balance*, as receitas e despesas, as metas de crescimento e participação no mercado e, especialmente, as definições da RAS.

O Programa de Testes de Estresse (PTE), definido a partir da Resolução CMN nº 4.557/17, é um conjunto coordenado de processos e rotinas, com metodologias, documentação e governança próprias, e seu objetivo

principal é identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. O teste de estresse em si é um exercício de avaliação dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na instituição ou em uma carteira específica. Os testes de estresse fornecem uma indicação do nível apropriado de capital necessário para suportar as condições econômicas em deterioração. No âmbito da Estrutura de Gestão de Capital, é uma ferramenta que complementa outras abordagens e medidas de gerenciamento de risco, fornecendo insumos, no mínimo, para o Planejamento Estratégico, para a RAS, para o ICAAP_{SIMP} e para o Plano de Capital.

O monitoramento e reporte dos requisitos de capital são realizados por meio de relatórios gerenciais que contêm referências tanto quantitativas quanto qualitativas para um determinado período, permitindo avaliação e a realização de ações para correção quando da detecção de desvios. Esses relatórios são elaborados para reporte dos elementos da Gestão de Capital, que contemplam as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante do RWA e do PR, a análise de adequação e o monitoramento das projeções do Plano de Capital e da RAS. O monitoramento inclui também os limites mínimos exigidos pelo regulador, os limites mínimos definidos para o Banrisul e os limites para manutenção de instrumentos elegíveis à capital.

Outros relatórios tempestivos podem ser necessários ou demandados pelos integrantes da estrutura de capital, que podem versar sobre eventuais deficiências identificadas na própria estrutura de gestão, ou nos seus componentes, e ações para corrigi-las; a adequação dos níveis do PR, do CN1 e do CP aos riscos incorridos pelo Banrisul; e demais assuntos pertinentes. Todos os relatórios são enviados aos órgãos de governança definidos na Estrutura Institucional de Gestão de Capital para apreciação.

Considerando-se o período reportado, o Banrisul atendeu a todos os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

(k) Índices de Capital

A apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco, que compõem o Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), tem como base de apuração o Conglomerado Prudencial, definido de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.950/21, e é composto pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.; Banrisul S.A. Administradora de Consórcios; Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio; e Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.

Consideram-se também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado Prudencial, bem como as participações em cotas de fundos de investimentos nos quais as entidades integrantes deste conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, conforme disposto na regulamentação vigente, uma vez que fazem parte do escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial.

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência (PR), dos ativos ponderados pelo risco (RWAs) e do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial (IB):

Conglomerado Prudencial	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio de Referência (PR)	14.405.845	11.564.576
Nível 1	10.303.400	9.262.050
Capital Principal (CP)	10.303.400	9.262.050
Capital Social	8.301.859	8.001.859
Reserva de Capital, de Reavaliação e de Lucros	3.015.055	2.517.353
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	(138.414)	(106.259)
Ajustes Prudenciais	(994.100)	(1.150.903)
Ajuste Negativo decorrente da Constituição de Perdas Esperadas	119.000	-
Nível 2	4.102.445	2.302.526
Instrumentos Elegíveis ao Nível 2	4.102.445	2.302.526
RWA	73.706.989	67.207.633
RWA _{CPAD} (Risco de Crédito)	60.974.294	56.303.565
RWA _{SP} (Serviços de Pagamento)	1.078.089	1.049.365
RWA _{MPAD} (Risco de Mercado)	1.240.814	1.296.019
RWA _{JURI} (Risco de Juros)	1.015	4.634
RWA _{CAM} (Risco de Taxa de Câmbio)	1.233.060	1.235.190
RWA _{CVA} (Risco de Avaliação Creditícia da Contraparte)	6.739	56.195
RWA _{OPAD} (Risco Operacional)	10.413.792	8.558.684
Carteira Banking (IRRBB)	348.158	264.259
Margem sobre o PR considerando Carteira Banking após o Adicional de Capital Principal	4.884.300	4.243.516
Índices de Capital		
Índice de Basileia	19,54%	17,21%
Índice de Nível 1	13,98%	13,78%
Índice de Capital Principal	13,98%	13,78%
Índice de Imobilização	10,20%	9,47%
Razão de Alavancagem	6,08%	7,22%

Conforme a regulamentação em vigor, o IB representa a relação entre o PR e os RWAs, demonstrando a solvência da empresa. Conforme resolução CMN nº 4.958/21, nesse período de reporte, estavam previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o IB, 6,00% para o índice de Nível 1 e 4,50% para o índice de Capital Principal. O Adicional de Capital Principal (ACP) exigido nesse período foi de 2,50%, totalizando 10,50% para o IB; 8,50% para o índice de Nível 1; e 7,00% para o índice de Capital Principal.

O PR do Banrisul alcançou na data de reporte R\$14.405.845, apresentando um aumento de R\$2.841.269 frente a dezembro de 2024.

A Circular Bacen nº 3.876/18 determina que o Conglomerado Prudencial calcule e reporte o IRRBB. A metodologia de mensuração da necessidade de PR frente aos riscos de taxas de juros da carteira bancária é calculada através da variação do valor econômico (*Variation of Economic Value of Equity – ΔEVE*) e da variação do resultado da intermediação financeira (*Variation of Net Interest Income – ΔNII*).

Neste contexto, o IRRBB calculado na data de reporte foi de R\$348.158.

Para o Cálculo da Margem do PR considerando o IRRBB são considerados os seguintes fatores: total do PR, RWA, Fator F (8,00% a partir de janeiro de 2019), risco de taxa de juros da carteira, e o ACP mínimo requerido pelo Bacen (2,5% a partir de abril de 2022).

O IB foi de 19,54% na data de reporte, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. Os Índices de Nível 1 e de Capital Principal foram de 13,98% no mesmo período.

O Banrisul gerencia e acompanha os requerimentos e as margens de capital com a finalidade de atender as exigências mínimas do CMN. Assim, o Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul cumpre todos os requerimentos mínimos aos quais está sujeito.

Nota 06 – Caixa e Equivalentes a Caixa

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor de caixa e equivalentes a caixa está assim representado:

	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades	1.298.124	1.126.982
Disponibilidades em Moeda Nacional	984.008	948.147
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	314.116	178.835
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	1.900.000	607.396
Aplicações no Mercado Aberto	1.900.000	599.996
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	7.400
Títulos e Valores Mobiliários	177.138	57.858
Cotas de Fundos de Investimento	177.138	57.858
Total	3.375.262	1.792.236

(1) Composto pelos títulos discriminados na Nota 8 com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Nota 07 – Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil

Tipo de Depósito	Forma de Remuneração	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos à Vista	Não Remunerado	557.631	679.939
Depósitos de Poupança ⁽¹⁾	Poupança	2.187.382	-
Depósitos a Prazo	Taxa Selic	12.322.718	9.970.513
Conta de Pagamento Instantâneo	Taxa Selic	462.737	460.204
Depósitos de Moeda Eletrônica	Taxa Selic	569	6.274
Outros Depósitos	Taxa Selic	329.999	600.000
Total		15.861.036	11.716.930

(1) Depósito liberado conforme Resolução BCB nº 379/24 em 2024.

Nota 08 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações no Mercado Aberto	1.900.000	-	-	1.900.000	599.996
Re vendas a Liquidar – Posição Bancada	1.900.000	-	-	1.900.000	599.996
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	-	599.996
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.900.000	-	-	1.900.000	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	617.526	882.955	624.018	2.124.499	1.992.732
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	617.526	882.955	624.018	2.124.499	1.992.732
Total em 31/12/2025	2.517.526	882.955	624.018	4.024.499	
Total em 31/12/2024	607.396	1.354.480	630.852		2.592.728

Nota 09 – Ativos Financeiros ao Custo Amortizado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao custo amortizado por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

						31/12/2025			
	Até 3	De 3 a 12	De 1 a 3	De 3 a 5	Acima de 5				
	Meses	Meses	Anos	Anos	Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais	4.011.304	3.975.038	14.031.393	15.385.622	7.549.881	44.953.238	-	44.953.238	45.035.800
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.011.304	3.975.038	14.002.662	15.385.622	7.549.881	44.924.507	-	44.924.507	45.009.059
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	28.731	-	-	28.731	-	28.731	26.741
Letras Financeiras (LF)	101.062	74.695	294.122	22.231	-	492.110	(12)	492.098	486.523
Debêntures	-	-	67.186	127.916	206.798	401.900	(4)	401.896	404.461
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	1.197	1.197	-	1.197	1.085
Total	4.112.366	4.049.733	14.392.701	15.535.769	7.757.876	45.848.445	(16)	45.848.429	45.927.869

						31/12/2024			
	Até 3	De 3 a 12	De 1 a 3	De 3 a 5	Acima de 5				
	Meses	Meses	Anos	Anos	Anos	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Valor Justo
Títulos Públicos Federais	2.689.431	4.271.054	14.264.068	6.238.670	5.125.059	32.588.282	(21.303)	32.566.979	32.647.292
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.689.431	4.271.054	14.218.236	6.238.670	5.125.059	32.542.450	(21.270)	32.521.180	32.606.995
Títulos Públicos Federais (CVS)	-	-	45.832	-	-	45.832	(33)	45.799	40.297
Letras Financeiras (LF)	-	1.503.153	186.023	126.690	-	1.815.866	(233)	1.815.633	1.650.262
Debêntures	5.005	56.588	65.424	276.944	286.931	690.892	(181)	690.711	698.641
Títulos de Capitalização	2.179	-	-	-	-	2.179	-	2.179	2.173
Certificados Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	-	-	16.093	16.093	(14.566)	1.527	1.425
Total	2.696.615	5.830.795	14.515.515	6.642.304	5.428.083	35.113.312	(36.283)	35.077.029	34.999.793

Os títulos e valores mobiliários ao custo amortizado foram classificados em estágio 1 por não apresentarem atraso ou aumento significativo de risco. A carteira do Banrisul é composta, majoritariamente, por Títulos Públicos Federais, que possuem risco soberano.

Nota 10 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

(a) Carteira de Crédito Segregada por Estágios

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/12/2025 ⁽¹⁾	31/12/2024
Pessoa Física	45.121.067	498.746	2.892.154	48.511.967	48.481.978
Cartão de Crédito	2.486.638	38.127	325.604	2.850.369	2.520.810
Crédito Consignado	18.233.006	156.394	1.103.223	19.492.623	20.218.343
Crédito Pessoal	2.577.730	82.190	371.606	3.031.526	3.530.972
Crédito Imobiliário	5.675.302	9.256	46.776	5.731.334	6.026.569
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	13.443.838	92.797	485.969	14.022.604	13.779.757
Outros	2.704.553	119.982	558.976	3.383.511	2.405.527
Pessoa Jurídica	15.327.373	137.967	1.084.252	16.549.592	13.743.663
Operações de Câmbio	2.764.774	5.888	83.546	2.854.208	2.116.007
Capital de Giro	5.021.181	28.948	217.917	5.268.046	3.776.067
Conta Empresarial/Garantida	2.379.241	25.880	165.720	2.570.841	1.880.234
Crédito Imobiliário	711.146	11.458	-	722.604	522.628
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	3.021.943	25.187	288.326	3.335.456	4.152.772
Outros	1.429.088	40.606	328.743	1.798.437	1.295.955
Total	60.448.440	636.713	3.976.406	65.061.559	62.225.641
(Provisão)	(901.558)	(137.593)	(2.386.194)	(3.425.345)	(2.552.871)
Total Líquido da Provisão em 31/12/2025	59.546.882	499.120	1.590.212	61.636.214	
Total Líquido da Provisão em 31/12/2024	55.632.750	3.753.123	286.897		59.672.770

(1) A partir de 01/01/2025 a taxonomia utilizada para o enquadramento das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro foi ajustada.

(b) Carteira de Crédito Segregada por Vencimento de Parcelas

Prazo por Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
Vencidas a partir de 1 dia	1.818.290	935.473
A vencer até 3 meses	8.927.595	8.468.877
A vencer de 3 a 12 meses	16.684.729	16.068.496
A vencer de 1 a 5 anos	28.127.274	26.500.533
A vencer acima de 5 anos	9.503.671	10.252.262
Total	65.061.559	62.225.641

(c) Concentração da Carteira de Crédito dos Maiores Tomadores

Concentração dos Maiores Tomadores	31/12/2025		31/12/2024	
	Total	% da Carteira	Total	% da Carteira
Maior Devedor	305.941	0,47	261.100	0,42
10 Maiores Devedores	2.215.243	3,41	1.467.089	2,36
20 Maiores Devedores	3.373.835	5,19	2.381.398	3,83
50 Maiores Devedores	5.469.778	8,41	4.165.006	6,70
100 Maiores Devedores	7.358.885	11,32	5.681.095	9,14

(d) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito Segregadas por Estágios

Estágio 1	Saldo Inicial 31/12/2024	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/12/2025
Pessoa Física	579.908	(4.008)	(41.300)	20.931	103.872	-	(4.471)	654.932
Cartão de Crédito	100.441	(370)	(6.918)	-	2.147	-	32.175	127.475
Crédito Consignado	128.627	(630)	(4.434)	855	7.049	-	(26.594)	104.873
Crédito Pessoal	197.402	(288)	(3.039)	198	3.832	-	(162.313)	35.792
Crédito Imobiliário	36.473	(133)	(461)	13.698	20.568	-	(40.465)	29.680
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	66.373	(1.340)	(12.417)	4.891	9.569	-	139.488	206.564
Outros	50.592	(1.247)	(14.031)	1.289	60.707	-	53.238	150.548
Pessoa Jurídica	333.618	(3.453)	(24.435)	1.814	112.711	-	(173.629)	246.626
Operações de Câmbio	90.076	(139)	(202)	-	-	-	(77.556)	12.179
Capital de Giro	69.589	(200)	(2.090)	28	34.890	-	(65.034)	37.183
Conta Empresarial/Garantida	90.210	(612)	(10.513)	42	6.673	-	6.551	92.351
Crédito Imobiliário	156	(292)	-	-	-	-	10.183	10.047
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	40.107	(1.989)	(9.011)	1.220	5.446	-	16.735	52.508
Outros	43.480	(221)	(2.619)	524	65.702	-	(64.508)	42.358
Total	913.526	(7.461)	(65.735)	22.745	216.583	-	(178.100)	901.558

Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/12/2025
Pessoa Física	233.931	(20.931)	(28.811)	4.008	1.894	-	(82.517)	107.574
Cartão de Crédito	7.780	-	(2)	370	230	-	268	8.646
Crédito Consignado	106.155	(855)	(2.258)	630	167	-	(81.496)	22.343
Crédito Pessoal	20.696	(198)	(3.182)	288	121	-	579	18.304
Crédito Imobiliário	908	(13.698)	(1.910)	133	123	-	18.037	3.593
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	45.670	(4.891)	(13.194)	1.340	351	-	(10.227)	19.049
Outros	52.722	(1.289)	(8.265)	1.247	902	-	(9.678)	35.639
Pessoa Jurídica	380.254	(1.814)	(6.301)	3.453	928	-	(346.501)	30.019
Operações de Câmbio	17.509	-	-	139	-	-	(17.407)	241
Capital de Giro	43.019	(28)	(1.274)	200	67	-	(36.750)	5.234
Conta Empresarial/Garantida	2.112	(42)	(667)	612	20	-	3.471	5.506
Crédito Imobiliário	273	-	-	292	-	-	(217)	348
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	55.511	(1.220)	(3.290)	1.989	521	-	(46.707)	6.804
Outros	261.830	(524)	(1.070)	221	320	-	(248.891)	11.886
Total	614.185	(22.745)	(35.112)	7.461	2.822	-	(429.018)	137.593

Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2024	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/12/2025
Pessoa Física	793.313	(103.872)	(1.894)	41.300	28.811	(333.869)	1.284.128	1.707.917
Cartão de Crédito	85.106	(2.147)	(230)	6.918	2	(26.819)	175.950	238.780
Crédito Consignado	327.637	(7.049)	(167)	4.434	2.258	(184.302)	427.761	570.572
Crédito Pessoal	231.833	(3.832)	(121)	3.039	3.182	(49.256)	28.928	213.773
Crédito Imobiliário	6.824	(20.568)	(123)	461	1.910	(1.403)	40.129	27.230
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	72.567	(9.569)	(351)	12.417	13.194	(22.286)	184.855	250.827
Outros	69.346	(60.707)	(902)	14.031	8.265	(49.803)	426.505	406.735
Pessoa Jurídica	231.847	(112.711)	(928)	24.435	6.301	(44.583)	573.916	678.277
Operações de Câmbio	3.884	-	-	202	-	(3.085)	5.765	6.766
Capital de Giro	54.226	(34.890)	(67)	2.090	1.274	(663)	92.287	114.257
Conta Empresarial/Garantida	29.136	(6.673)	(20)	10.513	667	(1.445)	81.716	113.894
Crédito Imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	82.315	(5.446)	(521)	9.011	3.290	(21.666)	172.016	238.999
Outros	62.286	(65.702)	(320)	2.619	1.070	(17.724)	222.132	204.361
Total	1.025.160	(216.583)	(2.822)	65.735	35.112	(378.452)	1.858.044	2.386.194

Consolidado dos Três Estágios	Saldo Inicial 31/12/2024	Write-Off	Constituição/(Reversão) ⁽¹⁾	Saldo Final 31/12/2025
Pessoa Física	1.607.152	(333.869)	1.197.140	2.470.423
Cartão de Crédito	193.327	(26.819)	208.393	374.901
Crédito Consignado	562.419	(184.302)	319.671	697.788
Crédito Pessoal	449.931	(49.256)	(132.806)	267.869
Crédito Imobiliário	44.205	(1.403)	17.701	60.503
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	184.610	(22.286)	314.116	476.440
Outros	172.660	(49.803)	470.065	592.922
Pessoa Jurídica	945.719	(44.583)	53.786	954.922
Operações de Câmbio	111.469	(3.085)	(89.198)	19.186
Capital de Giro	166.834	(663)	(9.497)	156.674
Conta Empresarial/Garantida	121.458	(1.445)	91.738	211.751
Crédito Imobiliário	429	-	9.966	10.395
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	177.933	(21.666)	142.044	298.311
Outros	367.596	(17.724)	(91.267)	258.605
Total	2.552.871	(378.452)	1.250.926	3.425.345

(1) Na Demonstração do resultado, a perda esperada em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$879.999 é apresentada líquida da recuperação de crédito anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$370.918.

Estágio 1	Saldo Inicial 31/12/2023	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/12/2024
Pessoa Física	294.032	(12.920)	(9.874)	18.347	4.634	-	285.689	579.908
Cartão de Crédito	33.170	(306)	(354)	9	-	-	67.922	100.441
Crédito Consignado	103.135	(3.581)	(6.628)	664	533	-	34.504	128.627
Crédito Pessoal	82.142	(2.726)	(1.669)	186	1.168	-	118.301	197.402
Crédito Imobiliário	28.336	(250)	(60)	1.050	1.151	-	6.246	36.473
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	25.794	(3.440)	(177)	5.427	1.690	-	37.079	66.373
Outros	21.455	(2.617)	(986)	11.011	92	-	21.637	50.592
Pessoa Jurídica	276.875	(11.027)	(5.017)	75.676	1.677	-	(4.566)	333.618
Operações de Câmbio	37.188	(8)	(30)	28.471	-	-	24.455	90.076
Capital de Giro	119.034	(499)	(438)	4.491	457	-	(53.456)	69.589
Conta Empresarial/Garantida	42.129	(1.681)	(1.916)	32	74	-	51.572	90.210
Crédito Imobiliário	427	(35)	-	236	-	-	(472)	156
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	53.723	(4.714)	(872)	1.627	1.130	-	(10.787)	40.107
Outros	24.374	(4.090)	(1.761)	40.819	16	-	(15.878)	43.480
Total	570.907	(23.947)	(14.891)	94.023	6.311	-	281.123	913.526

Estágio 2	Saldo Inicial 31/12/2023	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/12/2024
Pessoa Física	118.513	(18.347)	(49.247)	12.920	1.306	-	168.786	233.931
Cartão de Crédito	8.271	(9)	(4.850)	306	3	-	4.059	7.780
Crédito Consignado	35.286	(664)	(20.857)	3.581	328	-	88.481	106.155
Crédito Pessoal	13.846	(186)	(12.557)	2.726	51	-	16.816	20.696
Crédito Imobiliário	1.747	(1.050)	(58)	250	191	-	(172)	908
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	25.454	(5.427)	(5.943)	3.440	720	-	27.426	45.670
Outros	33.909	(11.011)	(4.982)	2.617	13	-	32.176	52.722
Pessoa Jurídica	621.536	(75.676)	(114.448)	11.027	352	-	(62.537)	380.254
Operações de Câmbio	55.848	(28.471)	(557)	8	-	-	(9.319)	17.509
Capital de Giro	37.202	(4.491)	(6.182)	499	-	-	15.991	43.019
Conta Empresarial/Garantida	2.103	(32)	(3.238)	1.681	1	-	1.597	2.112
Crédito Imobiliário	363	(236)	-	35	-	-	111	273
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	33.944	(1.627)	(20.436)	4.714	351	-	38.565	55.511
Outros	492.076	(40.819)	(84.035)	4.090	-	-	(109.482)	261.830
Total	740.049	(94.023)	(163.695)	23.947	1.658	-	106.249	614.185

Estágio 3	Saldo Inicial 31/12/2023	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write-Off	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final 31/12/2024
Pessoa Física	669.734	(4.634)	(1.306)	9.874	49.247	(909.092)	979.490	793.313
Cartão de Crédito	75.704	-	(3)	354	4.850	(119.904)	124.105	85.106
Crédito Consignado	263.315	(533)	(328)	6.628	20.857	(337.186)	374.884	327.637
Crédito Pessoal	213.340	(1.168)	(51)	1.669	12.557	(228.301)	233.787	231.833
Crédito Imobiliário	8.099	(1.151)	(191)	60	58	(3.450)	3.399	6.824
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	46.348	(1.690)	(720)	177	5.943	(83.295)	105.804	72.567
Outros	62.928	(92)	(13)	986	4.982	(136.956)	137.511	69.346
Pessoa Jurídica	219.474	(1.677)	(352)	5.017	114.448	(397.058)	291.995	231.847
Operações de Câmbio	2.679	-	-	30	557	(19.444)	20.062	3.884
Capital de Giro	58.183	(457)	-	438	6.182	(78.737)	68.617	54.226
Conta Empresarial/Garantida	27.885	(74)	(1)	1.916	3.238	(47.508)	43.680	29.136
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	96.735	(1.130)	(351)	872	20.436	(91.577)	57.330	82.315
Outros	33.992	(16)	-	1.761	84.035	(159.792)	102.306	62.286
Total	889.208	(6.311)	(1.658)	14.891	163.695	(1.306.150)	1.271.485	1.025.160

Consolidado dos Três Estágios	Saldo Inicial 31/12/2023	Write-Off	Constituição/(Reversão) ⁽¹⁾	Saldo Final 31/12/2024
Pessoa Física	1.082.279	(909.092)	1.433.965	1.607.152
Cartão de Crédito	117.145	(119.904)	196.086	193.327
Crédito Consignado	401.736	(337.186)	497.869	562.419
Crédito Pessoal	309.328	(228.301)	368.904	449.931
Crédito Imobiliário	38.182	(3.450)	9.473	44.205
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	97.596	(83.295)	170.309	184.610
Outros	118.292	(136.956)	191.324	172.660
Pessoa Jurídica	1.117.885	(397.058)	224.892	945.719
Operações de Câmbio	95.715	(19.444)	35.198	111.469
Capital de Giro	214.419	(78.737)	31.152	166.834
Conta Empresarial/Garantida	72.117	(47.508)	96.849	121.458
Crédito Imobiliário	790	-	(361)	429
Crédito Rural, Desenvolvimento e Fundos Garantidores	184.402	(91.577)	85.108	177.933
Outros	550.442	(159.792)	(23.054)	367.596
Total	2.200.164	(1.306.150)	1.658.857	2.552.871

(1) Na Demonstração do resultado, a perda esperada em operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$1.193.691 está representando a constituição de R\$1.658.857 líquida da recuperação de crédito anteriormente baixada como prejuízo no montante de R\$465.166.

(e) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro como Arrendador

Apresenta-se a seguir a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de arrendamentos financeiros por vencimento:

Vencimentos	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante (Até 1 Ano)	2.145	(1.129)	2.002
Não Circulante (Acima de 1 Ano)	4.594	(2.384)	3.283
Total em 31/12/2025	6.739	(3.513)	5.285
Total em 31/12/2024	9.213	(5.001)	6.919

Nota 11 – Outros Ativos Financeiros

	Até 12		Acima de		Acima de	
	Meses	12	Meses	12	Meses	12
		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2024
Relações Interfinanceiras	3.007.178	920.361	3.927.539	3.129.610	1.021.844	4.151.454
Créditos Vinculados ao SFH ⁽¹⁾	-	920.361	920.361	-	1.021.844	1.021.844
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar ⁽²⁾	2.998.794	-	2.998.794	3.121.720	-	3.121.720
Outros	8.384	-	8.384	7.890	-	7.890
Relações Interdependências	-	-	-	56.238	-	56.238
Operações de Câmbio	-	-	-	1.849.842	189.675	2.039.517
Rendas a Receber	127.821	-	127.821	117.582	-	117.582
Negociação e Intermediação de Valores	3.873	-	3.873	3.781	-	3.781
Devedores por Depósitos em Garantia	-	1.290.435	1.290.435	-	1.114.808	1.114.808
Pagamentos a Ressarcir	22.432	-	22.432	22.184	-	22.184
Títulos e Créditos a Receber ⁽³⁾	223.259	281.026	504.285	414.420	255.477	669.897
Outros	60.207	-	60.207	19.531	-	19.531
Total	3.444.770	2.491.822	5.936.592	5.613.188	2.581.804	8.194.992

(1) Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro Habitacional (SFH) estão compostos por:

- R\$24.588 (31/12/2024 – R\$52.979) refere-se aos fluxos futuros atualizados pela taxa de desconto prefixada de 14,07% a.a. utilizada quando da aquisição de crédito junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) do Estado do Rio Grande do Sul;
- R\$893.268 (31/12/2024 – R\$965.558) refere-se às parcelas de principal e juros dos créditos adquiridos em que o Banrisul terá o direito a receber no momento da novação e que são atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo Taxa Referencial (TR) +6,17% a.a. para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% a.a. para créditos oriundos de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e
- R\$2.505 (31/12/2024 – R\$3.307) refere-se ao saldo dos contratos da carteira própria com cobertura do FCVS, recursos oriundos do FGTS, homologados e prontos para novação, atualizados pela TR + 3,12% a.a.

Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Adquirida: de outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Os créditos estão avaliados pelo preço de aquisição atualizado pela taxa de aquisição *pro rata temporis* no valor de R\$917.856 (31/12/2024 – R\$1.018.537). O seu valor de face é de R\$918.994 (31/12/2024 – R\$1.023.147). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, sendo os montantes que o Banrisul terá direito a receber no momento da novação apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, no momento da emissão dos títulos os valores de mercado poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis. Créditos Vinculados ao SFH – Carteira Própria: referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

(2) Referem-se, principalmente, a transações de pagamentos de valores a receber de emissores de cartões (meios de pagamentos) no montante de R\$2.993.995 provenientes da controlada Banrisul Pagamentos.

(3) Títulos e créditos a receber são compostos principalmente por:

- Créditos a receber referente a depósitos judiciais efetuados pela União decorrentes de direito a receber de empresas que pertenciam ao mesmo grupo econômico, com trânsito julgado, os quais o Banrisul recebeu em dação e pagamento para quitação de empréstimos. Estes depósitos judiciais estão vinculados à ação rescisória ajuizada pela União, a qual havia sido julgada improcedente pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região e aguardava julgamento de recurso especial apresentado pela União junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Houve julgamento do recurso interposto, com resultado favorável à União. Assim, como a liberação dos valores ao Banrisul depende do desfecho da ação judicial rescisória, e, em razão de mudança de entendimento do tribunal, com decisão não definitiva desfavorável ao Banrisul, a Administração constituiu provisão para perda esperada do valor integral. Esses depósitos judiciais cedidos ao Banrisul, cuja liberação ou não depende da decisão final da ação judicial rescisória, totalizaram R\$256.981 e são remunerados pela TR e juros;
- Outros créditos sem característica de crédito com o setor público municipal, no valor de R\$55.627 (31/12/2024 – R\$54.109) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas. Para estes créditos, existe provisão constituída no valor de R\$51.434 (31/12/2024 – R\$49.245); e
- Compras parceladas debitadas pela bandeira a faturar no valor de R\$107.962 (31/12/2024 – R\$110.807).

Nota 12 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

					31/12/2025	
	Sem Vencimento	Até 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) ⁽¹⁾	-	361.142	20.615.871	899.148	21.876.161	21.805.941
Cotas de Fundos de Investimento	39.851	-	-	-	39.851	28.709
Outros	21.969	-	-	-	21.969	21.969
Total ⁽²⁾	61.820	361.142	20.615.871	899.148	21.937.981	21.856.619

					31/12/2024	
	Sem Vencimento	Até 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) ⁽¹⁾	-	-	4.801.342	13.490.165	18.291.507	18.257.580
Cotas de Fundos de Investimento	36.572	-	-	-	36.572	27.696
Outros	21.969	-	-	-	21.969	21.969
Total ⁽²⁾	58.541	-	4.801.342	13.490.165	18.350.048	18.307.245

(1) Trata-se de títulos adquiridos com recursos de captação bancária e de vencimento de títulos públicos da carteira mantido até o vencimento e para negociação, cujo objetivo de aquisição é a rentabilização dos recursos disponíveis e flexibilidade de negociação antes do prazo de vencimento em caso de eventual mudança nas condições de mercado, oportunidades de investimento ou necessidade de caixa.

(2) Até a data de reporte não houve registro para perda esperada.

Nota 13 – Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado – Títulos e Valores Mobiliários

A composição dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado por tipo de papel e vencimento é a seguinte:

						31/12/2025	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	340.014	-	21.609	361.623	361.687
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	999.446	-	-	-	999.446	999.556
Cotas de Fundo de Investimento	197.778	-	-	-	-	197.778	197.778
Total	197.778	999.446	340.014	-	21.609	1.558.847	1.559.021

						31/12/2024	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 5 Anos	Valor Justo	Custo Atualizado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	1.935.370	1.265.078	18.843	3.219.291	3.219.705
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	562.466	865.693	-	1.428.159	1.461.499
Cotas de Fundo de Investimento	213.660	-	-	-	-	213.660	213.660
Total	213.660	-	2.497.836	2.130.771	18.843	4.861.110	4.894.864

Nota 14 – Outros Ativos

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a Empregados	21.669	5.534
Ativos Atuariais – Benefícios Pós-Emprego (Nota 35e)	181.544	173.017
Devedores Diversos	180.069	183.864
Bens Destinados à Venda	126.040	129.672
Despesas Antecipadas	152.348	115.226
Outros	11.227	10.597
Total	672.897	617.910

Nota 15 – Impostos e Contribuições Diferidas

(a) Créditos Tributários

Na tabela a seguir são apresentados os saldos de créditos tributários segregados em função das origens e desembolsos efetuados:

	31/12/2024	Constituição	Realização	31/12/2025
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.829.025	851.151	(670.565)	2.009.611
Provisão para Riscos Fiscais	247.937	30.202	(259.118)	19.021
Provisão para Riscos Trabalhistas	789.800	331.312	(137.573)	983.539
Provisão para Riscos Cíveis	130.100	20.428	(27.834)	122.694
Ajuste Variação ao Valor Justo (MTM)	5.242	-	(5.242)	-
Benefício Pós-Emprego	170.697	43.121	(119)	213.699
Outras Provisões Temporárias	279.362	78.606	(273.633)	84.335
Prejuízo Fiscal	136.784	-	(1.728)	135.056
Arrendamento Mercantil (IFRS 16)	105.746	39.746	(43.754)	101.738
Total de Créditos Tributários Registrados	3.694.693	1.394.566	(1.419.566)	3.669.693
Obrigações Fiscais Diferidas	(407.520)	(63.206)	198.032	(272.694)
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	3.287.173	1.331.360	(1.221.534)	3.396.999

A realização desses créditos é esperada conforme a tabela que segue:

Ano	IR	CSLL	Total Registrados
2026	404.538	323.631	728.169
2027	378.020	302.416	680.435
2028	337.438	269.950	607.388
2029	223.833	179.066	402.900
2030	184.829	147.864	332.693
2031 a 2033	357.814	286.251	644.065
2034 a 2035	152.246	121.797	274.043
Total em 31/12/2025	2.038.718	1.630.975	3.669.693
Total em 31/12/2024	2.052.607	1.642.086	3.694.693

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$2.632.922 (31/12/2024 – R\$2.660.473), calculados de acordo com a expectativa de realização do IR e da CSLL diferidos pela taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

(b) Obrigações Fiscais Diferidas

Na tabela a seguir são apresentados os saldos das provisões para IR e CSLL.

	31/12/2025	31/12/2024
Superveniência de Depreciação	2.793	6.637
TVM Próprios ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	36.615	19.228
TVM – Ajustes ao Valor Justo por meio do Resultado	792	392
Variação ao Valor Justo Dívida Subordinada – <i>Hedge Accounting</i>	1.558	5.815
Operações de Crédito Renegociadas (Lei nº 12.715/12)	-	166.134
Superávit Atuarial	112.821	90.390
Outros Débitos Temporários	16.377	13.179
Arrendamento Mercantil IFRS 16	101.738	105.745
Total	272.694	407.520

Nota 16 – Investimentos em Coligadas

As tabelas a seguir apresentam as empresas coligadas nas quais o Banrisul possui investimentos:

	Patrimônio Líquido 31/12/2025	Participação do Capital Social (%) 31/12/2025	Valor do Invest. 31/12/2025	Resultado Líquido 01/01 a 31/12/2025	Resultado de Equivalência 01/01 a 31/12/2025	Dividendos e JSCP Pagos/Provisionados ⁽¹⁾
Empresas Coligadas						
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	56.150	49,90	28.019	17.472	8.718	11.301
Banrisul Icatu Participações S.A.	283.515	49,99	141.729	177.490	88.728	126.621
Total	339.665		169.748	194.962	97.446	137.922

	Patrimônio Líquido 31/12/2024	Participação do Capital Social (%) 31/12/2024	Valor do Invest. 31/12/2024	Resultado Líquido 01/01 a 31/12/2024	Resultado de Equivalência 01/01 a 31/12/2024	Dividendos e JSCP Pagos/Provisionados ⁽¹⁾
Empresas Coligadas						
Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.	61.326	49,90	30.602	21.197	10.577	13.174
Banrisul Icatu Participações S.A.	338.069	49,99	169.000	150.734	102.870	67.486
Total	399.395		199.602	171.931	113.447	80.660

(1) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em rendas a receber pela proporção de participação.

Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.: atua na geração de crédito consignado.

Banrisul Icatu Participações S.A. (BIPAR): *holding* que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada, e da Rio Grande Capitalização.

Nota 17 – Imobilizado de Uso

	Imóveis de Uso	Equip. em Estoque	Instalações	Equip. em Uso	Sistemas de Processamento de Dados	Outros	Total
Total em 31/12/2024							
Custo	654.571	39.498	332.644	187.931	687.186	29.374	1.931.204
Depreciação Acumulada	(329.338)	-	(134.732)	(98.171)	(412.164)	(22.253)	(996.658)
Valor Contábil Líquido	325.233	39.498	197.912	89.760	275.022	7.121	934.546
Aquisições	62.565	85.104	39.027	12.915	38.200	847	238.658
Alienações – Baixas Custo	(92.712)	(369)	(10.506)	(2.233)	(66.505)	(144)	(172.469)
Alienações – Baixas da Depreciação	81.964	-	6.425	2.561	57.625	143	148.718
Depreciação	(80.634)	-	(15.141)	(9.421)	(82.047)	(1.566)	(188.809)
Transferências Líquido Custo	(2.138)	(49.197)	-	2.419	46.787	(8)	(2.137)
Transferências Líquido Depreciação	250	-	-	(164)	124	40	250
Movimentação Líquida no Período	(30.705)	35.538	19.805	6.077	(5.816)	(688)	24.211
Total em 31/12/2025							
Custo	622.286	75.036	361.165	201.032	705.668	30.069	1.995.256
Depreciação Acumulada	(327.758)	-	(143.448)	(105.195)	(436.462)	(23.636)	(1.036.499)
Valor Contábil Líquido	294.528	75.036	217.717	95.837	269.206	6.433	958.757

Os contratos de arrendamento mercantil celebrados como arrendatário relacionam-se, basicamente, a imóveis e equipamentos de processamento de dados utilizados nas operações do Banrisul. Em geral, os contratos apresentam opção de renovação e reajuste anual conforme índice de preços. A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa contratuais não descontados dos passivos de arrendamento por prazo de vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
Até 12 Meses	94.927	81.740
De 1 a 5 Anos	142.302	164.093
Acima de 5 Anos	6.264	5.440
Total ⁽¹⁾	243.493	251.273

(1) Contempla contratos de *leasing* financeiro junto a partes relacionadas no valor de R\$80.548 (Nota 37a).

Nota 18 – Intangível

	Direitos de Uso de Softwares	Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Total em 31/12/2024				
Custo	315.967	1.576.337	875	1.893.179
Amortização Acumulada	(198.627)	(1.228.094)	(875)	(1.427.596)
Valor Contábil Líquido	117.340	348.243	-	465.583
Aquisições	9.735	42.637	-	52.372
Alienações – Baixas Custo	(142)	(392)	-	(534)
Alienações – Baixas da Amortização	142	207	-	349
Amortização do Período	(26.707)	(191.864)	-	(218.571)
Movimentação Líquida no Período	(16.972)	(149.412)	-	(166.384)
Total em 31/12/2025				
Custo	325.560	1.618.582	875	1.945.017
Amortização Acumulada	(225.192)	(1.419.751)	(875)	(1.645.818)
Valor Contábil Líquido	100.368	198.831	-	299.199

(1) Refere-se principalmente a contratos junto ao setor público (Estado do Rio Grande do Sul e prefeituras).

Nota 19 – Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos	26.369.986	2.292.745	6.702.081	29.434.025	19.577.584	16.181.493	100.557.914	88.194.890
À Vista	4.296.487	-	-	-	-	-	4.296.487	4.387.034
Poupança	10.927.247	-	-	-	-	-	10.927.247	11.402.348
Interfinanceiros	-	125.989	2.235.020	-	-	-	2.361.009	1.697.092
A Prazo ⁽¹⁾	-	2.166.756	4.467.061	29.434.025	19.577.584	16.181.493	71.826.919	62.213.911
Judiciais e Administrativos ⁽²⁾	10.853.434	-	-	-	-	-	10.853.434	8.221.103
Outros Depósitos	292.818	-	-	-	-	-	292.818	273.402
Captações no Mercado Aberto	-	22.819.656	-	-	-	-	22.819.656	22.238.994
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	906.430	2.196.102	4.584.175	52.669	-	7.739.376	6.936.464
Letras Financeiras Subordinadas ⁽³⁾	-	-	-	-	-	2.413.040	2.413.040	421.812
Obrigações por Empréstimos ⁽⁴⁾	-	802.947	1.498.351	470.666	28.701	6.263	2.806.928	2.513.508
Obrigações por Repasses ⁽⁵⁾	-	209.927	872.088	1.423.688	806.212	490.911	3.802.826	3.065.190
Outros Passivos Financeiros (Nota 20)	-	-	5.580.465	2.263	-	-	5.582.728	6.969.934
Total	26.369.986	27.031.705	16.849.087	35.914.817	20.465.166	19.091.707	145.722.468	130.340.792

(1) São realizados nas modalidades de encargos pós ou prefixados, os quais correspondem a 81,59% e 18,41% do total da carteira, respectivamente. Do total de captações em depósito a prazo, 63,85% possuem condição de resgate antecipado previamente pactuada, cuja apropriação da despesa é efetuada pela taxa contratada para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

(2) Refere-se principalmente a fundo constituído pela parcela não disponibilizada ao Estado do Rio Grande do Sul dos depósitos judiciais destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos (Nota 36a).

(3) As Letras Financeiras Subordinadas (LFSN) estão autorizadas a compor o Capital de Nível 2 (CN2) do PR do Banrisul, nos termos da Resolução BCB nº 122/21.

- Em 16/09/2022, o Banrisul realizou emissão de LFSN no montante de R\$300.000 com remuneração de CDI + 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão;
- Em 11/08/2025, 03/09/2025, 17/12/2025, 19/12/2025 e 26/12/2025, o Banrisul realizou emissão de LFSNs que totalizaram montante de R\$1.850.000, todas com remuneração de CDI + 1,65% a.a., prazo de 10 anos e possibilidade de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão.

(4) Recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo variação cambial das respectivas moedas acrescida de juros e taxas. Também estão incluídas as obrigações por arrendamento mercantil conforme IFRS 16.

(5) Representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, Caixa Econômica Federal e Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP). Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes como garantia desses recursos.

Nota 20 – Outros Passivos Financeiros

	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2025	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2024
Relações Interfinanceiras	713.893	-	713.893	713.328	-	713.328
Relações Interdependências	258.571	-	258.571	215.281	-	215.281
Operações de Câmbio	150.257	-	150.257	1.817.436	-	1.817.436
Negociação e Intermediação de Valores	4.551	-	4.551	3.417	-	3.417
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	-	-	-	15.358	-	15.358
Credores por Recursos a Liberar	49.042	-	49.042	123.952	-	123.952
Transações com Cartões a Pagar	1.248.842	-	1.248.842	1.221.824	-	1.221.824
Obrigações a Pagar Rede de Adquirência Vero	2.672.524	-	2.672.524	2.411.049	-	2.411.049
Recursos em Trânsito de Terceiros	18.657	-	18.657	-	-	-
Outros	464.128	2.263	466.391	445.672	2.617	448.289
Total	5.580.465	2.263	5.582.728	6.967.317	2.617	6.969.934

Nota 21 – Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado

	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2025	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2024
Instrumentos Financeiros Derivativos						
(Ativo)/Passivo ⁽¹⁾	(99.213)	-	(99.213)	(12.665)	(311.633)	(324.298)
Operações de Swap (Nota 22)	(99.112)	-	(99.112)	(12.665)	(311.633)	(324.298)
Operações de Câmbio	(101)	-	(101)	-	-	-
Dívidas Subordinadas ⁽²⁾	1.689.405	-	1.689.405	97.136	1.783.578	1.880.714
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado (Nota22)	1.684.915	-	1.684.915	89.845	1.787.873	1.877.718
Provisão de Despesas e Encargos a Incorporar	4.490	-	4.490	7.291	(4.295)	2.996
Total	1.590.192	-	1.590.192	84.471	1.471.945	1.556.416

(1) Apresentado líquido entre ativo e passivo.

(2) Em 28 de janeiro de 2021, o Banrisul realizou emissão de notas subordinadas (*Tier 2*) no mercado externo no montante de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americano), pelo prazo de 10 anos, com opção de resgate pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão.

Nota 22 – Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, contratos futuros de DI1 e operações de câmbio, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global em moeda estrangeira.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das variações de taxa de juros e de oscilações cambiais da operação de captação no mercado externo efetuada pelo Banrisul, citada na Nota 21, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se ajustados contabilmente ao seu valor justo, conforme demonstra a tabela a seguir:

Instrumentos Derivativos	Valor de Referência	Valor de Curva	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo 31/12/2025	Valor Justo 31/12/2024
Swap		102.091	(2.979)	99.112	324.298
Ativo	1.493.020	195.409	(2.979)	192.430	392.201
Passivo	(1.493.020)	(93.318)	-	(93.318)	(67.903)
Futuros de DI ⁽¹⁾	998.898	696.671	302.227	998.898	1.427.442

(1) Os valores referenciais dos Futuros de DI estão registrados em contas de compensação.

A tabela a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento:

Instrumentos Derivativos	Valor de Referência	Valor Justo	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos
Swap		99.112	99.112	-	-
Ativo	1.493.020	192.430	192.430	-	-
Passivo	(1.493.020)	(93.318)	(93.318)	-	-
Futuros de DI	998.898	998.898	998.898	-	-
Ajuste Líquido Swap 31/12/2025		99.112	99.112	-	-
Ajuste Líquido Swap 31/12/2024		324.298	6.808	5.858	311.632

O Banrisul opera com contratos de DI Futuro, de forma “casada” com aplicações efetuadas em títulos públicos federais que possuem taxa prefixada, de forma a compensar o risco da oscilação da taxa DI, sendo que os ajustes dos preços destes derivativos são contabilizados diariamente no resultado.

O Banrisul também se utiliza da estrutura de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) prevista nas normas do Bacen. A efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

Na categoria de *hedge* de risco de mercado, o Banrisul incluiu os instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de proteger a variação da moeda estrangeira oriunda das notas subordinadas emitidas no mercado externo no montante de US\$300 milhões, conforme condições previamente acordadas pelo *Offering Memorandum*, descritas na Nota 21.

O Banrisul realiza avaliação quantitativa de efetividade prospectiva do *hedge*, que é determinada por meio do método *Dollar Offset*, também denominado como DV01 (Sensibilidade de 1 *basis point*), que consiste na métrica que demonstra a variação no valor de um título em relação a uma variação na taxa de juros do mercado.

Também é utilizado o método quantitativo *Dollar Offset* (*ratio analysis*) para avaliação da efetividade retrospectiva, ou teste de ineficácia, que compara a variação do valor justo do instrumento de *hedge* com a variação do valor justo do objeto de *hedge*. A avaliação da efetividade do *hedge* será realizada de forma direta, sendo que o *forward points* do instrumento de *hedge* e do fluxo de caixa do passivo estão incluídos nos testes.

A tabela a seguir demonstra a estrutura de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e a relação entre os instrumentos de proteção e os itens protegidos, evidenciando a efetividade do instrumento na data de reporte. A relação também é evidenciada na Nota 5e.1.

Hedge e Risco de Mercado	Valor de		Index Passivo	MTM	MTM DV1	Efeito MTM
	Referência (US\$)	Index Ativo				
Instrumento de Hedge						
Swap	200.000	USD+5,375%	100%doCDI	66.095	66.108	(13)
Swap	100.000	USD+5,375%	100%doCDI	33.017	33.024	(7)
Total				99.112	99.132	(20)
Objeto de Hedge						
Tier 2	300.000		USD+5,375%	(1.684.915)	(1.684.934)	19
DV01						-99,99%

As operações de derivativos na modalidade *swap* são baseadas em contratos de balcão registrados na B3 e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

O Banrisul e as contrapartes, de forma recíproca, estão sujeitas à prestação de garantias reais caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente. A margem depositada pelo Banrisul em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos é composta por depósitos interfinanceiros no valor de R\$125.989 (31/12/2024 – R\$37.217).

As operações de câmbio são tratadas como instrumentos financeiros derivativos. O valor dessas operações depende de variações em fatores como taxa de juros e câmbio, não requerem um investimento inicial significativo e sua liquidação ocorre em data futura. O Banrisul registra essas operações em contas patrimoniais e de compensação.

Nota 23 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

(a) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. Apesar da incerteza inerente aos seus prazos e desfecho das causas, provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração. O Banrisul provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras	Total
Saldo Inicial em 31/12/2024	849.648	1.755.876	289.917	7.455	2.902.896
Constituição e Atualização Monetária	66.900	735.841	56.696	224	859.661
Reversão da Provisão ⁽¹⁾	(863.661)	(472)	(11.839)	-	(875.972)
Baixas por Pagamento	(2.197)	(305.022)	(61.311)	-	(368.530)
Saldo Final em 31/12/2025	50.690	2.186.223	273.463	7.679	2.518.055
Devedores por Depósitos em Garantia em 31/12/2025	169.358	965.134	155.943	-	1.290.435

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras	Total
Saldo Inicial em 31/12/2023	816.654	1.594.772	254.705	1.972	2.668.103
Constituição e Atualização Monetária	34.269	471.037	74.631	5.483	585.420
Reversão da Provisão	(357)	-	(182)	-	(539)
Baixas por Pagamento	(918)	(309.933)	(39.237)	-	(350.088)
Saldo Final em 31/12/2024	849.648	1.755.876	289.917	7.455	2.902.896
Devedores por Depósitos em Garantia em 31/12/2024	159.757	867.386	87.665	-	1.114.808

(1) Refere-se principalmente à reversão de contingência fiscal do Banrisul no montante total de R\$855.172 relativos a valores de IR e CSLL sobre a dedução da despesa da quitação do déficit atuarial da FBSS, dos quais:

- R\$614.738 foram contabilizados como reversão em Outras Receitas Operacionais (Nota 31); e
- R\$240.434 foram contabilizados como reversão de contingência fiscal.

Ações Fiscais: provisões de contingências fiscais referem-se, basicamente, a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, sendo constituídas pelo valor integral em discussão.

Em 30 de setembro de 2025, o saldo final de provisões para ações fiscais do Banrisul totalizava R\$875.416, incluindo valores de IR e CSLL sobre a dedução da despesa da quitação do déficit atuarial da FBSS, questionada pela Receita Federal para o período de 1998 a 2005, para a qual o Banrisul registrava uma provisão para contingências no valor de R\$846.495. O valor atualizado desta provisão, de R\$855.172, foi totalmente revertido em dezembro de 2025, conforme descrito a seguir:

Essa provisão refere-se à Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal contra a União, com pedido de suspensão da exigibilidade de crédito tributário, em trâmite no Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região que:

- Em 5 de dezembro de 2024, foi realizado novo julgamento dos embargos de declaração opostos pelo Banrisul, determinado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), corrigindo erros materiais e restabelecendo o acórdão originário que havia dado provimento à apelação do Banrisul;
- A União apresentou embargos de declaração, rejeitados por unanimidade em 3 de abril de 2025;
- Posteriormente, a União interpôs Recurso Especial que, em 16 de outubro de 2025, foi inadmitido;
- Em novembro de 2025, a União apresentou Agravo em Recurso Especial; e
- Em 4 de dezembro de 2025, foi proferido despacho mantendo a decisão agravada e remetendo o feito ao STJ.

As decisões do Colegiado Estendido do TRF da 4ª Região demonstram que a controvérsia foi exaustivamente examinada, não havendo questão jurídica relevante que justifique a manutenção de provisão em grau elevado. O acórdão vencedor reconheceu que o equívoco do julgamento anterior decorreu da interpretação incorreta de documentos administrativos e contábeis, concluindo que a própria autoridade fiscal reconheceu a dedutibilidade das contribuições à FBSS.

Mesmo com o Agravo em Recurso Especial da União, os consultores jurídicos do Banrisul entendem que a probabilidade de êxito da União é remota, uma vez que os fundamentos de inadmissibilidade refletem jurisprudência pacífica do STJ.

Diante disso, à luz da opinião dos consultores jurídicos do Banrisul e dos critérios do CPC 25, o Banrisul concluiu que não há elementos que justifiquem a manutenção da classificação do risco de perda como “provável”, determinando a reclassificação do risco de perda para “remota”, com a consequente reversão da provisão. Dessa forma, no quarto trimestre de 2025, foi revertida a totalidade dessa provisão.

Em 31 de dezembro de 2025 existem outras contingências relativas a impostos municipais e federais classificados pelos nossos assessores como perda provável somam o montante de R\$1.270.

Há ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$979.420 (31/12/2024 – R\$827.112). Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais, para os quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências.

Existe também auto de infração no âmbito da Secretaria da Receita Federal sobre contribuição previdenciária do empregador e contribuição para outras entidades e fundos, exigindo a contribuição, principalmente, sobre os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no montante de R\$132.936 (31/12/2024 – R\$135.972), classificada pelos nossos assessores como de perda possível no montante de R\$113.806 (31/12/2024 – R\$109.367) e como perda provável o montante de R\$19.130 (31/12/2024 – R\$26.605), devidamente provisionado. Além dessas, foi provisionado R\$30.000 para encargos contratuais relacionados à processos judiciais de natureza fiscal.

Ações Trabalhistas: decorrem de processos na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público, tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Registra-se provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul em conformidade com sua Política de Provisionamento para a classificação e provisionamento das ações trabalhistas, implementada desde o segundo semestre de 2020, sendo a provisão para as ações com pedidos classificados como de perda provável. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$857.251 (31/12/2024 – R\$764.809). Adicionalmente, o valor de R\$107.883 (31/12/2024 – R\$102.577) foi exigido para os recursos processuais.

Em dezembro de 2025, procedeu-se à constituição de provisão adicional para contingências trabalhistas referente a ações coletivas movidas pelo Sindicato da categoria no montante de R\$251.755, relacionada à discussão judicial sobre a 7ª e 8ª horas diárias. A constituição de provisão adicional foi motivada pelo entendimento de instâncias Superiores acerca da representatividade do grupo, bem como alterações relevantes no cenário processual de execuções provisórias em curso na 1ª instância, cujo desmembramento trouxe maior celeridade e a necessidade de uma análise mais assertiva em relação ao risco envolvido em cada uma dessas execuções. O provisionamento adicional, portanto, visa refletir a melhor estimativa de desembolso futuro em relação aos casos.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R\$973.512 (31/12/2024 – R\$1.680.118), que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração salarial e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis: as ações judiciais de caráter cível que envolvem o Banrisul são, em sua maioria, movidas por clientes e usuários que pretendem anular ou se desobrigar de dívidas que o devedor não reconhece ou que alega serem indevidas; revisar dívidas bancárias e questionar cobranças ilícitas e juros abusivos; obter indenização por danos materiais e morais decorrentes de produtos e serviços bancários; e reaver expurgos inflacionários referentes a Planos Econômicos sobre aplicações financeiras (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e Plano Collor II).

As estimativas do resultado e do impacto financeiro dessas ações são definidas pela natureza das demandas e pelo julgamento da Administração com base na opinião dos assessores jurídicos e nos elementos dos processos, considerando, também, a complexidade e a experiência de casos semelhantes.

O Banrisul provisiona as demandas cíveis conforme a sua Política de Provisionamento, que utiliza critérios individualizados ou massificados, de acordo com a natureza, o objeto e o fundamento das ações, visando facilitar o controle e a gestão das provisões.

Demandas massificadas são aquelas que não possuem decisão judicial e que, conforme o tipo e o objeto da ação, bem como a jurisprudência, o Banrisul as classifica como de risco provável, possível ou remoto. Para algumas demandas que, mesmo sem decisão, são classificadas como prováveis, o Banrisul estima um valor médio dos custos de condenação e de sucumbência históricos, gerando um valor de tiquete médio que poderá ter que desembolsar. Para adequar a probabilidade de perda, esse valor é revisado após a decisão judicial de mérito, nos casos de improcedência da ação ou alteração e nos valores de provisão nos casos de condenação do Banrisul.

As demandas individuais são aquelas que o Banrisul entende que não se enquadram na regra do contencioso massificado, seja pela natureza ou pelo objeto, quando estão em fase inicial, e aquelas que já possuem uma decisão favorável ou desfavorável que impacta a classificação de risco e os valores de provisão.

Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$155.943 (31/12/2024 – R\$87.665).

Existem ainda R\$128.859 (31/12/2024 – R\$397.136) relativos a processos movidos por terceiros contra o Banrisul cuja natureza dos processos refere-se principalmente a ações que discutem seguros, crédito imobiliário e conta corrente, os quais a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados.

Outras: Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Bacen em conexão com processos administrativos, também abertos pelo Bacen, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em abril de 2022, com decisão definitiva proferida pelo STJ que reconheceu a prescrição das multas aplicadas, a exceção de uma ínfima parcela, cuja condenação permaneceu, restando provisionado o valor de R\$7.679 (31/12/2024 – R\$7.455).

(b) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

Nota 24 – Outros Passivos

	31/12/2025	31/12/2024
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	10.369	13.615
Obrigações Sociais e Estatutárias	414.801	194.674
Provisão de Pessoal	170.648	159.424
Obrigações por Convênios Oficiais e Serviços de Pagamento	164.374	102.098
Credores Diversos	192.987	318.901
Passivos Atuariais– Benefícios Pós-Emprego ⁽¹⁾	542.939	483.485
Provisões para Pagamentos a Efetuar	189.729	169.300
Rendas Antecipadas	104.337	115.571
Outros	7.239	5.483
Total	1.797.423	1.562.551

(1) Refere-se principalmente às obrigações do patrocinador sobre os déficits apurados em planos de benefício definido oferecidos a empregados e ex-empregados do Banrisul e das empresas do grupo (Nota 35e).

Nota 25 – Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O Capital Social do Banrisul na data de reporte era de R\$8.300.000 (31/12/2024 – R\$8.000.000), subscrito e integralizado, representado por 408.974.477 ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul								
Quantidade de Ações em Circulação em 31/12/2024	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Conversões/(Transferências)	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de Ações em Circulação em 31/12/2025	201.225.359	98,13	751.479	54,73	-	-	201.976.838	49,39
Administradores, Conselheiros e Membros de Comitê								
Quantidade de Ações em Circulação em 31/12/2024	10.306	-	11	-	105	-	10.422	-
Conversões/(Transferências)	(10.305)	-	-	-	(105)	-	(10.410)	-
Quantidade de Ações em Circulação em 31/12/2025	1	-	11	-	-	-	12	-
Outros								
Quantidade de Ações em Circulação em 31/12/2024	3.829.176	1,87	621.601	45,27	202.536.440	100,00	206.987.217	50,61
Conversões/(Transferências)	10.305	-	-	-	105	-	10.410	-
Quantidade de Ações em Circulação em 31/12/2025	3.839.481	1,87	621.601	45,27	202.536.545	100,00	206.997.627	50,61
Total em 31/12/2024	205.064.841	100,00	1.373.091	100,00	202.536.545	100,00	408.974.477	100,00
Conversões/(Transferências)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 31/12/2025	205.064.841	100,00	1.373.091	100,00	202.536.545	100,00	408.974.477	100,00

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

- Ações Preferenciais Classe A:
 - Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
 - Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
 - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
 - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
- Ações Preferenciais Classe B:
 - Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
 - Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Reservas

- Reserva de Capital: refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referir a contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados à sociedade;
- Reserva Legal: objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos;
- Reserva Estatutária: tem por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado; e
- Reserva de Expansão: tem por finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

(c) Distribuição de Resultado

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações:

- 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social;
- Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado; e
- Até 25% do Lucro Líquido para a Reserva Estatutária, limitada a 70% do Capital Social Integralizado, que possui a finalidade de garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, podendo ser fundamentado em lucros acumulados ou reservas de lucros. Os juros pagos poderão ser imputados, líquidos de IR, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação CVM nº 207/96, a Administração do Banrisul pagou o montante de R\$620.000 referente aos JSCP do período de reporte (01/01 a 31/12/2024 – R\$332.000), imputado aos dividendos líquido do IR retido na fonte. O pagamento dos JSCP resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$279.000 (01/01 a 31/12/2024 – R\$149.400).

O Banrisul mantém, desde o início de 2008, política de remuneração do capital com pagamento trimestral de JSCP e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de JCP e dividendos superiores ao mínimo legalmente exigido.

Em 29 de abril de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2025 no percentual equivalente a 15% sobre o Lucro Líquido deduzido da Reserva Legal, perfazendo o total de 40%.

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio está representada na tabela a seguir:

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores em BRGAAP	1.604.272	915.576
Ajuste	-	-
Reserva Legal	(80.214)	(45.779)
Base de Cálculo dos Dividendos	1.524.058	869.797
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	381.014	217.449
Dividendo Adicional 15%	228.609	130.470
Total dos Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	609.623	347.919
Juros sobre Capital Próprio Pagos ⁽¹⁾	580.625	311.941
Ações Ordinárias – R\$ 1.515,83931 por lote de mil ações	310.845	166.469
Ações Preferenciais A – R\$1.559,83706 por lote de mil ações	2.142	1.115
Ações Preferenciais B – R\$1.515,83931 por lote de mil ações	307.013	164.416
Imposto de Renda na Fonte	(39.375)	(20.059)
Distribuição de Dividendos ⁽¹⁾	28.998	35.978
Ações Ordinárias – R\$70,85547 por lote de mil ações	14.530	17.852
Ações Preferenciais A – R\$85,27644 por lote de mil ações	117	497
Ações Preferenciais B – R\$70,85547 por lote de mil ações	14.351	17.629
Total de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	609.623	347.919

(1) Valores por lote de mil ações relativos ao período corrente.

Nota 26 – Receita Líquida com Juros e Similares

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Receitas com Juros e Similares	21.729.761	16.243.082
Resultado de Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo	2.764.930	1.937.048
Resultado de Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	18.964.831	14.306.034
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	1.799.599	1.191.531
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	545.693	465.116
Títulos e Valores Mobiliários	5.828.640	3.492.626
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	10.760.082	8.998.924
Outros Ativos Financeiros	30.817	157.837
Despesas com Juros e Similares	(15.349.812)	(10.895.458)
Resultado de Passivos Financeiros ao Valor Justo	90.115	(507.670)
Resultado de Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	(15.439.927)	(10.387.788)
Depósitos	(10.266.852)	(6.898.070)
Captação no Mercado Aberto	(3.268.471)	(2.121.668)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(1.221.945)	(691.752)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(682.659)	(676.298)
Total	6.379.949	5.347.624

Nota 27 – Ganhos/(Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Ganhos/(Perdas) Líquidas com Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	(10.073)	(23.541)
Ganhos/(Perdas) Líquidas com Ativos Financeiros pelo Valor Justo por Meio do Resultado	33.603	(98.569)
Ganhos/(Perdas) com Derivativos	(322.850)	396.143
Total	(299.320)	274.033

Nota 28 – Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Administração de Fundos	140.305	112.399
Cobrança e Custódia	56.005	55.425
Administração de Consórcios	121.092	135.120
Receitas de Serviços Banrisul Pagamentos	529.628	577.979
Arrecadação	30.066	33.407
Comissões de Corretagem de Seguros	311.860	293.805
Cartão de Crédito	247.575	220.285
Serviços de Conta Corrente	619.098	598.053
Outras	80.178	76.195
Total	2.135.807	2.102.668

Nota 29 – Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Remuneração Direta	1.387.395	1.297.700
Benefícios	450.526	434.398
Encargos Sociais	604.377	556.390
Treinamento	10.830	6.307
Participações dos Empregados no Resultado	302.197	244.318
Total	2.755.325	2.539.113

Nota 30 – Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Comunicações	70.610	58.378
Processamento de Dados	273.982	255.300
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	139.063	137.453
Amortização e Depreciação	407.380	408.977
Aluguéis e Condomínios	59.350	54.144
Serviços de Terceiros	482.966	517.298
Serviços Técnicos Especializados	243.392	217.570
Propaganda, Promoções e Publicidade ⁽¹⁾	174.609	176.074
Manutenção e Conservação de Bens	119.484	84.497
Água, Energia e Gás	31.315	28.719
Serviços do Sistema Financeiro	47.236	48.368
Outras	140.976	140.638
Total	2.190.363	2.127.416

(1) É composto principalmente por R\$81.068 (01/01 a 31/12/2024 – R\$69.335) de despesa com propaganda institucional e R\$82.925 (01/01 a 31/12/2024 – R\$84.063) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

Nota 31 – Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Recuperação de Encargos e Despesas	23.330	32.927
Reversão de Provisões Operacionais ⁽¹⁾	645.681	9.980
Tarifas Interbancárias	15.832	23.394
Títulos de Créditos a Receber	28.389	22.855
Receitas Diversas com Cartões	37.223	18.437
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	21.583	16.679
Atualização de Depósitos Judiciais	89.199	64.825
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	298.504	297.202
Rendas de Portabilidade de Operações de Crédito	57.378	88.823
Atualização de Ativo Atuarial	56.627	37.061
Outras	48.784	50.633
Total	1.322.530	662.816

(1) Refere-se principalmente à reversão de contingências fiscais no valor de R\$614.738, conforme descrito na Nota 23a.

Nota 32 – Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Descontos Concedidos em Renegociações	89.763	203.279
Despesas com Cartões	10.068	13.050
Convênio INSS	300.772	332.911
Convênios Crédito Consignado	9.158	6.995
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	13.705	9.858
Despesas Associadas a Transações de Pagamento	138.604	125.393
Despesas de Portabilidade de Operações de Crédito	12.002	59.797
Atualização Monetária sobre Liberação de Financiamento	8.177	11.901
Bônus Banrisul de Vantagens	37.816	31.122
Tarifas Não Recebidas	25.789	24.343
Atualização de Obrigações Atuariais	413	6.997
Serviços de Processamento de Folha de Pagamentos	20.893	20.844
Outras	79.271	78.382
Total	746.431	924.872

Nota 33 – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A seguir apresenta-se a reconciliação da despesa/receita de IR e CSLL:

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	2.013.381	760.953
Encargo Total do IR e CSLL às Alíquotas Vigentes (Nota 3h)	(788.813)	(235.607)
Efeito no Cálculo dos Tributos	489.983	202.452
Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	279.000	218.641
Resultado de Equivalência Patrimonial	43.851	51.051
Juros sobre o Capital Próprio Recebido	-	(90.789)
Outros Valores	167.132	23.549
Total de IR e CSLL	(298.830)	(33.155)
Corrente	(384.920)	(460.439)
Diferido	86.090	427.284

Nota 34 – Lucro por Ação

A tabela a seguir apresenta o LPA utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores – R\$ Mil	1.713.913	727.253
Ações Ordinárias	859.100	364.612
Ações Preferenciais A	6.306	2.525
Ações Preferenciais B	848.507	360.116
Média Ponderada das Ações em Circulação	408.974.477	408.974.477
Média Ponderada de Número de Ações Ordinárias	205.064.841	205.064.841
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais A	1.373.091	1.373.091
Média Ponderada de Número de Ações Preferenciais B	202.536.545	202.536.545
Lucro Básico e Diluído por Ação – R\$		
Ação Ordinária	4,19	1,78
Ação Preferencial A	4,59	1,84
Ação Preferencial B	4,19	1,78

Nota 35 – Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

O Banrisul é patrocinador da FBSS e da Cabergs, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica, respectivamente, a seus funcionários.

A FBSS é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes (empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários) mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política de Previdência Complementar do Banrisul executada pela FBSS, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, das Leis Complementares de números 108 e 109 de 29 de maio de 2001, e demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, bem como está em concordância com a Resolução CMN nº 4.994/22.

O artigo 8º da Resolução CMN nº 4.994/22 determina que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos (AETQ)

como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suportes à Política de Previdência Complementar do Banrisul se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos participantes e das patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pelas patrocinadoras e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, foi designado pelo Conselho Deliberativo da FBSS um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB).

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa, responsável pelos cálculos atuariais no caso dos Planos de Benefícios estruturados na modalidade de benefício definido e contribuição variável, os atuários internos da própria FBSS no caso do plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação. Conta ainda com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de benefício definido), dos Planos FBPREV, FBPREV II e FBPREV III (modalidade de contribuição variável) e do Plano FBPREV CD (modalidade de contribuição definida), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/18, Resolução Previc nº 23/23 e Portaria Previc nº 343/25.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024, sendo revisadas periodicamente.

Hipóteses Econômicas – 31/12/2025	PBI	Planos de Previdência (% a.a.)				Planos de Saúde (% a.a.) ⁽¹⁾			Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
		PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	PAM	POD	PROMED	
Taxa Real de Desconto Atuarial	7,41	7,30	7,36	7,28	7,37	7,24	7,24	7,24	7,65
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	7,41	7,30	7,36	7,28	7,37	7,24	7,24	7,24	7,65
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	2,32	0,00	3,36	2,08	1,81	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	3,36
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05
Taxa de Desconto Nominal	11,76	11,65	11,71	11,62	11,72	11,58	11,58	11,58	12,01
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	11,76	11,65	11,71	11,62	11,72	11,58	11,58	11,58	12,01
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,46	4,05	7,55	6,21	5,93	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	7,55
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	4,43	4,05	4,05	4,05	4,05	4,05	5,09	5,09	4,05

Hipóteses Econômicas – 31/12/2024	PBI	Planos de Previdência (% a.a.)				Planos de Saúde (% a.a.) ⁽¹⁾			Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
		PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	PAM	POD	PROMED	
Taxa Real de Desconto Atuarial	7,66	7,38	7,56	7,32	7,58	7,44	7,44	7,44	7,74
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	7,66	7,38	7,56	7,32	7,58	7,44	7,44	7,44	7,74
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	1,75	-	2,67	2,31	2,23	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	2,67
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	-	-	-	-	-	1,00	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96
Taxa de Desconto Nominal	13,00	12,71	12,89	12,64	12,92	12,77	12,77	12,77	13,08
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	13,00	12,71	12,89	12,64	12,92	12,77	12,77	12,77	13,08
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,80	4,96	7,76	7,38	7,30	Conforme Plano ⁽²⁾	n/a	n/a	7,76
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	5,27	4,96	4,96	4,96	4,96	4,96	6,01	6,01	4,96

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses Demográficas – 31/12/2025	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Planos de Previdência PBI	AT – 2000 suavizada 10% por sexo	AT-49 por sexo	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência PBI 2015-2024	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
PBS	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência Saldado 2015-2024	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB-83 (- 50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV II 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV III	AT-2000 suavizada 10% por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV III 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
Planos de Saúde ⁽¹⁾ PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
PROMED	AT - 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2024	Experiência FBPREV 2015-2024	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	n/a

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses Demográficas – 31/12/2024	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Planos de Previdência PBI	AT – 2000 suavizada (-10%) por sexo	AT-49 por sexo	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência PBI 2015-2023	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
PBS	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência Saldado 2015-2023	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	75% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Para aposentados e pensionistas, família efetiva, conforme cadastro.
FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB-83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV II 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
FBPREV III	AT-2000 suavizada (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV III (2019-2023)	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Família Real, conforme cadastro
Planos de Saúde ⁽¹⁾ PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
PROMED	AT - 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano	n/a
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas ajustada Exp. FBSS 2019-2023	Experiência FBPREV 2015-2023	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	n/a

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos Plano de Assistência Médico-Hospitalar (PAM), Plano Odontológico (POD) e Programa Auxílio Medicamento (PROMED).

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas utilizadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada período, observando os princípios estabelecidos pela Resolução CVM nº 110/22 e pela Resolução CMN nº 4.877/20, as quais são usadas para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. As taxas de desconto reais foram reprocessadas considerando as taxas do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, com data de referência 31/12/2025.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/18, combinada com a Resolução Previc nº 23/23 e com a Portaria Previc nº 343/25, a FBSS elabora estudos visando o estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde ao recolhimento de percentuais do salário de participação. O PBI foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de benefício definido, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao PBS e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição variável, abrangem benefícios de aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral. A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;
- Parcela adicional: pode variar de 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado, anualmente, pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV CD (FBPREV CD): os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de contribuição definida, abrangem benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez, abono anual (opcional) e pensão por morte. A contribuição normal do participante é composta por apenas uma parcela:

- Parcela básica: pode variar entre 1% e 6% (intervalos de 0,50%) aplicado sobre o salário de participação.

Além da contribuição básica, o participante poderá efetuar contribuições adicionais, mensais e facultativas, não inferiores a 1% aplicado sobre o salário de participação, não acompanhadas pelo patrocinador. O Banrisul contribui, paritariamente, às contribuições básicas dos participantes.

Planos de Saúde (PAM, POD e PROMED): o Banrisul oferece plano de saúde por meio da Cabergs a seus funcionários ativos e aos aposentados pela FBSS.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego): o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a FBSS juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros visando a redução ou eliminação dos riscos atuariais dos planos. Através de seus planos de benefício definido, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos: as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo na ausência de mercado ativo. Caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Varição na Rentabilidade dos Títulos: uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou do governo resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada, parcialmente, por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação: algumas obrigações dos planos de pensão do Banrisul são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. Ressalta-se, porém, que em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação. A maior parte dos ativos do plano, ou não são afetados (títulos com juros prefixados), ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida: a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são as seguintes:

31/12/2025	Alocação %					
	PB I	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Caixa e Equivalente	-	-	-	-	-	0,07
Renda Fixa	78,35	80,87	74,61	78,10	82,08	98,76
Renda Variável	7,19	5,97	10,23	7,77	7,11	1,17
Imóveis	6,36	3,63	-	1,21	4,88	-
Outros	8,10	9,53	15,16	12,92	5,93	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

31/12/2024	Alocação %					
	PB I	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Saúde
Caixa e Equivalente	0,01	-	0,01	-	-	0,21
Renda Fixa	79,17	76,81	76,18	78,06	83,21	98,44
Renda Variável	7,23	4,77	3,89	3,16	6,28	1,35
Imóveis	6,17	3,71	-	1,32	4,80	-
Outros	7,42	14,71	19,92	17,46	5,71	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Os ativos dos planos de benefício definido incluem ações do Banrisul com um valor justo de R\$7.614 (31/12/2024 – R\$7.826) e imóveis alugados com um valor justo de R\$165.031 (31/12/2024 – R\$163.762).

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do passivo/(ativo) atuarial líquido para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, preparados, respectivamente, com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2025 e 2024 e de acordo com a IAS 19, é demonstrado a seguir:

Passivos/(Ativos) registrados no Balanço Patrimonial com benefícios de:	31/12/2025	31/12/2024
Planos de Previdência	409.155	360.094
PBI	371.822	332.368
PBS	28.035	3.157
FBPREV	(4)	(2)
FBPREV II	(77)	(68)
FBPREV III	9.379	24.639
Planos de Saúde	(181.463)	(172.947)
Prêmio Aposentadoria	133.703	123.321
Total	361.395	310.468

A composição do passivo/(ativo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2025 e 2024 e de acordo com a IAS 19 é demonstrada a seguir:

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.082.047	1.244.633	20.710	218.055	305.081	181.463	133.703
Valor Justo dos Ativos do Plano	(750.739)	(1.257.336)	(42.707)	(307.533)	(311.687)	(396.481)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	331.308	(12.703)	(21.997)	(89.478)	(6.606)	(215.018)	133.703
Efeito do Teto de Ativo	-	-	21.993	89.401	-	33.555	-
Passivos Adicionais	40.514	40.738	-	-	15.985	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	371.822	28.035	(4)	(77)	9.379	(181.463)	133.703

Apuração do Passivo/(Ativo) Líquido – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321
Valor Justo dos Ativos do Plano	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	332.368	3.157	(18.413)	(80.707)	(9.482)	(187.035)	123.321
Efeito do Teto de Ativo	-	-	18.411	80.639	-	14.088	-
Passivos Adicionais	-	-	-	-	34.121	-	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321

Resultado no Período – 01/01/2025 a 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	(10)	-	350	(237)	(13)	1.560	3.704
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	129.670	145.503	2.240	23.998	35.721	20.881	12.470
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(89.323)	(143.076)	(4.738)	(33.726)	(36.277)	(45.833)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	2.467	9.784	3.459	1.532	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	40.337	2.427	319	(181)	2.890	(21.860)	16.174

Resultado do Exercício – 01/01/2024 a 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	664	106	(14)	1.801	6.614
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	113.344	129.566	2.049	20.728	31.348	18.833	13.418
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(79.591)	(115.802)	(3.385)	(26.034)	(29.286)	(32.453)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	1.295	5.279	695	-	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado	33.779	13.764	623	79	2.743	(11.819)	20.032

Outros Resultados Abrangentes no Período – 2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	35.610	(4.883)	(1.675)	(11.270)	90	9.334	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(24.225)	(3.501)	699	13.314	6.038	(655)	5.427
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	40.514	40.738	1.115	(1.022)	(21.595)	17.935	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	51.899	32.354	139	1.022	(15.467)	26.614	5.427

Outros Resultados Abrangentes no Período – 2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	101.457	29.762	(1.089)	(7.962)	2.209	(14.249)	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(136.446)	(235.928)	(4.011)	(28.542)	(45.224)	(36.513)	(52.799)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-	5.141	36.595	33.426	14.088	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	(34.989)	(206.166)	41	91	(9.589)	(36.674)	(52.799)

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	40.337	2.427	319	(181)	2.890	(21.860)	16.174
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	51.899	32.354	139	1.022	(15.467)	26.614	5.427
Contribuições do Empregador	(52.782)	(9.903)	(460)	(850)	(2.683)	(13.270)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(11.219)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	371.822	28.035	(4)	(77)	9.379	(181.463)	133.703

Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido do Plano – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	376.813	203.355	(2)	(63)	34.245	(110.969)	162.215
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Período	33.779	13.764	623	79	2.743	(11.819)	20.032
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	(34.989)	(206.166)	41	91	(9.589)	(36.674)	(52.799)
Contribuições do Empregador	(43.235)	(7.796)	(664)	(175)	(2.760)	(13.485)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	(6.127)
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	332.368	3.157	(2)	(68)	24.639	(172.947)	123.321

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	204.503	133.627	2.506	21.288	40.138	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(80.154)	(10.340)	(476)	(854)	(2.671)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(52.782)	(9.903)	(460)	(850)	(2.683)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(89.323)	(143.076)	(4.738)	(33.726)	(36.277)	(45.833)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	35.610	(4.883)	(1.675)	(11.270)	90	9.334	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(750.739)	(1.257.336)	(42.707)	(307.533)	(311.687)	(396.481)	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de janeiro	(871.393)	(1.241.976)	(34.021)	(267.653)	(317.652)	(313.280)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	201.324	121.088	1.990	19.880	39.666	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(77.155)	(8.037)	(695)	(177)	(2.461)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(43.235)	(7.796)	(664)	(175)	(2.760)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(79.591)	(115.802)	(3.385)	(26.034)	(29.286)	(32.453)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	101.457	29.762	(1.089)	(7.962)	2.209	(14.249)	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(768.593)	(1.222.761)	(37.864)	(282.121)	(310.284)	(359.982)	-

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321
Custo do Serviço Corrente Líquido	(10)	-	350	(237)	(13)	1.560	3.704
Contribuições de Participante Realizadas no Período	80.154	10.340	476	854	2.671	-	-
Juros sobre Obrigação Actuarial	129.670	145.503	2.240	23.998	35.721	20.881	12.470
Benefícios Pagos no Período	(204.503)	(133.627)	(2.506)	(21.288)	(40.138)	(13.270)	(11.219)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(24.225)	(3.501)	699	13.314	6.038	(655)	5.427
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.082.047	1.244.633	20.710	218.055	305.081	181.463	133.703

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais – 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de janeiro	1.248.206	1.445.331	22.044	228.825	351.897	202.311	162.215
Custo do Serviço Corrente Líquido	26	-	664	106	(14)	1.801	6.614
Contribuições de Participante Realizadas no Período	77.155	8.037	695	177	2.461	-	-
Juros sobre Obrigação Actuarial	113.344	129.566	2.049	20.728	31.348	18.832	13.418
Benefícios Pagos no Período	(201.324)	(121.088)	(1.990)	(19.880)	(39.666)	(13.484)	(6.127)
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(136.446)	(235.928)	(4.011)	(28.542)	(45.224)	(36.513)	(52.799)
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	1.100.961	1.225.918	19.451	201.414	300.802	172.947	123.321

Resultado do Exercício Projetado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviços Corrente Líquido	15	-	558	(601)	(25)	1.692	4.245
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	119.661	138.046	2.297	24.157	33.654	20.210	12.730
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(83.476)	(140.110)	(4.909)	(34.689)	(34.612)	(45.925)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	4.765	4.745	2.575	10.393	1.873	3.887	-
Despesa/(Receita) Actuarial Estimada	40.965	2.681	521	(740)	890	(20.136)	16.975

Fluxo de Caixa Esperado para o Período Seguinte	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições do Empregador	48.538	10.346	326	1.149	3.209	14.380	-
Contribuições do Participante	82.927	10.346	326	1.149	3.209	-	-
Benefícios Pagos Utilizando os Ativos do Plano	215.614	132.197	2.252	21.058	39.996	14.380	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	57.028

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Perfil de Vencimento de Obrigações Atuariais	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde	Prêmio Aposentadoria
2026	215.614	132.197	2.252	21.058	39.996	14.380	57.028
2027	202.970	127.611	1.814	20.053	35.589	14.835	10.114
2028	196.565	125.685	1.824	19.673	34.673	14.876	8.335
2029	190.868	123.688	1.803	19.396	33.712	15.027	10.995
2030	183.219	121.561	1.789	19.111	32.778	15.078	8.676
2031 a 2035	806.773	569.827	8.891	91.572	147.738	73.973	15.438

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

Duration (em anos)	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
31/12/2025	7,01	8,88	7,67	9,22	7,43	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	8,81	10,89	5,97
31/12/2024	7,43	9,36	8,18	9,88	8,08	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	9,21	11,54	5,83

(1) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes - 31/12/2025	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
Ativos	107	269	4.692	2.273	87	1.182	251	6.741	9.277
Assistidos	2.782	2.556	138	2.403	1.444	7.543	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	2.871	6.458	-
Total	2.889	2.825	4.830	4.676	1.531	8.725	3.122	13.199	9.277

Quantidade de Participantes - 31/12/2024	PBI	PBS	FBPREV	FBPREV II	FBPREV III	Planos de Saúde			Prêmio Aposentadoria
						PAM	POD	PROMED	
Ativos	109	295	4801	2.420	94	1.327	283	7.022	9.360
Assistidos	2.839	2.562	121	2.310	1.460	7.295	-	-	-
Inativos	-	-	-	-	-	-	2.991	6.481	-
Total	2.948	2.857	4.922	4.730	1.554	8.622	3.274	13.503	9.360

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir, o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas, destacando-se o impacto do efeito do valor presente das obrigações atuariais (VPOA).

PBI		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(33.942)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	36.136
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(27.376)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	29.918
PBS		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(48.823)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	52.625
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(32.449)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	36.220
FBPREV		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(717)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	769
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(1.104)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	1.112
FBPREV II		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(8.867)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	9.592
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(3.069)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	3.457
FBPREV III		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(10.285)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	10.632
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(8.051)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	8.803
Planos de Saúde		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(8.056)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	8.808
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(4.295)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	4.792
Prêmio Aposentadoria		Impacto
Descrição da Premissa	Análise de Sensibilidade	Efeito no VPOA
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(3.501)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	3.780
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(259)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	260

Nota 36 – Compromissos e Outras Informações Relevantes

(a) Estado do Rio Grande do Sul

Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual n.º 12.069, alterada pela Lei n.º 14.738/15, mediante a qual o Banrisul deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 95% do valor dos depósitos judiciais arrecadados em que as partes litigantes não sejam o Estado ou os Municípios. A parcela não disponibilizada dos depósitos judiciais arrecadados constituirá o Fundo de Reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos. O saldo dos referidos recursos arrecadados, atualizado pelas mesmas regras da caderneta de poupança, conforme Lei n.º 12.703/12; artigo 11º, §1º, da Lei n.º 9.289/96; e artigo 12º da Lei n.º 8.177/91, totalizavam na data de reporte R\$17.001.441 (31/12/2024 – R\$15.206.900), dos quais R\$9.823.501 (31/12/2024 – R\$9.895.835) foram transferidos para o Estado, mediante sua solicitação. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do Fundo de Reserva, está registrado na rubrica Depósitos Judiciais e

Administrativos. Desde janeiro de 2018 não estão sendo transferidos novos valores ao Estado até a habilitação, conforme determina a legislação vigente.

(b) Fundos e Carteiras Administradas

O Grupo Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	31/12/2025	31/12/2024
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	21.095.335	17.892.456
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento	40.143	65.735
Fundos de Ações	127.835	127.344
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	10.409	9.983
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do RS	13.443.707	14.165.236
Carteiras Administradas	519.940	599.837
Total	35.237.369	32.860.591

(1) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(c) Consórcios

A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável, na data de reporte, pela administração de grupos de consórcios 120 (31/12/2024 – 133) para aquisição de bens móveis e imóveis e serviços que reúnem consorciados ativos 71.998 (31/12/2024 – 77.832).

Nota 37 – Transações com Partes Relacionadas

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Estado do Rio Grande do Sul e suas entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, o Banrisul optou pela isenção parcial concedida pela Resolução CMN nº 4.818/20. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

(a) Partes Relacionadas

- Estado do Rio Grande do Sul: em 17 de junho de 2016, o Banrisul firmou com o Estado do Rio Grande do Sul, com sua administração direta, autárquica e fundacional, contrato relativo à cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade. O referido contrato tem como objeto a centralização e processamento de créditos provenientes de 100% da folha de pagamento gerada pelo Estado do Rio Grande do Sul, lançados em conta bancária de titularidade do servidor ou beneficiário mantida com o Banrisul para o crédito de vencimentos e salários de servidores, empregados públicos civis e militares, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado, ressalvados os direitos dos servidores quanto a portabilidade. O contrato foi firmado pelo prazo de dez anos, tendo como preço o montante de R\$1.250.638, pago em 20 de junho de 2016. O contrato prevê também que o Banrisul não fará jus à remuneração pela prestação de serviços e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, a exemplo de tarifas bancárias.

O contrato prevê ajuste de preço ao final do 61º (sexagésimo primeiro) mês de vigência, em função da variação da taxa SELIC e das projeções de inflação. Desta forma, foi realizado cálculo de ajuste de preço pela área técnica do Banrisul e validado por assessoria externa independente. O valor do ajuste apurado, conforme definido no contrato, foi de R\$48.781, valor esse que está sendo diferido pelo restante do prazo do contrato. Este montante foi pago ao Estado do Rio Grande do Sul na data de 23 de julho de 2021, após a conclusão da formalização do termo aditivo ao contrato;

- Empresas controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul: referem-se principalmente às empresas Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA), Companhia Riograndense de Mineração (CRM), Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) e BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS;

- Empresas Controladas e Coligadas do Banrisul: conforme relacionado na Nota Explicativa 2a.
- FBSS: entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;
- Cabergs: associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa;
- Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrados pelo Grupo Banrisul; e
- Banrisul Instituto Cultural e Social: associação civil sem fins lucrativos que visa aperfeiçoar as ações das empresas do Grupo Banrisul voltadas a projetos sociais, culturais e de educação.

As principais transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2025	31/12/2024	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(14.889.999)	(15.743.183)	(2.038.072)	(1.459.352)
Outros Ativos	4.861	5.244	1	-
Depósitos à Vista	(1.426.525)	(1.563.324)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(13.443.707)	(14.165.236)	(2.038.073)	(1.459.352)
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	(10.288)	(2.002)	-	-
Outros Passivos	(14.340)	(17.865)	-	-
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(70.305)	(83.546)	-	-
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	(70.260)	(83.449)	-	-
Outros Passivos	(45)	(97)	-	-
Banrisul Instituto Cultural e Social	-	-	(23.201)	-
Outras Despesas Administrativas	-	-	(23.201)	-
Total	(14.960.304)	(15.826.729)	(2.061.273)	(1.459.352)

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(2) Refere-se a contratos de *leasing* financeiro.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração à Administração do Banrisul, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê de Risco e Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, conforme determina o Estatuto Social.

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	25.845	25.029
Remuneração	20.131	19.474
Encargos Sociais	5.714	5.555
Benefícios Pós-Emprego	1.062	1.145
Planos de Previdência Complementar ⁽¹⁾	1.062	1.145
Total	26.907	26.174

(1) O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, sendo pago prêmio de seguro no montante de R\$2.000 em 28/04/2025.

(c) Participação Acionária

Para a data de reporte os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração, do Comitê de Risco e do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banrisul no total de 12 ações, conforme Nota 25a.

Nota 38 – Informações por Segmentos

As informações por segmento foram preparadas baseadas em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimentos e outros fins, considerando o ambiente regulatório e as semelhanças entre os produtos e serviços.

A Administração, considerando as operações realizadas por meio do Banrisul e suas controladas, apresenta quatro segmentos de negócio: Bancário, Seguridade (Seguros, Previdência e Capitalização), Consórcios e Outros Segmentos.

As informações dos segmentos, demonstradas na tabela a seguir, foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Bacen, que considera os procedimentos específicos e demais disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras e os valores totais.

O Consolidado Gerencial do Banrisul apresenta os resultados por segmento de acordo com esse arcabouço normativo, sendo estes resultados reportados ao principal gestor das operações para fins de tomada de decisão sobre a alocação de recursos no segmento e de avaliação do desempenho do segmento.

O Banrisul não possui cliente que representam mais de 10% da sua receita líquida total.

Segmento Bancário: esse segmento compreende produtos e serviços como captação de recursos por meio de depósitos e letras de crédito, operações de crédito, serviços de conta corrente, cartão de crédito e arrecadação de tributos. Também fazem parte do segmento bancário os serviços de meios de pagamentos com prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico (cartões de crédito e débito), produtos e serviços esses que geram receitas de taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários através da empresa controlada Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. Os serviços ofertados dentro do segmento bancário são disponibilizados aos clientes por meio da rede de agências e canais de distribuição.

Segmento de Seguridade: nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros, planos de previdência privada e títulos de capitalização nos canais do Banrisul. O resultado desse segmento provém principalmente de tarifas e comissões e das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência e títulos de capitalização.

Segmento de Consórcios: esse segmento é responsável pela criação e administração de grupos de consórcios nos segmentos de imóveis, automóveis, motocicletas, maquinário agrícola, dentre outros bens e serviços.

Outros Segmentos: esses segmentos geram receitas oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores. Compreende os segmentos que realizam a intermediação das negociações de investimentos, compra e venda de ativos, de renda fixa e renda variável de clientes junto à B3 S.A., administração de fundos de investimentos, locação de espaços, armazenamento, digitalização e gerenciamento eletrônico de documentos, sendo apresentados agregados por não serem individualmente representativos.

	01/01 a 31/12/2025							
	Bancário	Seguridade	Consórcios	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes de GAAP	IFRS
Receitas de Juros e Similares	21.737.102	61.217	84.548	31.949	(143.307)	21.771.509	(41.748)	21.729.761
Despesas de Juros e Similares	(15.493.018)	-	(122)	(1)	143.329	(15.349.812)	-	(15.349.812)
Receita Líquida de Juros	6.244.084	61.217	84.426	31.948	22	6.421.697	(41.748)	6.379.949
Perda Líquida Esperada	(1.295.372)	-	(34)	110	-	(1.295.296)	250.265	(1.045.031)
Receita Líquida de Juros após Provisão para Perdas	4.948.712	61.217	84.392	32.058	22	5.126.401	208.517	5.334.918
Receita não de Juros	3.122.767	399.133	138.779	102.814	(225.979)	3.537.514	2.646	3.540.160
Receitas de Prestação de Serviços	1.600.926	311.860	132.179	97.962	(7.120)	2.135.807	-	2.135.807
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	(299.356)	-	-	56	(20)	(299.320)	-	(299.320)
Resultado de Participação em Coligadas	8.718	86.082	-	-	-	94.800	2.646	97.446
Resultado de Câmbio ⁽¹⁾ e Outras Receitas Operacionais	1.812.479	1.191	6.600	4.796	(218.839)	1.606.227	-	1.606.227
Despesas não de Juros	(6.840.593)	(95.325)	(86.983)	(62.465)	237.649	(6.847.717)	(13.980)	(6.861.697)
Despesas de Pessoal	(2.741.660)	(3.462)	(3.176)	(15.457)	8.430	(2.755.325)	-	(2.755.325)
Outras Despesas Administrativas	(2.245.183)	(48.292)	(60.141)	(39.797)	216.794	(2.176.619)	(13.744)	(2.190.363)
Despesas Tributárias	(497.637)	(43.488)	(22.994)	(6.821)	25	(570.915)	(236)	(571.151)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	(598.514)	(6)	(41)	134	-	(598.427)	-	(598.427)
Outras Despesas Operacionais	(757.599)	(77)	(631)	(524)	12.400	(746.431)	-	(746.431)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	1.230.886	365.025	136.188	72.407	11.692	1.816.198	197.183	2.013.381
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(46.433)	(92.968)	(43.741)	(28.146)	-	(211.288)	(87.542)	(298.830)
Lucro Líquido do Período	1.184.453	272.057	92.447	44.261	11.692	1.604.910	109.641	1.714.551
Ativo em 31/12/2025	164.299.919	525.349	775.269	305.192	(2.435.677)	163.470.052	388.480	163.858.532
Passivo em 31/12/2025	153.174.686	180.817	219.252	54.818	(1.337.930)	152.291.643	101.738	152.393.381
Patrimônio Líquido em 31/12/2025	11.125.233	344.532	556.017	250.374	(1.097.747)	11.178.409	286.742	11.465.151

	01/01 a 31/12/2024							
	Bancário	Seguridade	Consórcios	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes de GAAP	IFRS
Receitas de Juros e Similares	16.216.944	42.600	55.898	21.039	(98.253)	16.238.228	4.854	16.243.082
Despesas de Juros e Similares	(10.971.502)	-	-	(1)	97.104	(10.874.399)	(21.059)	(10.895.458)
Receita Líquida de Juros	5.245.442	42.600	55.898	21.038	(1.149)	5.363.829	(16.205)	5.347.624
Perda Líquida Esperada	(872.736)	-	-	(1)	-	(872.737)	(389.910)	(1.262.647)
Receita Líquida de Juros após Provisão para Perdas	4.372.706	42.600	55.898	21.037	(1.149)	4.491.092	(406.115)	4.084.977
Receita não de Juros	2.988.742	375.375	137.217	84.796	(199.605)	3.386.525	24.721	3.411.246
Receitas de Prestação de Serviços	1.602.179	293.805	135.120	81.906	(10.342)	2.102.668	-	2.102.668
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	274.033	-	-	(1.501)	1.501	274.033	-	274.033
Resultado de Participação em Coligadas	10.577	78.149	737	-	(737)	88.726	24.721	113.447
Resultado de Câmbio ⁽¹⁾ e Outras Receitas Operacionais	1.101.953	3.421	1.360	4.391	(190.027)	921.098	-	921.098
Despesas não de Juros	(6.729.971)	(88.571)	(72.072)	(59.226)	195.809	(6.754.031)	18.761	(6.735.270)
Despesas de Pessoal	(2.524.372)	(21.786)	(1.663)	(15.382)	24.090	(2.539.113)	-	(2.539.113)
Outras Despesas Administrativas	(2.218.469)	(19.526)	(46.274)	(37.343)	175.435	(2.146.177)	18.761	(2.127.416)
Despesas Tributárias	(487.331)	(43.675)	(22.485)	(5.502)	5	(558.988)	-	(558.988)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	(583.921)	(48)	(166)	(746)	-	(584.881)	-	(584.881)
Outras Despesas Operacionais	(915.878)	(3.536)	(1.484)	(253)	(3.721)	(924.872)	-	(924.872)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	631.477	329.404	121.043	46.607	(4.945)	1.123.586	(362.633)	760.953
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(78.569)	(84.287)	(31.412)	(13.197)	-	(207.465)	174.310	(33.155)
Lucro Líquido do Período	552.908	245.117	89.631	33.410	(4.945)	916.121	(188.323)	727.798
Ativo em 31/12/2024	148.043.261	463.161	648.196	250.379	(1.987.049)	147.417.948	518.567	147.936.515
Passivo em 31/12/2024	137.633.259	260.435	162.268	32.445	(1.084.167)	137.004.240	513.522	137.517.762
Patrimônio Líquido em 31/12/2024	10.410.002	202.726	485.928	217.934	(902.882)	10.413.708	5.045	10.418.753

(1) Contempla Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior

Nota 39 – Outras Informações

Em acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20, apresenta-se a seguir as principais diferenças existentes entre os critérios, os procedimentos e as regras para identificação, classificação, reconhecimento e mensuração aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS e os aplicados nas demonstrações financeiras individuais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen (demonstrações financeiras individuais em BRGAAP):

Demonstrações Financeiras Individuais	Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
1 – Provisão para Perda Esperada de Ativos Financeiros	
A provisão para perda esperada de ativos financeiros é constituída a partir dos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, dentre os quais há provisão mínima para os créditos considerados problemáticos de acordo com a classificação em carteiras (C1 a C5) e conforme o período de atraso.	A provisão é baseada em modelo de perda esperada (IFRS9), onde todos os ativos financeiros, incluindo títulos e valores mobiliários e limites de crédito concedidos são classificados em três estágios, com a incorporação de cenários macroeconômicos e com base no tempo de vida do ativo. A avaliação do estágio é baseada no aumento significativo do risco de crédito comparado ao reconhecimento inicial. O método de apuração da provisão necessária é calculado de forma massificada ou individual a partir da <i>probability of default</i> (PD) vezes a <i>loss given default</i> (LGD) vezes a <i>exposure at default</i> (ED).
2 – Taxa Efetiva de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	
Até 31/12/2024, as operações de crédito e arrendamento mercantil foram registradas a valor presente, calculadas <i>pro rata die</i> com base no indexador e na taxa de juros pactuados no momento da contratação. A partir de 01/01/2025, a Resolução CMN nº 4.966/21 entrou em vigor, estabelecendo novos critérios prospectivos para uso da TJE nessas operações.	As receitas geradas ou despesas incorridas na origem das operações de crédito que são incrementais e diretamente atribuíveis à sua origem, são incluídas no cálculo do custo amortizado da operação sendo a receita contabilizada pela taxa de juros efetiva.
3 – IR/CS Diferidos (apuração de tributos diferidos sobre os ajustes de GAAP)	
O crédito tributário ou obrigação fiscal de IR e CSLL diferidos são calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras e na expectativa de realização em 10 anos.	São reconhecidos os efeitos tributários sobre os ajustes de GAAP realizados na conversão das demonstrações financeiras para o padrão IFRS. Para fins de IFRS, devem ser reconhecidos os impostos diferidos, cuja realização seja provável. A partir de 01 de janeiro 2023 houve alteração na IAS 12 sobre o reconhecimento do imposto diferido sobre ativos de direitos de uso e passivos de arrendamentos (Nota 2b).
4 – Contratos Seguros – IFRS 17	
Não Requerido.	A IFRS 17 substitui a IFRS 4 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação de contratos de seguro. O Banrisul não possui operações que estão dentro do escopo da norma de contratos de seguros, entretanto, a Rio Grande Seguros e Previdência S.A., investida operacional indireta, é afetada pelas referidas normas contábeis. Desta forma o Banrisul reconhece através de equivalência patrimonial os efeitos da aplicação da norma nos contratos de seguros da referida empresa.
5 – Requerimentos específicos de divulgação em Notas Explicativas	
Segmentos de Negócios: Não Requerido	Segmentos de Negócios: Abertura de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliarem os efeitos financeiros das atividades de negócio nas quais se envolve e os ambientes econômicos que opera.

Apresentamos a seguir os ajustes de GAAP demonstrando as contas contábeis onde os ajustes ocorreram. As indicações contidas remetem à tabela anterior:

Balço Patrimonial	31/12/2025		
Ativo	Consolidado BRGAAP	Ajustes de GAAP	IFRS
Disponibilidades	1.298.124	-	1.298.124
Ativos Financeiros	156.169.101	421.592	156.590.693
Ao Custo Amortizado	132.572.033	421.592	132.993.625
Depósitos Compulsórios no Banco Central	15.861.036	-	15.861.036
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.024.499	-	4.024.499
Títulos e Valores Mobiliários	45.848.429	-	45.848.429
Operações de Crédito ⁽²⁾	65.028.781	32.778	65.061.559
Outros Ativos Financeiros	5.936.592	-	5.936.592
(Provisões para Perdas Esperadas) ⁽¹⁾	(4.127.304)	388.814	(3.738.490)
(Operações de Crédito)	(3.814.159)	388.814	(3.425.345)
(Outros Ativos Financeiros)	(313.145)	-	(313.145)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – TVM	21.937.981	-	21.937.981
Ao Valor Justo por meio do Resultado – TVM e Instrumentos Financeiros	1.659.087	-	1.659.087
Ativos Fiscais	3.967.976	(98.862)	3.869.114
Correntes	199.421	-	199.421
Diferidos ⁽³⁾	3.768.555	(98.862)	3.669.693
Outros Ativos	672.897	-	672.897
Investimentos ⁽⁴⁾	135.428	34.320	169.748
Imobilizado de Uso	926.844	31.913	958.757
Intangível	299.682	(483)	299.199
Total do Ativo	163.470.052	388.480	163.858.532
Passivo			
Passivos Financeiros	147.521.081	-	147.521.081
Ao Custo Amortizado	145.722.468	-	145.722.468
Ao Valor Justo por Meio do Resultado	1.690.432	-	1.690.432
Provisão para Perda Esperada ⁽¹⁾	108.181	-	108.181
Compromissos de Empréstimos	96.100	-	96.100
Garantias Financeiras	12.081	-	12.081
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	2.518.055	-	2.518.055
Passivos Fiscais	455.084	101.738	556.822
Correntes	284.128	-	284.128
Diferidos ⁽³⁾	170.956	101.738	272.694
Outros Passivos	1.797.423	-	1.797.423
Total do Passivo	152.291.643	101.738	152.393.381
Patrimônio Líquido			
Capital Social	8.300.000	-	8.300.000
Reservas de Capital	5.098	-	5.098
Reservas de Lucros	3.008.334	281.991	3.290.325
Outros Resultados Abrangentes (ORA) ⁽⁴⁾	(138.460)	4.751	(133.709)
Participação de Não Controladores	3.437	-	3.437
Patrimônio Líquido	11.178.409	286.742	11.465.151
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	163.470.052	388.480	163.858.532

Demonstração do Resultado	01/01 a 31/12/2025		
	Consolidado BRGAAP	Ajuste de GAAP	IFRS
Receita com Juros e Similares ⁽²⁾	21.771.509	(41.748)	21.729.761
Despesas com Juros e Similares	(15.349.812)	-	(15.349.812)
Receita Líquida com Juros e Similares	6.421.697	(41.748)	6.379.949
Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo	(299.320)	-	(299.320)
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	283.697	-	283.697
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Líquida ⁽¹⁾	(1.295.296)	250.265	(1.045.031)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(1.104.804)	224.805	(879.999)
Outros Instrumentos Financeiros	(190.492)	25.460	(165.032)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(3.294.580)	(11.334)	(3.305.914)
Receita de Prestação de Serviços	2.135.807	-	2.135.807
Despesas de Pessoal	(2.755.325)	-	(2.755.325)
Outras Despesas Administrativas	(2.176.619)	(13.744)	(2.190.363)
Despesas Tributárias	(570.915)	(236)	(571.151)
Resultado de Participação em Controladas e Coligadas ⁽⁴⁾	94.800	2.646	97.446
Outras Receitas Operacionais	1.322.530	-	1.322.530
Outras Despesas Operacionais	(746.431)	-	(746.431)
Provisões Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	(598.427)	-	(598.427)
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	1.816.198	197.183	2.013.381
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(211.288)	(87.542)	(298.830)
Lucro Líquido do Período	1.604.910	109.641	1.714.551

Nota 40 – Evento Subsequente

Resgate de Notas Financeiras

Em 28 de janeiro de 2026, o Banrisul exerceu a opção de resgate da totalidade das Notas Subordinadas (*Tier 2*) emitidas em 28 de janeiro de 2021 no valor de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares norte-americano). As notas supracitadas possuíam cupom de 5,375% a.a. e vencimento previsto para 28 de janeiro de 2031.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Diretoria

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Presidente

LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
Vice-Presidente

CARLOS ALUÍSIO VAZ MALAFAIA
ELIZABETE REJANE SODRÉ TAVARES
FERNANDO POSTAL
IRANY DE OLIVEIRA SANT'ANNA JUNIOR
IVANOR ANTÔNIO DURANTI
KALIL SEHBE NETO
MARCIA ADRIANA CELESTINO
Diretores

Conselho de Administração

ITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ
Presidente

FERNANDO GUERREIRO DE LEMOS
Vice-Presidente

EDUARDO CUNHA DA COSTA
EDUARDO JUNIOR DE MATOS LEWANDOWSKI
JORGE LUIS TONETTO
JÚLIO CÉSAR LOPES ABRANTES
LUIZ GONZAGA VERAS MOTA
MÁRCIA ADRIANA CELESTINO
RAMIRO SILVEIRA SEVERO
SERGIO LADEIRA FURQUIM WERNECK FILHO
URBANO SCHMITT
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRC RS 38.534

